



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO  
CURSO DE JORNALISMO**



**Nicole Barros Tassar de Almeida**

**Educação TRANSformadora:  
passabilidade, políticas públicas e a presença de pessoas transexuais e não-  
binárias da Universidade Federal de Ouro Preto**

Mariana

2022

Nicole Barros Tassar de Almeida

**Educação TRANSformadora:  
passabilidade, políticas públicas e a presença de pessoas transexuais e não-  
binárias da Universidade Federal de Ouro Preto**

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo

Orientador: Prof. Evandro José Medeiros Laia

Mariana

2022

## SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

A447e Almeida, Nicole Barros Tassar De.

Educação TRANSformadora [manuscrito]: passabilidade, políticas públicas e a presença de pessoas transexuais e não-binárias da Universidade Federal de Ouro Preto. / Nicole Barros Tassar De Almeida. - 2022.

123 f.: il.: color..

Orientador: Prof. Dr. Evandro José Medeiros Laia.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Minorias sexuais. 2. Pessoas transgênero - Identidade. 3. Pluralismo cultural. 4. Universidades e faculdades públicas. I. Laia, Evandro José Medeiros. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

CDU 305



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO  
REITORIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO



**FOLHA DE APROVAÇÃO**

**Nicole Barros Tassar de Almeida**

**Educação TRANSformadora:**

**passabilidade, políticas públicas e a presença de pessoas transsexuais e não-binárias na Universidade Federal de Ouro Preto**

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo

Aprovada em 14 de janeiro de 2022

**Membros da banca**

Dr. Evandro José Medeiros Laia - Orientador (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Dra. Michele da Silva Tavares - (Universidade Federal de Ouro Preto)  
Dr. Frederico de Mello Brandão Tavares - (Universidade Federal de Ouro Preto)

Evandro José Medeiros Laia, orientador do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 20/01/2022



Documento assinado eletronicamente por **Evandro Jose Medeiros Laia, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 20/01/2022, às 12:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.ufop.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0270374** e o código CRC **80F42ECE**.

Referência: Caso responda este documento, indicar expressamente o Processo nº 23109.000787/2022-11

SEI nº 0270374

R. Diogo de Vasconcelos, 122, - Bairro Pilar Ouro Preto/MG, CEP 35400-000  
Telefone: - www.ufop.br

## AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço às quatro pessoas mais importantes da minha vida: minha família! À minha mãe, Mariza, agradeço por me apresentar desde muito cedo a magia das palavras escritas e a importância da leitura, além da coragem e determinação passadas a mim ao longo da vida. Ao meu pai, Giovane, por me ensinar a ser irreverente frente às dificuldades, pelo carinho, cuidado, afeto e bom humor que me fazem mais feliz desde o dia que eu nasci. Às minhas queridas irmãs, Mariane e Yasmim, por serem meu alicerce e minha força, minhas companheiras até o fim do mundo. A todos eles, agradeço pelo amor forte, verdadeiro e constante.

Agradeço também às minhas avós, Otilia e Nadir, e às minhas tias avós, Maria Zita, Cacilda (*in memoriam*) e Heloísa, as cinco mulheres que são minhas referências de força, sabedoria e compaixão. Aos meus avôs, Amantino e Antônio, que já se foram, mas que se fazem presentes em meus sonhos para me trazerem ternura e acalanto. Ao restante da família, obrigada por estarem sempre comigo, acreditando no meu potencial e fazendo com que eu me sinta sempre amada e importante.

Agradeço à minha melhor amiga, irmã e parceira, Duda. Responsável por me mostrar que o jornalismo fazia parte de mim antes mesmo de eu percebê-lo. Obrigada minha amiga, por reconhecer sempre o melhor em mim. E a todos os meus amigos de vida, que deixaram um pouco de si em mim e que construíram tudo isso que sou hoje. Amo vocês!

Obrigada aos amigos que fiz em Mariana - MG, que me fortaleceram todos os dias e fizeram desta jornada na universidade uma aventura divertida, marcante e proveitosa. Agradeço em especial à minha amiga Mariana, que no último ano dividiu a casa, o choro, o riso e a vida comigo, que me segurou nos momentos mais difíceis até a conclusão deste trabalho.

Ao meu namorado, Thiago, inspiração para este trabalho e inspiração para tudo que há de bom em mim. Seu amor me faz forte e corajosa para enfrentar o mundo e construir um lugar melhor daqui para frente.

A todas as minhas professoras e professores desde a minha primeira escola até aqui. Pessoas que se doaram para que eu pudesse construir conhecimento e caráter da melhor maneira. Sem cada um de vocês, nada disso seria possível. Ao meu orientador, Prof. Evandro Medeiros, pela

compreensão, pela troca e paciência, além de todos os apontamentos assertivos que fizeram com que nossos resultados fossem muito melhores. Dedico especialmente este trabalho, ao ensino público que me formou, que me fez gente antes de ser estudante, que me fez resiliente e batalhadora. Espero dias melhores para a nossa educação!

Por último, mas não menos importante, agradeço ao meu anjo da guarda. Que sempre me rege, me guarda, me governa e me ilumina. Representação da espiritualidade que há na natureza: forte, potente e presente. Obrigada!

“Desde pequena eu tenho muita raiva – e quase nenhuma resignação. A reportagem me deu a chance de causar incêndios sem fogo e espernear contra as injustiças do mundo sem ir para a cadeia. Escrevo para não morrer, mas escrevo também para não matar.”

Eliane Brum

## **RESUMO**

A presença de pessoas trans nas universidades federais brasileiras chama a atenção por seu baixo número de representações. De todos os alunos no ensino público superior, apenas 0,2% se identificam como pessoas trans. Pensando nisso, o mapeamento participativo proposto neste trabalho tem o objetivo de reconhecer os motivos, as dificuldades e a importância da representatividade dessa comunidade dentro do ambiente acadêmico, de forma que incentive novas pessoas deste grupo a adentrarem na universidade, promovendo a criação de uma nova forma de conhecimento. O mapeamento analisa políticas públicas e de assistência, ações afirmativas e vivências reais das pessoas trans da Universidade Federal de Ouro Preto, além de levantar novas informações sobre essa população ainda pouco conhecida pelas autoridades e órgãos oficiais da instituição.

Palavra-chave: pessoas trans, universidade pública, LGBTQIA+, diversidade.

## **ABSTRACT**

The presence of trans people in Brazilians federal universities draws the attention for the low number of representations. Of all the students in the superior public school only 0,2% identify as trans people. Thinking about that, the aim of the participatory mapping proposed in this work is to acknowledge the motives, the difficulties and the significance of this community representation in the academic environment, in a way to encourage new people of this group to enter the university, promoting the creation of new forms of knowledge. The mapping analyzes public and assistance policies, affirmative actions and real life experiences of the trans population in the Federal University of Ouro Preto, in addition to raising new information about this population who is still little known by the authorities and the official agencies of the institution.

Keywords: trans people, public university, LGBTQIA+, diversity.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

<b>FIGURA 1:</b> Identidade de gênero dos respondentes. ....	38
<b>FIGURA 2:</b> Gráfico de autodeclaração étnico/racial. ....	39
<b>FIGURA 3:</b> Gráfico de renda familiar.....	39
<b>FIGURA 4:</b> Gráfico dos alunos que utilizam a política de nome social. ....	40
<b>FIGURA 5:</b> Gráfico que relaciona o processo de transição e o ingresso na universidade .....	42
<b>FIGURA 6:</b> Gráfico que reflete o sentimento de liberdade dos alunos trans da UFOP. ....	42
<b>FIGURA 7:</b> Gráfico que reflete o sentimento de acolhimento dos alunos trans da UFOP. ....	43
<b>FIGURA 8:</b> Gráfico referente às políticas de assistência da UFOP. ....	43

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
1 SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO.....	12
1.1 Questões queer e passabilidade.....	12
1.2 Feminismos e Teoria Queer.....	18
2 CIS-TEMA EDUCACIONAL.....	23
2.1 Um apanhado de origem.....	23
2.2 A Universidade Federal de Ouro Preto.....	28
3 MAPEAMENTO PARTICIPATIVO.....	36
3.1 Questionário aplicado.....	37
3.2 Vivendo na pele.....	44
3.2.1 Experiências pessoais registradas.....	46
4 CONCLUSÃO.....	62
REFERÊNCIAS.....	64
APÊNDICES.....	66

## INTRODUÇÃO

A relação de pessoas trans inscritas nas UFs brasileiras é de apenas 0,2%, de acordo com a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2018), em seu último levantamento, a V Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural de Estudantes das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior). Das quase 4 mil pessoas, 0,1% se identificam como mulheres trans e 0,1% como homens trans.

A análise do quadro educacional de pessoas trans e travestis no Brasil é desanimadora, os dados referentes à baixa inserção no ensino público superior podem ser explicitados pela alta taxa de evasão escolar dessa população que, segundo pesquisa conduzida pelo defensor público João Paulo Carvalho Dias, na época à frente da Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), a porcentagem registrada hoje é de 82%.

Levando em consideração essa realidade dos ambientes universitários, comprovadamente ocupados e divididos por uma lógica binária e cisnormativa, se instala a dúvida: a permanência de pessoas trans na universidade se dá mais pelas políticas públicas implementadas a favor da comunidade ou pela possibilidade de sociabilização oferecida pela passabilidade?

Entender as formas de comunicação dessa população dentro do ambiente acadêmico é também fazer um apanhado da resistência histórica da comunidade T no Brasil, já que não apenas dentro das universidades, mas como em todos os ambientes sociais, a transfobia ainda é a regra. Por isso, reconhecer as simbologias destes corpos e as formas de expressão encontradas para romper com essa lógica de silenciamento e principalmente, de afastamento sistemático dos ambientes educacionais, pode nos levar a conhecer novas formas de criação de intelectualidade, que incentive cada vez mais pessoas fora do padrão da binariedade a revolucionar o que entendemos como academia.

Neste sentido, o trabalho é estruturado em três capítulos. O primeiro deles, denominado “Sociedade em Transição”, trata de todo o embasamento teórico que norteia as questões discutidas durante a pesquisa. Nele refletimos sobre os conceitos de gênero e sexualidade, esclarecemos a imposição da relação sexo-gênero e, principalmente, abordamos de que maneira todas estas definições influenciam na vida em sociedade.

No primeiro subtítulo, “Questões Queer e passabilidade”, fazemos uma apresentação sobre a Teoria Queer e seus desdobramentos, falamos sobre como a sexopolítica utiliza o sexo, o racismo e a cisheterossexualidade como dispositivos de controle sobre os corpos, e apontamos como um dos resultados deste sistema de sociabilização baseado no controle, a passabilidade.

Para guiar a pesquisa utilizamos como fundamento os livros “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade” de Judith Butler (2003); “Multidões queer: notas para uma política dos ‘anormais’”, de Paul B. Preciado (2011); “Conversações, 1972-1990”, de Gilles Deleuze (1992); o ensaio “Necropolítica”, de Achille Mbembe (2016); e o artigo “Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans”, de Júlia Pontes e Cristiane Gonçalves Silva (2017).

No segundo subtítulo, fez-se necessária a criação de um recorte sobre feminismos e interseccionalidade, visto que frente aos números de violência no Brasil, a parcela mais vulnerabilizada são mulheres trans e travestis, em grande maioria, negras. Para isso, nos baseamos no mesmo livro de Judith Butler (2003), além das ideias de Michel Foucault (1972) no livro “Microfísica do poder”, relacionados com o artigo “Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva”, de Silvana Marinho (2018), que levanta a discussão sobre o entrelace entre as relações de gênero, o racismo e o classismo de maneira indissociável dentro do capitalismo.

O segundo capítulo, “Cis-tema Educacional”, introduz o tema central do trabalho: a existência de pessoas trans dentro do sistema educacional brasileiro. É dividido em dois subtítulos – o primeiro, “Um apanhado de origem”, retoma a realidade de crianças e adolescentes trans durante os Ensinos Fundamental e Médio e analisa a escola como uma das principais instituições mantenedoras das normas heteronormativas e binaristas. Além disso, o subtítulo também aborda a evasão escolar e os motivos que atingem diretamente o ingresso de pessoas trans no Ensino Superior. Para este momento da pesquisa, recorreremos à Alessandra Bohm (2009), no livro “Os ‘monstros’ e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis”; Fausto Scote e Roberto Garcia (2020), no artigo “Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas Trans no Ensino Superior” e às leis e normas que instituem a obrigatoriedade do nome social no sistema educacional.

Já o segundo subtítulo, “A Universidade Federal de Ouro Preto”, apresenta nosso objeto principal de análise. Aqui aprofundamos na realidade da UFOP, discorremos sobre suas políticas públicas, sua assistência estudantil e quais as possibilidades de ingresso e permanência para a comunidade trans universitária. A seção é baseada na entrevista da Pró-Reitora de Assuntos Comunitários, Natália Lisboa e nas – poucas – informações coletadas em contato com as demais Pró-Reitorias da universidade.

Enfim, no terceiro capítulo, chegamos ao nosso “Mapeamento Participativo”, dividido entre uma análise quantitativa e outra qualitativa, nas quais os subtítulos são inteiramente baseados em informações colhidas pela própria pesquisa. No primeiro momento do capítulo,

em “Questionário Aplicado”, analisamos as informações sobre questões mais práticas e objetivas das vivências de 11 (onze) estudantes trans da Universidade Federal de Ouro Preto, dispostas em nosso formulário. Já no segundo, “Vivendo na pele”, apresentamos uma imersão na história de seis participantes a partir de entrevistas individuais semiestruturadas. Assim, analisamos padrões existentes em suas falas para conhecer de perto algumas experiências trans de escolarização.

O trabalho pretende indicar novas perspectivas para a população trans no meio acadêmico, além de sugerir encaminhamentos para a evolução das políticas de assistência e acolhimento da Universidade Federal de Ouro Preto. Ao fim da pesquisa, constatamos que é possível e necessário que haja, de fato, trans-formação em nossa instituição. Por isso, a partir daqui, precisamos “esperançar” ações.

## 1 SOCIEDADE EM TRANSIÇÃO

Vamos destrinchar neste capítulo os conceitos teóricos que embasam as discussões relativas a: diversidade de gênero, movimento queer e feminismos, além de analisarmos de que forma esta nova lógica de pensamento impacta as relações em sociedade das pessoas trans e não binárias.

Entender a Teoria Queer é expandir a compreensão sobre corpos que constroem suas identidades sexuais e de gênero longe de qualquer determinismo biológico, desviando-se, principalmente, dos padrões pré-estabelecidos pelo controle heteronormativo e patriarcal. O conceito da passabilidade perpassa todo o capítulo, sendo apontado como o principal artifício corporal utilizado por pessoas trans para performar o gênero com o qual se identificam, a fim de se enquadrar no código inteligível entendido como “homem” e “mulher”.

A teoria queer, por esse viés analítico, contribui para a compreensão de que não só as populações trans constroem suas identidades performaticamente a partir de suas expressões de gênero, mas também que todas as categorias humanas de existência se encontram produzidas e impostas pelas práticas reguladoras da coerência do gênero. Por isso, há a necessidade de uma observação diferenciada, de narrativas que abarquem toda essa fluidez na composição e na performatividade dos corpos. (SCOTE e GARCIA, 2020, p. 4)

O recorte sobre feminismos, construído no segundo subtítulo deste capítulo, faz-se importante por entendermos que dentro de uma hierarquia social de privilégios, mulheres trans, travestis, ou qualquer pessoa que assuma uma expressão ou identidade de gênero femininas, tendem a sofrer mais violências e estarem mais vulneráveis às injustiças sociais cometidas estruturalmente dentro das instituições e até mesmo pelo Estado. Sendo assim, o subtítulo trata da necessidade de construir um feminismo amplo, inclusivo e interseccional, que respeite as individualidades e necessidades de cada pessoa que se propõe a construir o movimento.

### 1.1 Questões queer e passabilidade

Para iniciar algumas reflexões acerca da presença de pessoas transexuais e não binárias<sup>1</sup> dentro dos ambientes universitários, antes precisamos compreender o sistema de sociabilidade que encontramos hoje de forma geral em nossa sociedade. Ao nascermos nos é imposta uma relação sexo-gênero, a partir da qual pessoas identificadas como do sexo feminino são automaticamente ligadas à ideia social de “mulher”, na mesma linha, as pessoas do sexo

---

<sup>1</sup> Entendendo como ampla e fluida as definições possíveis para as expressões de gênero “trans” e “não binárias”, nos encarregamos de fazê-las no decorrer da discussão.

masculino são entendidas imediatamente como “homens”, o que define, por conseguinte a terminologia “cis”, ou seja, pessoas que nascem e se identificam com o gênero atribuído a elas. Porém, sabe-se que o gênero é uma construção social, baseada em comportamentos, características expressadas pela aparência, vestimentas e outras formas de expressões sociais, com isso entende-se que não existe uma relação fundamental entre o sexo biológico e o gênero de reconhecimento.

Segundo Judith Butler (2003, p. 24), “se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo”. Sendo assim, do outro lado desta divisão teórica encontram-se as pessoas que não se conformam com o gênero atribuído a elas no nascimento, estas são socialmente identificadas com o prefixo “trans”. O problema central da questão sexo-gênero é que a divisão não se limita ao espectro linguístico dos prefixos, mas também ocorre de forma física e corporal, já que a estigmatização dos corpos é feita socialmente. Os que estão dentro das normas, corpos considerados “naturais”, “normais”, estão dentro da cisgeneridade, já o “outro”, “desviante”, é sempre atribuído às pessoas transexuais.<sup>2</sup>

Reconhecer o dualismo que organiza o uso dos prefixos ‘cis’ e ‘trans’ demanda, portanto, compreender a unilateralidade com que operam no processo de diferenciação, que relega ao inominável o prefixo ‘cis’ ainda que implicado como norma de referência no ato de definição que classifica pessoas como ‘trans’. A especificidade da patologização das vivências de pessoas trans (transexuais, travestis, transgêneros) torna explícita a operação normativa que atualiza como saudável a vivência de gênero ‘cis’, ou seja, cisgênera, reiterando a posição de ‘outro’ de pessoas trans. (PONTES; SILVA, 2017, p. 400)

É importante ressaltar que as experiências e existências transicionais de gênero não são especificidade das sociedades contemporâneas. Segundo Sandra Marinho (2017) “o que é do nosso tempo presente é a utilização do termo trans como categoria identitária na cena pública e política brasileira e como conceito, fruto da politização desses sujeitos desde as últimas décadas do século XX e do avanço dos estudos sobre gênero e sexualidade”.

Mas, quando reivindicamos a derrubada de um primeiro sistema binário que engloba apenas homens e mulheres conformantes e passamos a considerar o devido reconhecimento de pessoas trans como um “não-outro”, corremos o risco de cair então em outra lógica binária, desta vez, cis-trans, “mesmo que os sexos pareçam não problematicamente binários em sua morfologia e constituição (ao que será questionado), não há razão para supor que os gêneros também devam permanecer em número de dois.” (BUTLER, 2003, p. 24).

---

<sup>2</sup> A própria etimologia dos prefixos se encarrega de colocar pessoas trans no lugar de outro, já que “cis” vem do latim “deste lado de” e é o contrário de “trans” que, por sua vez, significa “do outro lado de”.

Essa não pode ser uma frente, já que o entendimento de gênero é fluido e não necessariamente obedece ao autoentendimento dos corpos apenas como homens ou mulheres. “Existem experiências fronteiriças que perturbam o código binário (cis–trans), desfazendo a noção de um sujeito que sucumbe simples e definitivamente às definições de um suposto ‘eu’ substancializado e coerente de gênero” (PONTES; SILVA, 2017, p. 400). As pessoas citadas pelas autoras são reconhecidas como não-binárias, são elas pessoas que atravessam as ordenadas dos gêneros sem se identificar com as predisposições estratificadas da sociedade, “explicitando tanto os limites dos termos utilizados, mas também a sua força enquanto normatividade” (PONTES; SILVA, 2017, p. 400).

É importante entender que assim como outras divisões sociais que envolvem minorias, as divisões de gênero e suas derivações são também utilizadas como formas políticas de poder. Segundo Paul B. Preciado (2013), existe no mundo a instituição de uma sexopolítica como fator dominante e controlador do capitalismo contemporâneo. Nela, tudo que é atribuído à sexualidade está ligado a uma política de normalização, na qual criam-se tecnologias medicinais, farmacológicas e até mesmo pornográficas para que os corpos se mantenham dentro de padrões predefinidos, ou seja, sucumbindo qualquer tipo de subjetividade ou corporalidade que transcenda este código binário (homem/mulher, cis/trans), utilizando o sexo como mais uma forma de controle da vida.

O receituário hormonal evidencia uma ordem tecnológica de produção e gestão do gênero, na qual masculinidade e feminilidade emergem como índices técnicos implicados na elaboração, normalização e transformação de ficções somáticas, termo que sublinha o caráter de produção performativa de qualquer corporalidade/subjetividade. (PONTES; SILVA, 2017, p. 402)

Antes de Preciado, outros autores já exploravam e estudavam as formas de controle sistemáticas. Gilles Deleuze (1990), no fim do século XX, já citava as “sociedades de controle” como um sistema político de modulação e normatização das instituições e das pessoas. Para ele, as “sociedades de controle” seriam uma evolução das “sociedades disciplinares”, situadas por Michel Foucault nos séculos XVIII e XIX. Nos espaços de disciplina à época, as classes se organizavam de forma única, influenciadas principalmente pelo sistema de trabalho fabril, no qual o patronato precisava mobilizar todos os trabalhadores em formato de massa. Esta aproximação de massa propiciou a organização de resistência em diversos setores da sociedade. Atualmente, na sociedade de controle sob o sistema empresarial, as classes se tornam competitivas. A competitividade tem como norte a visibilidade, seja por parte deste mesmo patronato ou mesmo nos ambientes sociais.

O sistema atual insiste na introdução cotidiana de uma rivalidade entre membros de mesma classe, a fim de ruir qualquer tipo de organização em massa de resistência. O cerne, portanto, está na ligação entre a visibilidade e as conquistas financeiras individuais. “Os indivíduos tornaram-se 'dividuais', divisíveis, e as massas tornaram-se amostras, dados, mercados ou ‘bancos’. É o dinheiro que talvez melhor exprima a distinção entre as duas sociedades” (DELEUZE, 1990, p. 222). É claro que para uma possibilidade maior de controle do sistema, o ideal é que os grupos não se manifestem dentro de suas diversidades, portanto, podemos entender o conceito base deste tipo de sociedade da seguinte forma:

Ao passo que os diferentes modos de controle, os controlatos, são variações inseparáveis, formando um sistema de geometria variável cuja linguagem é numérica (o que não quer dizer necessariamente binária). Os confinamentos são moldes, distintas moldagens, mas os controles são uma modulação, como uma moldagem auto-deformante que mudasse continuamente, a cada instante, ou como uma peneira cujas malhas mudassem de um ponto a outro. (DELEUZE, 1990, p. 221)

A partir deste controle e divisão, as peculiaridades e atravessamentos expressivos relacionados às diversas possibilidades de relação sexo-gênero são colocadas socialmente sob uma ótica patológica, obrigando até mesmo os gêneros fronteiros a se adequarem dentro de um padrão “passável”. O termo passabilidade carrega em si o conceito de se adaptar conforme as concepções de masculinidade e feminilidade impostas pela sociedade. Voltando às tecnologias de normalização de Preciado, pessoas transexuais e não binárias passam por processos de hormonização, cirurgias plásticas e outros tipos de intervenções corporais a fim de se aproximar daquilo que é entendido pela normalização como o natural de um homem ou mulher. Sendo assim, a passabilidade se torna um tipo de performatividade de gênero, na qual o sujeito utiliza de ações ou atributos para assegurar uma imagem registrada em uma matriz heterossexual e cisgênera (PONTES; SILVA, 2017).

É preciso destacar que essa lógica de controle atinge a comunidade T<sup>3</sup> e todas as suas segmentações em diversas camadas. Sabemos que a soberania dos corpos conformantes e a adaptação ao que se é culturalmente entendido como homem ou mulher leva a essa comunidade uma imposição de dever, no qual, caso contrário, é socialmente aceito o direcionamento de diversos tipos de violência contra essas pessoas. A soberania é um termo utilizado por Achille Mbembe (2016) e que define o limite máximo do medo da morte na qual os sujeitos são submetidos, assim, o poder social (não apenas estatal), dentro de suas características absolutistas define, portanto, quem vai morrer e quem vai viver. “A expressão máxima da

---

<sup>3</sup> O termo “comunidade T” representa as pessoas transgêneras, travestis e não binárias identificadas dentro da sigla LGBTQIA+.

soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer” (MBEMBE, 2016, p. 123). O autor destaca como dispositivo principal de controle por parte dessa soberania uma divisão social citada por Foucault em suas análises do biopoder, o racismo.

Que a “raça” (ou, na verdade, o “racismo”) tenha um lugar proeminente na racionalidade própria do biopoder é inteiramente justificável. Afinal de contas, mais do que o pensamento de classe (a ideologia que define história como uma luta econômica de classes), a raça foi a sombra sempre presente sobre o pensamento e a prática das políticas do Ocidente, especialmente quando se trata de imaginar a desumanidade de povos estrangeiros – ou dominá-los. (MBEMBE, 2016, p. 128)

A aplicação do biopoder é justamente a divisão biológica imposta sobre a espécie humana, distinguindo politicamente aqueles que teriam a possibilidade de exercer o direito fundamental à vida. Aqui, portanto, temos a instauração de uma necropolítica. O autor diz “com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder” e completa “na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado.” (MBEMBE, 2016, p. 128). Porém, não é apenas o racismo que Mbembe destaca como tecnologia de controle e de coerção por parte dos corpos soberanos, como já dissemos anteriormente, existe uma soberania da cisgeneridade e para além dela, também da heterossexualidade. A sexualidade, para Mbembe (2016, p. 127) está diretamente associada à violência e à invalidação dos limites dos corpos:

A sexualidade está completamente associada à violência e à dissolução dos limites de si e do corpo por meio de impulsos orgânicos e excrementais. Como tal, a sexualidade diz respeito a duas formas principais de impulsos humanos polarizados – excreção e apropriação – bem como o regime dos tabus em torno deles. A verdade do sexo e seus atributos mortais residem na experiência da perda das fronteiras que separam realidade, acontecimentos e objetos fantasiados.

Isso explicaria, por exemplo, os altos índices de assassinato, de suicídio e a baixa expectativa de vida da população trans no mundo. O Brasil encabeça o ranking de países que mais matam essa parcela da população. Segundo a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), no Boletim nº 002-2021, está relatado o número de 175 assassinatos no ano de 2020, este número representa mais um recorde relacionado à necropolítica citada por Mbembe em seus estudos sobre o biopoder instituída e naturalizada contra essa população no país. Em 2021 não é possível se observar nenhuma melhora, apenas no primeiro semestre deste ano já foram registradas 89 mortes de pessoas trans e travestis, sendo elas 80 assassinatos e 9 suicídios. O número representa mais da metade de todos os casos de 2020. Houve ainda, em 2021, trinta e três tentativas de assassinatos e 27 violações aos Direitos Humanos. É importante

destacar a alta possibilidade de subnotificação, levando-se em conta a ausência total de dados governamentais.

Existe um fato que torna estes dados ainda mais preocupantes, no ano recorde de assassinatos, 2020, absolutamente todos os casos dos quais se tem registro foram cometidos contra pessoas que expressavam o gênero feminino, em contraposição ao gênero designado no nascimento. Ou seja, 100% dos assassinatos contra pessoas trans no ano de 2020 são de transfeminicídios.

Igualmente, este dossiê leva a uma reflexão acerca da conjuntura vivenciada pelas pessoas que fazem parte desse segmento da sociedade, que abandona e marginaliza pessoas que rompem com os padrões hetero-cis-normativos. O Brasil naturalizou um projeto de marginalização das travestis. A maior parte da população Trans no país vive em condições de miséria e exclusão social, sem acesso à educação, saúde, qualificação profissional, oportunidade de inclusão no mercado de trabalho formal e políticas públicas que considerem suas demandas específicas. Mas não só: o que era ruim piorou ainda mais neste ano, com a eleição de um governo que é explicitamente transfóbico por ideologia. (BENEVIDES; NOGUEIRA, 2019).

Mas, podemos atrelar estes números de violência à não conformidade dentro dos termos da passabilidade? A resposta é sim. Existem registros empíricos que mostram que a passabilidade é mais alcançada por sujeitos transmasculinos, já que a testosterona tem efeitos mais fortes e mais expressivos no corpo quando comparados com o estrogênio. Isso quer dizer que marcas da normalização presentes na idealização de “homem” são mais alcançáveis nas transições de gênero masculinas, sendo assim,

ao estabelecer como objetivo último da transição a possibilidade de ‘passar por cis’, a experiência da passabilidade como horizonte normativo acaba por definir e aplicar valores aos corpos e, por conseguinte, aos próprios sujeitos, explicitando relações de hierarquia. (PONTES; SILVA, 2017, p. 403)

Portanto, dentro desta hierarquia, mulheres transexuais ainda são mais facilmente suscetíveis às violências e alvos principais de ataques transfóbicos. Entre os diversos motivos dessa realidade, está a forçosa caracterização e a não subversão da leitura social como um ser não conformante dentro do CISTema (PRECIADO, 2003). A partir disso, certas simbologias e expressões corporais são criadas e adotadas como forma de resistência. É o que B. Preciado (2003, p. 15) chama de “identificação estratégica” ou “desidentificação”.

“Desidentificação” (para retomar a formulação de De Lauretis), identificações estratégicas, desvios das tecnologias do corpo e desontologização do sujeito da política sexual são algumas das estratégias políticas das multidões queer. [...] . As identificações negativas como “sapatas” ou “bichas” são transformadas em possíveis lugares de produção de identidades resistentes à normalização, atentas ao poder totalizante dos apelos à “universalização”.

Não é possível dissociar a ideia de passabilidade dos ambientes públicos de circulação. É como se para estar nestes ambientes fosse preciso se adequar à norma binária para fugir de certos olhares, falas e opressões. Quando transferimos essa presença para ambientes políticos de representação, o fator normalizador se torna ainda mais agravante, principalmente quando relacionado às mulheres trans. Desde os movimentos sociais de luta, até os cargos públicos de representação, as mulheres transexuais são subjugadas e excluídas do pleno exercício de seus direitos, o que nos leva a uma discussão fundamental ao feminismo contemporâneo: a quem tem servido as pautas levantadas por uma parcela do movimento que alcança os grandes postos de visibilidade social (grande mídia, marketing, redes sociais)? Este feminismo é, de fato, representativo?

## 1.2 Feminismos e Teoria Queer

Usaremos o livro de Judith Butler – “Problemas de gênero”, correlacionando-o às ideias de Michel Foucault, para compreender de que forma as representações políticas e sociais interferem no usufruto de políticas públicas – o acesso às universidades, por exemplo – e ainda além, no usufruto do direito à vida com dignidade. É preciso iniciar uma discussão feminista na qual a emancipação seja o intuito primeiro, para mulheres cis e trans, respeitando as interseccionalidades de existência de cada indivíduo. Para Butler (2013, p. 19),

Se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é; o termo não logra ser exaustivo, não porque os traços predefinidos de gênero da “pessoa” transcendam a parafernália específica de seu gênero, mas porque o gênero nem sempre se constituiu de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos, e porque o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidade discursivamente constituídas.

Ao passo em que vivemos em um sistema de controle, como já citado anteriormente, é importante entender a quem interessa a este sistema representar. Se nossos corpos estão cotidianamente sendo disciplinados e controlados para servir aos diversos tipos de poderes (políticos, econômicos, sociais, culturais, etc), como podem as representações políticas abrangerem e requererem de fato todas as reivindicações de uma vasta massa de corpos? Será que estas não passam de mais uma mascarada representação do próprio sistema em si? A conclusão a que se chega, quando nos baseamos em uma ideia foucaultiana, é que as tecnologias políticas “produzem” corpos para serem utilizados como representação, ou seja, as subjetividades e verdades são formadas por conceitos considerados ideais para aqueles que detém o poder, a fim de interpretar (ou fabricar) novos entendimentos de corpos.

Partindo deste ponto, em que nossas representações são fabricações do próprio sistema de opressão, é preciso ter cautela com os discursos de movimentos que atingem e são usados pela mídia (social, televisiva, publicitária) com o intuito de retroalimentar o crescimento do lucro. Em sua maioria, essas mobilizações que deveriam ser por direitos e ocupação de espaços, tornam-se espelho dos padrões dos corpos ditos como ideais e das falsas liberdades em que somos levados a replicar, esse seria um dos resultados da relação do poder-saber. Para Foucault (1979), o poder criador do conhecimento é extrínseco ao corpo, é ele que atua e rege as condições corporais a partir de moldes sociais para a criação de sua subjetividade, que, portanto, não são naturais. Por isso, é necessário buscar as peculiaridades da união das classes, seja ela racial, trabalhista ou de gênero, sendo esta última o tema central de nossas análises.

Ao defendermos a existência de uma diversidade dentro do espectro das expressões de gênero, é importante que seja possível observar essa diversidade também nos movimentos sociais de luta e resistência. Por exemplo, na categoria de gênero “mulheres” são infindáveis as definições possíveis de sujeito, porém, as divisões sociais preestabelecidas dão voz e visibilidade sempre aos mesmos estereótipos, dificultando de maneira expressiva que as representações do feminismo destaquem certas subdivisões da categoria:

É muito pequena, afinal, a concordância quanto ao que constitui, ou deveria constituir, estabeleceram *a priori* o critério segundo o qual os próprios sujeitos são formados, com o resultado de a representação só se estender ao que pode ser reconhecido como sujeito. Em outras palavras, as qualificações do “ser sujeito” têm que ser atendidas para que a representação possa ser expandida. (BUTLER, 2003, p. 18)

O poder político é hoje o principal meio de representação social, é através dele que se cria caminhos para a emancipação, por meio da criação de legislações a favor dos direitos das mulheres, políticas públicas de acesso, investimentos em áreas específicas para o benefício deste público, entre diversos outros papéis. Portanto, é imprescindível que mulheres de fato ocupem este espaço e que juntamente com outras mulheres se faça uma crítica à ambiguidade deste sistema. Ao passo que entendemos o poder político como o principal caminho para a emancipação, ele é também o principal meio de coerção e controle sobre os corpos que o ocupam. Ou seja,

Não basta inquirir como as mulheres podem se fazer representar mais plenamente na linguagem e na política. A crítica feminista também deve compreender como a categoria “mulheres”, o sujeito do feminismo é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais busca-se a emancipação. (BUTLER, 2003, p. 19)

O ponto principal da discussão é que se torna impossível encontrar uma unidade dentro de toda pluralidade do feminismo e isso não deveria ser um impasse para as conquistas do

movimento. As interseccionalidades de classe, raça, etnia e as diversas formas de expressões do gênero feminino (sejam elas transgêneras ou não-binárias), para Butler (2013, p. 21), é justamente o que deveria emergir como as muitas faces identitárias do movimento, e muitas vezes são as mesmas interseccionalidades, que a partir de uma ideia binária e centralizadora, constroem posições de hierarquia dentro das mobilizações e tornam equivocada a ideia única de “identidade”.

Insistir a priori no objetivo de “unidade” da coalizão supõe que a solidariedade, qualquer que seja seu preço, é um pré-requisito da ação política. Mas que espécie de política exige esse tipo de busca prévia da unidade? Talvez as coalizões devam reconhecer suas contradições e agir deixando essas contradições intactas. (BUTLER, 2003, p. 33)

Sendo assim, é preciso reconhecer que um feminismo formado apenas por mulheres que ao longo do tempo já conquistaram certa autonomia sobre seus direitos, em sua maioria mulheres brancas de classes mais abastadas, não se torna efetivo quando observamos que ainda em 2020 todos os assassinatos de pessoas trans no Brasil foram contra mulheres transgêneras e travestis, e na grande maioria, negras. Incluir as pautas transfemininas, negras e da classe trabalhadora nos discursos feministas é a única maneira do movimento seguir de fato com algum avanço. Angela Davis, em seus discursos descritos no livro “Mulheres, Cultura e Política” (2017, p. 18), diz que:

Continuarão a existir dois *continua* distintos desse movimento de mulheres, um visível e outro invisível, um reconhecido publicamente e outro ignorado – exceto pela consciência das mulheres que descendem daquelas que moldaram esse *continuum* oculto – negras, latinas, indígenas, asiáticas e brancas da classe trabalhadora? Se essa pergunta for respondida de modo afirmativo, isso significa que a busca das mulheres por igualdade continuará a ter sérias falhas.

Davis fala de um certo discurso feminista hegemônico que “escolhe” quem pode ou não gozar de suas benesses e, portanto, não é emancipatório para todas as mulheres. Enquanto parte do movimento definir o sexo como centralidade da participação dos movimentos feministas, não chegaremos a nenhum lugar, ou iremos, como fim, retroceder. “Na conjuntura atual, já está claro que colocar a dualidade do sexo num domínio pré-discursivo é uma das maneiras pelas quais a estabilidade interna e a estrutura binária do sexo são eficazmente asseguradas” (BUTLER, 2003, p. 24), se seguirmos por este caminho, nada vamos fazer além de reforçar as tecnologias de poder e coerção do sistema.

Butler cita Simone de Beauvoir como uma precursora do pensamento queer<sup>4</sup> e do feminismo interseccional. Em certo momento ela retoma o pensamento de que nós mulheres não nascemos mulheres e sim, nos tornamos mulheres de acordo com diversos fatores que nem sempre envolvem qualquer princípio biológico, “Beauvoir diz claramente que a gente “se torna” mulher, mas sempre sob uma compulsão cultural a fazê-lo. E tal compulsão claramente não vem do 'sexo'. Não há nada em sua explicação que garanta que o 'ser' que se torna mulher seja necessariamente fêmea” (BUTLER, 2003, p. 27).

O ato de tornar-se mulher precisa ser analisado a partir da ótica capitalista e patriarcal na qual se estabelece as discussões de diversidade de gênero e sexualidade desde seu princípio. Para Marinho (2018, p. 603), as relações patriarcais de gênero são estruturantes para as demais relações sociais historicamente instituídas na sociedade brasileira, juntamente com as divisões de classe e de cor/raça/etnia. As três se entrelaçam como um nó e revelam a simbiose entre o capitalismo, o patriarcado e o racismo. O conservadorismo intrínseco do caráter de sociedade neocolonial que é estabelecido no Brasil, traz consigo heranças do escravismo e por consequência, dá força a diversas opressões. “O machismo, o sexismo e o sistema patriarcal funcionam como mola propulsora dos binarismos de gênero e da heteronormatividade, base das violências homofóbicas/lgbtfóbicas/transfóbicas” (MARINHO, 2018, p. 607).

A transfobia direcionada aos corpos não conformantes de gênero, surge justamente por confrontar e escapar dos padrões estabelecidos pelo patriarcado, seja expressando uma leitura social masculina ou feminina. Todavia,

a reflexão advinda daí é que, a travesti e a mulher transexual rompem com as normas de gênero, porém não se limita nisto, elas também afrontam à ordem patriarcal ao rejeitarem o papel da dominação-exploração masculina originalmente a elas reservado (quando ao nascer, assignadas como homem). Por conseguinte, a travesti e a mulher transexual são vítimas do patriarcado, não tanto por subverterem o padrão de gênero, mas por serem agora associadas ao feminino (e desejarem isso), o que na cultura patriarcal é valorado como algo menor, inferior.” (MARINHO, 2018, p. 608)

Portanto, dentre todas as violências de dominação produzidas pelo patriarcado, as pessoas mais atingidas são as mulheres trans e travestis, negras e da classe trabalhadora, muitas vezes empurradas para situações de vulnerabilidade justamente por pertencer ao entremeio daquele nó – muito bem emaranhado – entre gênero, classe social e cor/raça/etnia criado pelo capitalismo. Por isso, é necessário entender que o movimento antipatriarcal precisa ser, antes de tudo, anticapitalista e por consequência anti-transfobia.

---

<sup>4</sup> O pensamento queer discute a diversidade das identidades de gênero e a sexualidade como construções promovidas pelo poder social, afastando-os, portanto, de qualquer determinismo natural ou biológico.

O recorte sobre feminismo é feito nessa pesquisa não para criar uma hierarquização dos sofrimentos dentro do movimento queer, mas sim, para reforçar a importância de um movimento múltiplo, inclusivo e interseccional, levando em consideração as diversas possibilidades de experiências dentro da vivência trans, sem generalizar ou partir do senso comum.

## **2. CIS-TEMA EDUCACIONAL**

Antes de mapear a presença e a experiência de pessoas trans na universidade, é necessário fazer um apanhado geral do histórico escolar das crianças e adolescentes que sistematicamente são afastadas dos espaços formais de educação. No primeiro subtítulo, entendemos os meios nos quais, desde a escola, a divisão binária de gênero já começa a separar sujeitos e criar muros frente às perspectivas de continuação de estudo de pessoas trans. Além disso, vemos de que forma os valores hegemônicos transmitidos dentro dos ambientes educacionais influenciam a vida social, transformando a escola numa das principais instituições mantenedoras do binarismo e do controle moral dos corpos.

O segundo subtítulo é utilizado para aprofundarmos no nosso objeto de mapeamento: a Universidade Federal de Ouro Preto. Nele, apresentamos alguns processos burocráticos da instituição, as políticas de assistência estudantil, a política do nome social para pessoas trans e os programas e projetos oferecidos pela universidade que tratam de temas como diversidade, sexualidade, inclusão, entre outros. Neste capítulo também transcreve-se alguns fragmentos da entrevista cedida pela Pró-Reitora de Assuntos Comunitários e Estudantis, Natália de Souza Lisboa, representando o parecer da instituição para esta pesquisa.

### **2.1 Um apanhado de origem**

Para tecer qualquer análise sobre a presença de pessoas trans, travestis e não-binárias dentro dos ambientes universitários, precisamos antes, refletir sobre a origem dessas pessoas dentro do sistema educacional brasileiro, em especial, na rede pública. Para Guacira Louro (1997, p. 57), a escola em si já se mostra um espaço segregador desde o princípio, com uma ação distintiva que separa sujeitos. A escola tornou diferentes aqueles que nela entravam, daqueles que a ela não tinham acesso. Além disso, a escola mostra-se distinta para ricos e pobres e imediatamente separa os meninos das meninas.

Concebida inicialmente para acolher alguns, mas não todos – ela foi, lentamente, sendo requisitada por aqueles/as aos/às quais havia sido negada. Os novos grupos foram trazendo transformações à instituição. Ela precisou ser diversa: organização, currículos, prédios, docentes, regulamentos, avaliações iriam, explicitamente ou implicitamente, “garantir” – e também produzir – as diferenças entre os sujeitos. (LOURO, 1997, p. 57)

Em vários momentos da vida escolar a expressão de gênero se torna fator determinante para a divisão em diversas atividades. Desde as filas de organização, até as aulas de educação

física, os alunos têm sido separados em meninas e meninos, como se a educação fosse diferente de acordo com o gênero. Alessandra Bohm, quando fala sobre a vida de travestis na escola, no livro “Os ‘monstros’ e a escola: identidade e escolaridade de sujeitos travestis”, pontua que “se ainda hoje existem diferenciações nas formas pelas quais meninos e meninas são educados/as nesses espaços, as possibilidades de entendimento de trânsito entre os gêneros constituem-se como um desafio para esta estrutura institucional” (BOHM, 2009, p. 43).

O preparo dos profissionais da educação no quesito diversidade de gênero e sexualidade, ainda hoje, é insuficiente, quando do outro lado, vê-se a aceleração das discussões acerca do tema atingindo cada vez mais crianças e adolescentes. Para Bohm, os cursos de pedagogia e licenciatura, em grande maioria, ainda seguem preceitos heteronormativos e ensinam os futuros professores a replicar e reforçar opressões direcionadas aos alunos que não seguem as expectativas binárias impostas pela sociedade. “Pedagogias de gênero e sexualidade baseadas em preceitos heteronormativos não apenas se apresentam na constituição dos currículos escolares, como também permeiam diversos discursos e práticas educativas familiares e sociais” (BOHM, 2009, p. 43). A instituição exerce, portanto, desde o ensino básico, o papel de normatizar os corpos diferentes que por ali passam. A diversidade é percebida como transgressão e,

Apesar da pressão exercida, muitos indivíduos escapam, fogem, resistem ao papel esperado. Não raro, crianças e adolescentes nessas situações e frente a dificuldade de lidar com tais diferenças, não compreendendo o que está acontecendo, acabam por desenvolver sintomas como o isolamento, a depressão e o sofrimento psíquico. (BOHM, 2009, p. 44)

Podemos analisar a escola como um espelho da sociedade, os valores hegemônicos relativos à diversidade de gênero e sexual reforçados nesses espaços nada mais são que um recorte de como o Brasil lida com tudo isso. Para Bohm (2009, p. 46), a partir da heteronormatividade imposta dentro do ambiente escolar, constitui-se valores que atravessam os muros das escolas e passam a fazer parte da formação humana daqueles alunos. Dessa forma, as travestis – e demais pessoas trans – ficam à margem da representação ideal, excluídas do convívio escolar e expostas a humilhações, violências e repetidamente, situações de bullying.

Dentro deste cenário, analisar a evasão escolar da comunidade T, que extrapola os 80% hoje no Brasil – segundo pesquisa conduzida pelo defensor público João Paulo Carvalho Dias na Comissão de Diversidade Sexual da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), torna-se um pouco menos difícil, ou talvez, autoexplicativo. As situações vexatórias e violentas nas quais as meninas e meninos que apresentam variâncias de gênero enfrentam desde a infância na escola, é um forte motivo para se afastar deste ambiente hostil criado muitas vezes pela própria

instituição. Berenice Bento, em seu livro “A Reinvenção do Corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual” pontua que:

A escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e pluralidade, funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil é limitador falar em “evasão”. Na verdade, há um desejo em eliminar e excluir aqueles que contaminam o espaço escolar. Há um processo de expulsão e não de evasão. (BENTO, 2006, p. 129)

Aqui chegamos em um ponto crucial de nossa pesquisa, a evasão – ou expulsão – escolar de pessoas trans é sistemática e atende diretamente à manutenção da cisheteronormatividade. Fausto Scote e Roberto Garcia (2020, p.7), concluem em seu texto “Trans-formando a universidade: um estudo sobre o acesso e a permanência de pessoas Trans no Ensino Superior”, que a escola assume, portanto, um papel institucional de mantenedora dessa norma binarista que insiste em anular identidades e suas subjetividades. Para os autores, a insistência nessa abjeção às diferenças de gênero não passa de um projeto social, que ao longo dos anos vem sendo cumprido com êxito.

O ponto importante é que a consequência direta dessa evasão é a falta de representatividade dessa comunidade no nível superior de ensino. É insuficiente analisar a presença ou ausência de transexuais, travestis e não-binários dentro das universidades sem retomar o histórico escolar e sem saber a quais condições essas pessoas foram submetidas para chegar até aqui.

Percebe-se como é importante e necessário debater e discutir questões relacionadas à diversidade de gênero e sexualidade em todos os âmbitos educacionais, que vão desde o ensino fundamental, passando pelo médio e continuando no universitário, pois é notório que o preconceito e a discriminação são gerados pela ausência de compreensão da diversidade de corpos e expressões de gênero, principalmente nestes ambientes e, de maneira menos “visível”, nas universidades. (SCOTE; GARCIA; 2020, p. 17)

Aos poucos, as universidades federais brasileiras passaram por um processo de modificação no seu quadro de alunos. As políticas públicas de democratização do ensino superior, implementadas nos últimos anos, sem dúvida, beneficiaram também o acesso de pessoas trans ao ensino superior através das ações afirmativas étnico/raciais, sociais e de escola pública. O Grupo de Estudos Multidisciplinar da Ação Afirmativa - GEMAA, da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, propôs um estudo realizado por Poema Eurístenes Portela e João Feres Júnior (2021) que se baseia nos dados fornecidos pela V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras (ANDIFES, 2018), para relacionar o perfil das pessoas transexuais nas

universidade federais brasileiras levando em consideração gênero, raça, renda e o acesso às políticas de assistência estudantil.

Segundo a pesquisa, a maior parte das pessoas trans que ocupam hoje cadeiras nas universidades, são negras – 58%. Quando analisado o perfil econômico dessas pessoas, independente de raça e gênero, 76% estão na faixa de até um salário mínimo e meio per capita. Isso mostra, que sim, da última década até hoje, as instituições federais de ensino superior receberam mais pessoas trans do que em qualquer outro momento da história, porém, garantir apenas o acesso não é suficiente. O GEMAA constatou, que o uso de políticas de assistência estudantil por pessoas trans está quase sempre ligado à permanência na universidade, como alimentação, moradia, bolsas e cuidados com saúde mental.

Por mais que o cenário esteja mais favorável atualmente, ainda estamos longe do ideal. Nenhuma destas políticas analisadas foram criadas ou pensadas exclusivamente para as necessidades da comunidade T. Sobre o acesso e permanência na universidade, Dias Sobrinho (2010, apud SCOTE; GARCIA, 2020, p. 10) afirma que “as políticas de democratização do ensino não devem apenas criar condições em que todos e todas possam estudar, mas principalmente deve assegurar a igualdade de oportunidades, inclusive do ponto de vista qualitativo”. Isso significa que criar condições genéricas não garante, necessariamente, o ingresso de uma comunidade específica com problemas na sua base escolar, além disso, “observamos que é insuficiente o acesso sem que se assegure a permanência, pois se trata de pessoas que, geralmente, carregam profundamente as marcas da abjeção intrínsecas em seus corpos e em suas histórias” (SCOTE e GARCIA, 2020, p. 10).

O jornal Folha de São Paulo revelou, em matéria escrita pelo jornalista Dhiego Maia, que em 2019, no Brasil, pelo menos 12 universidades federais já contavam com programas de ações afirmativas específicos para pessoas trans, isso representa apenas 19% das 63 universidades públicas. Ainda de acordo com a matéria, iniciativas desse tipo podem ser mais observadas nos programas de pós-graduação.

Outra política que beneficia exclusivamente pessoas transgênero nos ambientes educacionais é a possibilidade do uso do nome social. O nome social é um artifício utilizado por pessoas em trânsito de gênero para refletir sua identidade sem a necessidade da retificação oficial de registro reconhecida pelo Estado. Para Natália Souza Lisboa e Iara Antunes de Souza (2015, p. 107), uma vida digna é representada por um conjunto de garantias, entre elas, o reconhecimento da identidade de gênero e da legitimação do nome social a partir de uma perspectiva trans não-patológica.

Assim sendo, o direito à cirurgia de transgenitalismo não pode estar atrelado ao reconhecimento da transexualidade como doença. No mesmo sentido, o uso do nome seja civil, seja social, não pode atrelar-se a esta mesma fundamentação tanto no caso dos transexuais como no caso dos travestis. Afinal, a identidade de gênero não depende da classificação patológica, mas da construção biográfica da pessoa, considerando a diversidade de direitos.

Na citação anterior, os pronomes relacionados às identidades “transexuais” e “travestis” estão no masculino, como escritos no artigo das autoras no ano de 2015. Porém, já é sabido que travestis expressam o gênero de acordo com identidades femininas, por isso, seus pronomes serão sempre no feminino. Natália Lisboa, em entrevista para esta pesquisa, reconhece este e outros equívocos possivelmente contidos no texto, destacando que é um artigo datado e que hoje já não se reconhece como a mesma pessoa que o escreveu.

O nome é uma das principais formas de identificação humana, ele pode definir a imagem, identidade pessoal, dizer sobre a personalidade e diferenciar os indivíduos através de uma locução. Mas, para além disso, o nome também se torna um direito civil dentro do exercício da cidadania, já que

o nome não serve apenas para (sic) designar a pessoa humana e desempenhar o papel de tornar possível o cumprimento do dever de identificação social, mas também, e principalmente, para proteger a esfera íntima e o interesse da identidade do indivíduo, direito de sua personalidade (MORAES, 2010. p. 152 apud LISBOA; SOUZA, 2015, p. 107).

Por isso, a garantia da escolha de um novo nome que represente fielmente a identidade de gênero de cada indivíduo é fundamental para o exercício do direito à personalidade. No meio educacional, desde 2018, o uso do nome social para transgêneros e travestis é obrigatório em qualquer nível e instituição de ensino. A resolução número 1 de 19 de janeiro de 2018, estabelece que:

Art. 1º Na elaboração e implementação de suas propostas curriculares e projetos pedagógicos, os sistemas de ensino e as escolas de educação básica brasileiras devem assegurar diretrizes e práticas com o objetivo de combater quaisquer formas de discriminação em função de orientação sexual e identidade de gênero de estudantes, professores, gestores, funcionários e respectivos familiares.

Art. 2º Fica instituída, por meio da presente Resolução, a possibilidade de uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica.

Art. 3º Alunos maiores de 18 (dezoito) anos podem solicitar o uso do nome social durante a matrícula ou a qualquer momento sem a necessidade de mediação.

Art. 4º Alunos menores de 18 (dezoito) anos podem solicitar o uso do nome social durante a matrícula ou a qualquer momento, por meio de seus representantes legais, em conformidade com o disposto no artigo 1.690 do Código Civil e no Estatuto da Criança e do Adolescente. (BRASIL, 2018)

Essa resolução representa, de fato, um grande avanço para todo o sistema educacional brasileiro, é uma forma de garantir minimamente o direito às crianças, adolescentes e adultos

fora da cisgeneridade, um reconhecimento da sua identidade e um acolhimento de acordo com suas demandas. Anterior à resolução de 2018, homologada pelo Ministério da Educação, já circulava, em 2015, outra resolução estabelecida pela Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal<sup>5</sup> no mesmo sentido, porém ainda sem força de lei.

Vê-se, portanto, que o sistema brasileiro de educação, de forma lenta, caminha em direção à uma educação mais igualitária, emancipatória e acolhedora para todos os estudantes. O tema “diversidade de gênero e sexualidade” vem sendo, aos poucos, inserido nos assuntos abordados dentro e fora das salas de aulas. Políticas públicas que defendam os direitos das pessoas trans, travestis e não-binárias, também aos poucos, vão tendo destaque nas esferas políticas da nossa sociedade. Tudo isso é resultado da luta e resistência do movimento trans, que vem ocupando espaços e se apropriando cada vez mais de seus direitos fundamentais, incluindo nestas conquistas e de forma “preciosa” a educação.

Escolhemos para objeto central de análise, portanto, a Universidade Federal de Ouro Preto e as suas políticas públicas de inclusão e assistência estudantil, com o intuito de entender de que forma a instituição contribui para o ingresso e permanência de pessoas trans no ensino superior. Além disso, procuramos observar como essa comunidade socializa, vive e experiencia a vida universitária dentro de um ambiente sem muitas referências e representações.

## **2.2 A Universidade Federal de Ouro Preto**

A Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)<sup>6</sup> é uma das mais antigas instituições de ensino superior do Brasil e por esse motivo tem sua história marcada por muito tradicionalismo. Localizada em um dos maiores centros históricos de Minas Gerais, Ouro Preto, a Universidade foi fundada em 1969 por meio da junção de duas faculdades centenárias originadas no século XIX, a Escola de Farmácia (1839) e a Escola de Minas (1876). Ambas foram pioneiras nos estudos relacionados à área farmacêutica e às áreas de mineração, geologia e metalurgia.

Ao longo dos anos, a instituição foi crescendo, modernizando e ganhando destaque no cenário da educação superior no Brasil. Por meio da adesão ao Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), a UFOP se expandiu em mais campi, estando presente hoje em outras cidades do interior do estado, como Mariana e João Monlevade. Atualmente, a Universidade oferece 51 cursos de graduação – 47 presenciais e

---

<sup>5</sup> Resolução disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/87749317/dou-secao-1-12-03-2015-pg-3>

<sup>6</sup> Todas as informações sobre a história da Universidade Federal de Ouro Preto foram retiradas do site da própria instituição, disponível em: <https://ufop.br/historia-da-ufop>

quatro à distância. Além de vários programas de pós-graduação, contando com 24 cursos de mestrado acadêmico e oito profissionais, 15 opções de doutorado e 10 especializações. No total, são mais de 11 mil alunos, cerca de 800 técnicos-administrativos e aproximadamente 900 professores, entre efetivos e substitutos.

O tradicionalismo citado anteriormente se mantém em diversos aspectos da vida universitária na instituição, desde os ritos praticados nas repúblicas estudantis, até a própria burocracia exercida pela universidade. O tema diversidade de gênero e sexualidade caminha a passos lentos dentro das esferas organizacionais da instituição. Quando analisamos o último levantamento sobre o Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação Ingressantes na UFOP (estudo comparativo 2013-2016), publicado pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis (PRACE) em 2019, não é possível encontrar nenhuma citação sobre orientação sexual, identidade ou expressões de gênero dos alunos. Além de que a categoria que define as porcentagens de gênero dos estudantes é caracterizada pela nomenclatura “sexo”, priorizando o sexo biológico como fator definidor.

Portanto, já encontramos aqui o primeiro impasse para a realização desta pesquisa: no documento mais atual sobre o perfil dos estudantes, não temos qualquer referência à parcela de alunos transexuais, travestis, não-binários, ou até mesmo LGBTQIA+. Outra medida de apuração tomada para tentar o acesso a qualquer informação sobre o número de discentes, docentes e servidores que fizessem parte da comunidade T, foi a consulta direta às Pró-Reitorias responsáveis por cada categoria, nesta segunda busca o resultado não foi diferente. Não obtivemos resposta de quase nenhuma delas, com exceção da Pró-Reitoria de Graduação, que nos concedeu a informação de que dos mais de 11 mil docentes da UFOP, apenas 13 utilizam a política de nome social.

Essa informação não é suficiente para responder quem ou quantos são os alunos trans dentro da comunidade acadêmica da UFOP. Nem todos os alunos queer da instituição utilizam nome social, outros tantos já têm os documentos retificados oficialmente e com isso chegamos a questão: de que maneira uma instituição de ensino pode estabelecer políticas públicas que beneficiem uma parcela específica de seus alunos sem ao menos saber quem são eles, sem conhecer suas demandas, necessidades, questões e aflições dentro do ambiente acadêmico?

Sabe-se que a PRACE oferece aos alunos atendimentos para orientação estudantil, além da avaliação socioeconômica com equipe multidisciplinar que dá acesso a bolsas e outros programas de assistência, porém, o atendimento individual, apesar de muito importante, pode não ser suficiente para mapear todas as demandas coletivas da comunidade trans da UFOP. Por outro lado, além dos serviços individualizados oferecidos pela Pró-Reitoria de Assuntos

Comunitários e Estudantis, a instituição conta com alguns programas e políticas já em exercício que beneficiam a população de alunos transgêneros.

A primeira delas, talvez a mais importante e que funcione de maneira mais eficaz, é a política do nome social. Como citado anteriormente, a garantia do nome social é regra em todos os níveis e em qualquer instituição de ensino do país, seja ela pública ou privada, desde 2018. Porém, na Universidade Federal de Ouro Preto, essa possibilidade já existia antes, desde o ano de 2015, por meio da Resolução CUNI n. 1.765<sup>7</sup>, aprovada por unanimidade pelo Conselho Universitário em 30 de julho daquele ano.

A UFOP reconhece o nome social sendo o modo como a pessoa é reconhecida, identificada e denominada na sua comunidade e no meio social, uma vez que o nome civil não reflete sua identidade de gênero e possa implicar em potencial constrangimento, podendo os discentes, servidores técnico-administrativos e docentes solicitarem a inclusão ou a retirada do nome social a qualquer tempo durante a manutenção do seu vínculo ativo com a UFOP. (LISBOA; SOUZA, 2015, p. 113)

A Pró-Reitora de Assuntos Comunitários, Natália de Souza Lisboa, concedeu entrevista para essa pesquisa a fim de esclarecer os processos e programas oferecidos pela PRACE à comunidade T da universidade. Natália<sup>8</sup> fez parte da criação da resolução que concede o direito ao nome social a alunos trans e travestis da UFOP. A política do nome social pode ser solicitada a qualquer momento na instituição, seja no ato da matrícula da graduação ou mesmo na pós-graduação. Para Lisboa (2021), a possibilidade contínua de acesso à política demonstra o respeito da universidade ao direito à personalidade dos estudantes: “A solicitação pode ser feita em qualquer momento porque entendemos que a identidade e o nome fazem parte de uma construção constante da personalidade.”

É importante ressaltar que por mais que a política de nome social seja efetiva para seus usuários e de poder ser requerida a qualquer momento, ela ainda não é totalmente difundida entre toda a comunidade. Em entrevista para essa pesquisa, uma aluna travesti não-binária, que apresentaremos no capítulo seguinte, nos falou sobre o desconforto de ainda utilizar seu nome de registro nas plataformas da universidade. Quando a informei sobre a possibilidade, procuramos mais informações no site da PRACE e não encontramos nenhuma menção de como dar início ao processo. Dar mais destaque e visibilidade à política é também uma forma de incentivar a permanência de alunos que não tiveram essa possibilidade no ato da matrícula,

---

<sup>7</sup> O Conselho Universitário é o órgão legislador de maior importância dentro da universidade. Esta resolução está disponível em: [http://www.soc.ufop.br/public/files/RESOLUCAO\\_CUNI\\_1765.pdf](http://www.soc.ufop.br/public/files/RESOLUCAO_CUNI_1765.pdf)

<sup>8</sup> Professora do Departamento de Direito, pesquisadora na área de decolonização dos Direitos Humanos, mestre em Garantia de Direitos Fundamentais, e doutora em Direitos Humanos.

ainda enquanto calouros, seja por ainda não se reconhecerem enquanto trans, ou seja por não conseguirem o acesso facilitado à informação.

Após a alteração feita junto à PRACE, o sistema já incorpora o nome escolhido pelo aluno nas identificações mais básicas da universidade, como as chamadas em sala de aula e a plataforma de ensino virtual, além de ser estendido também para todos os processos burocráticos e documentos relacionados à instituição. Lisboa e Souza (2015, p. 113) citam em seu artigo sobre a resolução do nome social na UFOP, as possibilidades de uso do artifício dentro da funcionalidade institucional. O nome social será exibido em:

- Documentos de uso interno;
- Diários de classe;
- Fichas e cadastros;
- Formulários;
- Listas de presença;
- Divulgação de notas e resultados de editais (tanto os impressos quanto os emitidos eletronicamente pelo sistema oficial de registro e controle acadêmico).

Os documentos referentes à conclusão de curso (histórico escolar, certificados, certidões, diplomas, atas e certificado de colação de grau) são emitidos com o nome do registro civil acompanhado em seguida do nome social. Além disso, o estudante tem o direito de ser chamado oralmente pelo nome social por todos os integrantes da comunidade acadêmica em qualquer situação, sem qualquer menção ao nome civil. A desobediência da resolução pode ocasionar para docentes e técnicos punição administrativa baseada no Regime Jurídico dos Servidores Públicos (Lei 8.112). Em consulta ao Grupo Permanente de Processo Administrativo Disciplinar (GRUPAD), não obtivemos resposta sobre o número de servidores que atualmente respondem ou já responderam processos administrativos referentes a casos como este e por isso, não é possível estabelecer algum nível de eficácia de responsabilização da instituição.

Quando conta sobre o processo de discussão acerca da instauração do nome social, Natália revela que encontrou resistência por parte de alguns servidores importantes da universidade.

Na época a gente tinha uma aluna trans no primeiro período e eu dou aula da parte geral de Direito Civil no primeiro período, eu trabalho com essa questão das pessoas, de direitos da personalidade, autonomia do corpo. E a professora Iara [Antunes de Souza, outra professora importante na criação da política] trabalha também com o biodireito, que trata da questão da existência das pessoas. Também tinha um professor, Luís Garcia, que era substituto no departamento, ele tinha um núcleo de estudo de gênero e sociedade. E na época a gente começou a conversar sobre essa necessidade. Já tinha surgido a possibilidade das pessoas se inscreverem no Enem e colocarem o nome social, e aí, de 2014 para 2015, a gente começou a conversar com a universidade

sobre essa possibilidade. Eu lembro que na primeira vez que apresentamos a possibilidade, foi colocado impedimento... eu lembro da expressão de uma das pessoas, que falou assim: “ah, mas isso não existe na universidade!” Aí eu devolvi a pergunta: “não existe ou você não tá querendo ver?”, né? A questão estava sendo ocultada e invisibilizada. (LISBOA, 2021)

Se analisarmos todos os impedimentos encontrados por essa pesquisa para obter qualquer dado sobre essa população dentro da Universidade Federal de Ouro Preto, é possível perceber que o pensamento de inexistência ainda perdura em algumas instâncias da instituição. Por mais que existam iniciativas e pessoas dispostas a levantar um discurso mais inclusivo e acolhedor, muitas vezes é necessário bater de frente com a burocracia e a transfobia institucional que insistem em apagar vivências e subjetividades dentro de um ambiente ainda muito cisnormativo e binarista. Outro desafio encontrado por Natália quando assumiu a PRACE, foi os editais de moradia estudantil oferecidos pela universidade:

A gente tinha os editais de moradia, as moradias socioeconômicas, elas são mistas. Mesmo sendo mistas, os quartos são duplos e são binários, são masculinos ou femininos. A Pró-reitoria sendo relativamente nova, um pouco mais de 10 anos, chegou essa demanda de um aluno não-binário... como que ia ser feita a inscrição? Aí eu falei: “não é a gente que decide.” (LISBOA, 2021)

Natália conta que buscou no sistema todas as pessoas que tinham cadastro de nome social, se reuniu com aquelas que se dispuseram e tentaram, juntos, encontrar uma solução para o processo de entrada nas moradias estudantis. O diálogo se baseou em encontrar uma saída mais inclusiva mesmo com todas as limitações institucionais que não poderiam ser negadas. Durante a conversa surgiram ideias como criar casas para um público exclusivamente trans, mas para a pró-reitora de assuntos comunitários, essa não seria uma solução viável.

Seriam novos guetos que a gente ia construir. Aí não é inclusão, não tá cumprindo nem a própria função da universidade de educação, de integração. E aí a gente conversou, pensamos muito e junto com as pessoas trans, que se identificaram, reconheceram e foram conversar com a gente, chegamos a um acordo. Hoje a gente faz nos editais de moradia um prazo diferente. Nós temos um prazo anterior de finalizar a inscrição que a pessoa trans escolhe qual moradia que ela vai concorrer, se é feminino ou se é masculino. Antes, o sistema, ele já lia né, feminino para vaga feminina, masculino para vaga masculina... pensando que a nossa alteração foi no nome e não de gênero né? Então a gente tem feito os editais nesse sentido, onde os próprios alunos têm oportunidade de se manifestar para que possa daí colocar qual quarto prefere, infelizmente ainda dentro das categorias... (LISBOA, 2021)

Além dessas alterações nos sistemas que representam uma tentativa de oferecer mais segurança e acolhimento às pessoas trans, travestis e não-binárias da universidade, a PRACE criou também o Programa de Incentivo à Diversidade e Convivência (PIDIC). Quando perguntada sobre a existência de grupos profissionais de apoio, núcleos de acolhimento, conselhos, diretorias ou órgãos responsáveis por ouvir e solucionar as questões da comunidade

LGBTQIA+ na universidade, Natália Lisboa cita que o programa surgiu como um braço da Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis, justamente com a intenção de oferecer esse apoio aos estudantes ligados a minorias. Segundo a página do PIDIC no site da PRACE, o objetivo do programa é:

estimular e apoiar a realização de atividades, que visem promover a igualdade de direitos entre estudantes, na modalidade de graduação presencial no enfrentamento de discriminações como o racismo, sexismo, machismo, homofobia, transfobia, capacitismo, entre outras, que afetam a sua permanência e seu desenvolvimento em todas as unidades da UFOP.<sup>9</sup>

Percebe-se que a abordagem do programa é mais voltada para o tripé basilar da universidade pública, ensino, pesquisa e extensão, com projetos que abordam assuntos relativos à diversidade e convivência de maneira pedagógica entre os bolsistas e participantes. Apenas no ano de 2021, vinte e sete projetos de vários tipos foram beneficiados com o apoio do PIDIC. São iniciações científicas e projetos de extensão que pensam a saúde, o conhecimento e o autocuidado de maneira integralizada, oferecendo desde grupos de acolhimento, oficinas de dança e yoga, até pesquisas sobre leis e estatutos relacionados à diversidade. Porém, apenas dois desses projetos são exclusivamente voltados para assuntos relacionados à pautas LGBTQIA+.

Portanto, se retomarmos a pergunta feita à pró-reitora, na qual indagamos a existência de iniciativas/órgãos/diretorias/núcleos ligados à universidade que sejam responsáveis por pensar políticas públicas, solucionar casos de violência (transfobia/homofobia) ou acolher as demandas da comunidade, percebemos que por mais que o PIDIC seja uma extensão de diversidade da PRACE, ele ainda não exerce o papel de apoio jurídico, psicológico e de acolhimento exclusivamente a pessoas trans ou LGBTQIA+ da universidade.

Outro ponto importante de destaque é o atual contexto político-social do Brasil. Para Scote e Garcia (2020, p. 22), “o direito à educação de qualidade é um aspecto fundamental e deve ter como prioridade a construção de uma sociedade inclusiva e, por isso, assegurar adequadamente esse direito é um dever do Estado”. Como dito anteriormente, nas últimas décadas, o acesso à educação superior foi beneficiado às minorias étnicas e sociais por meio das políticas públicas e ações afirmativas de ingresso, porém, desde de 2014 as pautas de diversidade de gênero e sexualidade na educação vêm sendo cada vez mais inferiorizadas e estigmatizadas pelos parlamentares fundamentalistas religiosos e conservadores que ocupam os espaços de poder hoje no país.

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://prace.ufop.br/assistencia-estudantil/orientacao-estudantil/incentivo-diversidade-e-convivencia-pidic>

A partir de 2014, os poucos avanços relacionados a políticas educacionais e de reconhecimento da população trans e LGB recém-conquistados vêm passando por questionamentos que poderão culminar em retrocessos capazes de, futuramente, modificar as conquistas já legitimadas. Nesse sentido, podemos citar a exclusão/retirada de alguns Planos de Educação estaduais e municipais, a menção, a discussão e o trabalho com questões cujo foco é a diversidade e a igualdade de gênero no âmbito escolar, contrariando flagrantemente as Diretrizes Nacionais da Educação (CARVALHO, 2015, apud SCOTE, GARCIA; 2020, p. 5).

A luta que até então vinha sendo pela expansão de direitos, hoje é caracterizada pela tentativa incansável de mantê-los. Natália Lisboa, quando perguntada a que patamar se encontrava a discussão sobre a possibilidade de uma ação afirmativa específica para pessoas trans na UFOP, destacou que mesmo que não trabalhe diretamente com a questão do ingresso na instituição, ela desconhece qualquer iniciativa geral da universidade para criação de tal política. Relembra, porém, alguns programas de pós-graduação específicos que colocaram em pauta essa possibilidade, como o programa do curso de História que realizou votação sobre o assunto, por exemplo. Mas quando fala do cerne do problema, a isenção e aversão do Estado brasileiro acerca de temáticas de gênero, Natália diz que imposições autoritárias nunca servem para expandir os direitos, apenas para retirá-los.

Essa questão do governo é muito importante. Eu trabalho há muitos anos com Direitos Humanos e é muita loucura né, porque a gente ficou trabalhando com a conquista de direitos e agora a gente tá lutando para não perder. É uma coisa que dentro da nossa recém democracia, a gente não tá sabendo ser democrático, não aprendemos ainda como fazer. Eu acredito que isso só possa ser feito coletivamente, não existe imposições de cima pra baixo para cumprir direito, a verdade é que elas só existem para retirar. (LISBOA, 2021)

A consequência desse apagamento é clara, basta consultar os números que relacionam pessoas trans no mercado de trabalho, ou até mesmo analisar os números referentes às violências sofridas por elas. Como já dito em capítulos anteriores, o Brasil segue sendo o país que mais mata pessoas trans em todo o mundo. A vulnerabilidade social que o não acesso à educação causa, contribui diretamente para a transfobia que está instalada e é reforçada dia após dia em nossa sociedade, levando pessoas trans (principalmente transfeminas e travestis) às margens do mercado de trabalho.

Quando a escola falha no acolhimento e no oferecimento de condições para a permanência às pessoas trans – por meio do uso do nome social; acesso ao banheiro adequado à sua expressão de gênero; e o combate da violência cotidiana por outros alunos, docentes e funcionários do espaço escolar, dentre outras ações – “[...] ratifica-se a prostituição como saída para a sobrevivência, uma vez que restam poucas chances de qualificação para o trabalho e outras formas de sustento”. (TONELI et al., 2015, p. 94 apud SCOTE; GARCIA, 2020, p. 8)

A escola representa, muitas vezes, garantia de ascensão social, cultural e principalmente, econômica. Para pessoas trans pode representar, ainda, uma única oportunidade de ser vista e respeitada como indivíduo perante a sociedade, por isso, é necessário continuar em luta para que os direitos educacionais da comunidade T sejam expandidos e respeitados. Afinal, como cita Érica Malunguinho, em discurso a favor das cotas para pessoas trans na Universidade Federal do ABC, em 2018, retirado de um vídeo ao vivo do Facebook, “ter os nossos corpos dentro desses espaços não é um benefício para nós, é um benefício, sim, para a universidade, que terá a possibilidade e o privilégio de lidar com mentes que resistiram e construíram subjetividades, intelectualidade e conhecimento a despeito de toda a opressão.”<sup>10</sup>

Portanto, a Universidade Federal de Ouro Preto precisa aprimorar e engrandecer suas iniciativas que favoreçam o ingresso e permanência de pessoas trans em sua comunidade acadêmica, a começar com a criação de mais políticas específicas para essa população. Para imergir com mais profundidade no universo trans da UFOP, foram realizadas seis entrevistas com pessoas de variadas identidades e expressões de gênero, o objetivo foi apurar quais são suas necessidades, demandas e questões realizadas ou não pela universidade. No próximo capítulo, destrinchamos este mapeamento.

---

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/watch/?v=389834835159888>. Acesso: 1ª dez 2021. Minutagem: 4'07'' à 4'38''

### 3 MAPEAMENTO PARTICIPATIVO

Nesta etapa da pesquisa, iniciamos um mapeamento participativo, baseado em vivências e histórias reais de pessoas transexuais e não binárias da Universidade Federal de Ouro Preto. A intenção do mapeamento, além de reunir dados e levantar as demandas dessa comunidade, é também entender em que realidade vive a população queer dentro da instituição e analisar, a que nível, artifícios de comunicação corporal, como a passabilidade, contribuem na permanência desses indivíduos no ambiente universitário.

Para a construção teórica do mapeamento, foram consultados autores que relacionam a transfobia institucional e social, com as imposições excludentes criadas pelo sistema capitalista, suas diversas formas de controle e as opressões que surgem como resultado. O combate ao patriarcado, principalmente, precisa estar atrelado a outras lutas como a anti-transfobia, o anti-racismo e o anti-classismo.

As discriminações que pessoas trans vivenciam na cena contemporânea nos exige um esforço teórico-conceitual e prático-político que não se encaixa em um único âmbito de discussão. Examinar este tema requer o ponto de vista sociológico e antropológico e implica considerar, fundamentalmente, as determinações concretas da realidade, ou seja, de que o solo histórico e material das relações de gênero e das vivências transdiversas é a sociedade capitalista patriarcal. (MARINHO, 2018, p. 603)

Já para os dados sobre o objeto principal dessa pesquisa, a UFOP, foi preciso um maior desprendimento de trabalho para alcançá-los. Por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e contato direto com as Pró-Reitorias da universidade, foram levantadas poucas informações em relação à população trans da instituição e suas políticas públicas. Como exposto no capítulo anterior, nessa última medida de apuração, apenas obtivemos resposta da Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD), que ao falar sobre o número de discentes trans da UFOP, informou que dos mais de 11 mil alunos da instituição, apenas 13 utilizam a política de nome social. Além disso, acessamos a Pró-reitora de Assuntos Comunitários, Natália de Souza Lisboa, que em nome da PRACE, em entrevista para este trabalho, falou mais detalhadamente sobre as políticas de assistência estudantil e de diversidade da universidade.

Frente a uma escassez de dados e à dificuldade de conseguir informações mais profundas, fez-se necessária uma mudança de foco no trabalho. O que antes abordaria assuntos mais subjetivos, como a comunicação corporal de pessoas trans, precisou assumir um caráter mais prático, mas não menos complexo: a existência, em si, dessas pessoas dentro do ambiente universitário.

Pensando nisso, foi criado um formulário que analisa quantitativamente a vida dessas pessoas na universidade, como um banco de dados que aborda questões étnico-raciais, classe social, período de transição e passabilidade, além de um espaço para falar um pouco sobre experiências específicas dentro da UFOP. Concomitantemente, foi criado um roteiro de entrevistas desenvolvidas com seis pessoas, duas que se identificam como travestis, dois transmasculinos, uma pessoa não-binária e uma pessoa de gênero fluído, a fim de aprofundar qualitativamente nosso mapeamento e trazer o protagonismo para que as personagens contem sobre suas próprias vivências e experiências como pessoas queer da Universidade Federal de Ouro Preto. Nos próximos subtítulos, exploraremos um pouco mais desses processos metodológicos.

### **3.1 Questionário aplicado**

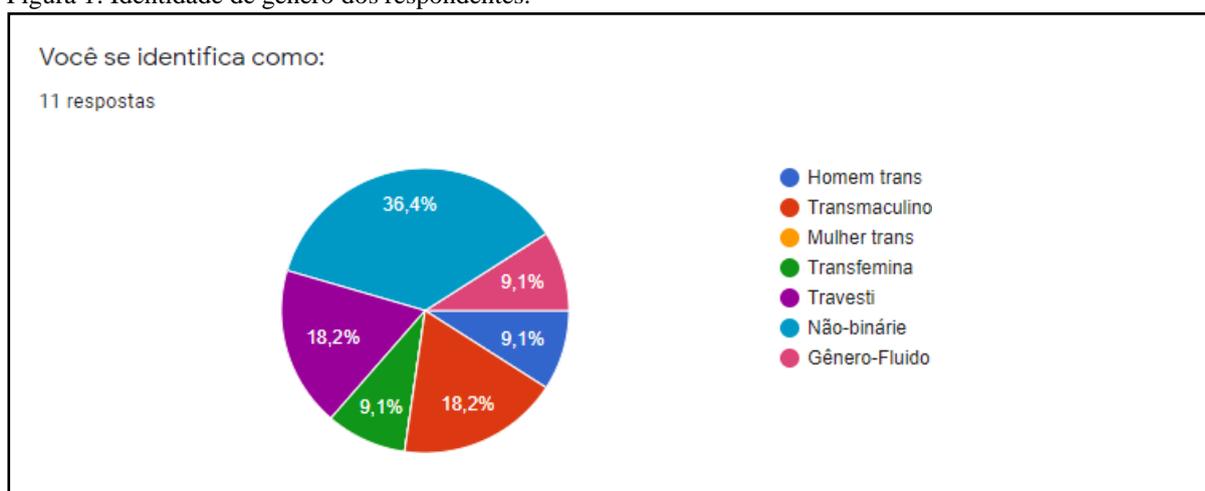
Para alcançar mais informações sobre a população trans da Universidade Federal de Ouro Preto, foi aplicado um questionário de 27 perguntas, baseadas nos critérios que se repetem em outras pesquisas de perfil socioeconômico-cultural. Separamos a coleta de informações em duas partes, não estritamente divididas, a primeira que coleta dados objetivos/quantitativos sobre a realidade dessas pessoas, e a segunda que aborda assuntos mais subjetivos/pessoais. Dentro da primeira categoria tivemos perguntas como: identidade de gênero, idade, autodeclaração étnico-racial, renda familiar e utilização de políticas de ingresso e permanência. Já na segunda, tocamos em temas como: expressões corporais, passabilidade, transição de gênero, experiências dentro da instituição, acolhimento, liberdade, entre outras. O formulário é anônimo e o registro do e-mail para futuros contatos foi feito de maneira voluntária.

Por se tratar de uma pesquisa precursora, construída durante um período de pandemia e em um tempo menor que o habitual, ainda não foram alcançados os números desejados de respondentes, porém, já conseguimos estabelecer algumas respostas às quais antes, não tínhamos acesso. O questionário obteve 11 respostas no total, de pessoas de variadas faixas etárias, identidades e expressões de gênero e, por coincidência ou não, de cursos mais voltados para o estudo das Humanidades e Ciências Sociais. Este ponto é de importante destaque, já que, nas entrevistas individuais, as áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais e as Artes foram repetidas vezes associadas a uma realidade diferente daquelas vivenciadas em cursos de outras áreas, com maior acolhimento e mais respeito às diversidades.

O questionário foi produzido na plataforma Google Forms e divulgado em redes sociais de Centros Acadêmicos da universidade, grupos de projetos ligados ao tema diversidade e

grupos de turmas da UFOP. Houve a tentativa de divulgação oficial pela Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis, que por norma, apenas pode divulgar formulários estabelecidos pela própria instituição. Com essas três estratégias de difusão, o questionário obteve 11 respostas, dentre elas, a maioria das pessoas se identificaram como não-binária, sendo uma pessoa de gênero-fluído, um homem trans, duas pessoas transmasculinas, duas travestis e quatro não-binárias.

Figura 1: Identidade de gênero dos respondentes.



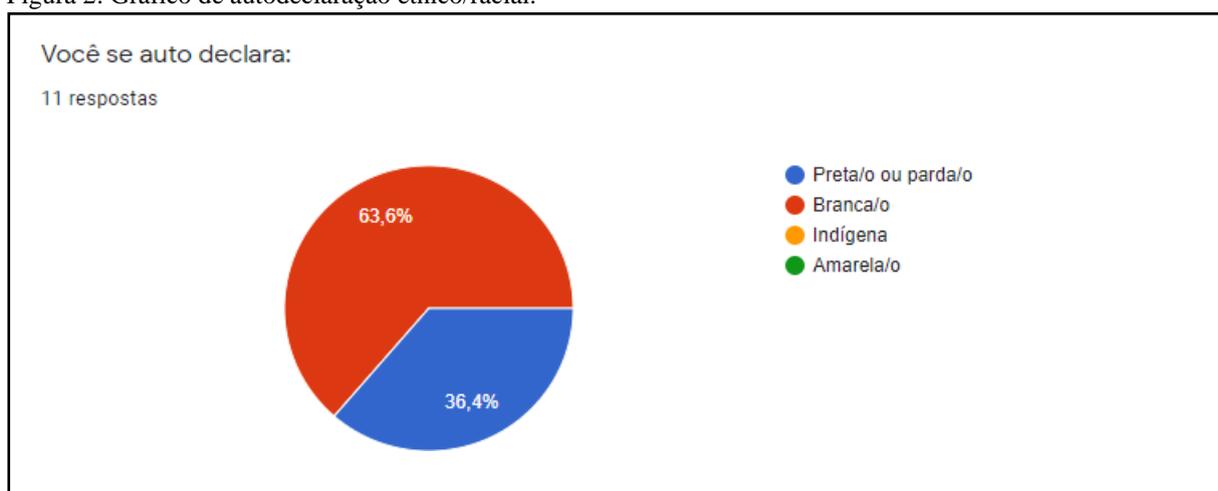
Fonte: Gráfico gerado pela plataforma Google Forms a partir de formulário autoral. (2021)

As idades variaram entre 20 e 42 anos, sendo sete estudantes da graduação, um estudante da pós-graduação e três pessoas já formadas. Os cursos relatados foram: Artes Cênicas (1), Jornalismo (5), História (2), Letras (2) e Serviço Social (1). Como expus anteriormente, os cursos citados podem reproduzir uma realidade de convivência diferente de outros cursos mais tradicionais e de áreas menos ligadas ao estudo social e humano.

A amostragem analisada, porém, não reafirma o dado estudado pelo GEMAA (PORTELA; JUNIOR, 2021) com informações retiradas da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Instituições Federais de Ensino Superior Brasileiras (ANDIFES, 2018). Nele, a parcela de estudantes trans negros nas universidades públicas brasileiras é maioria, com 58%. No questionário aplicado aos estudantes trans da UFOP, 63,6% das pessoas se autodeclararam brancas e 36,4% pretas ou pardas. Já no quesito renda familiar, os estudos se encontram nos resultados, a maior parte dos estudantes trans do Brasil estão na faixa de até um salário mínimo e meio, com 76%, os alunos trans da UFOP dentro dessa faixa (no questionário essa parcela é alocada em até 2 salários mínimos), também são maioria, representando 63,6% dos respondedores. De todos estes, os alunos que ingressaram por meio de política de ação afirmativa representam 54,5% do total. A mais

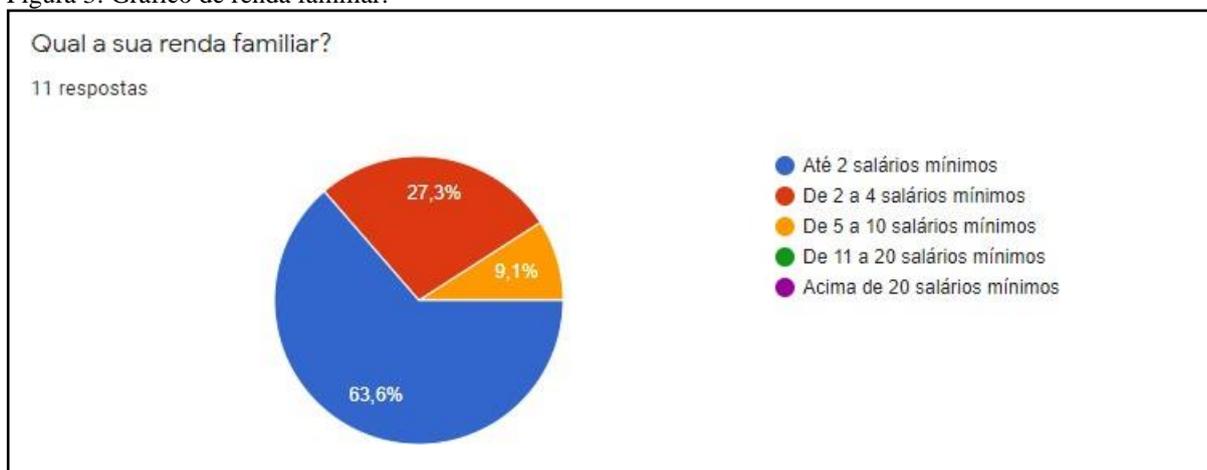
utilizada é a de escola pública, em seguida observamos as cotas socioeconômicas, e depois, as étnico-raciais.

Figura 2: Gráfico de autodeclaração étnico/racial.



Fonte: Gráfico gerado pela plataforma Google Forms a partir de formulário autoral. (2021)

Figura 3: Gráfico de renda familiar.

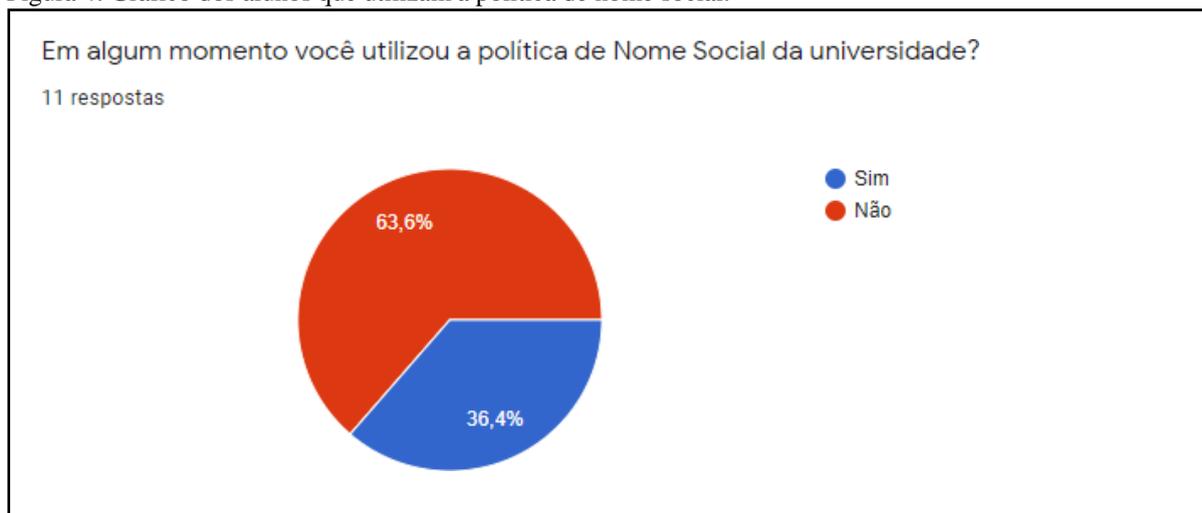


Fonte: Gráfico gerado pela plataforma Google Forms a partir de formulário autoral. (2021)

Outro ponto importante a ser analisado é que o número de respondentes que não utilizam a política de nome social é maior do que aqueles que a utilizam. Isso pode ser um indício de que, se o critério utilizado pela Universidade Federal de Ouro Preto para definir seus alunos transgêneros é o cadastro na política de nome social, podemos afirmar que o conhecimento da instituição para com essa população é insatisfatório, já que em uma pequena amostra de 11 alunos consultados, a maior parte ainda utiliza seu nome de registro. Essas sete pessoas,

representam apenas uma parcela das tantas outras partes ainda invisibilizadas pelo desinteresse da universidade em conhecê-las. Além disso, destaca-se um fato: o número total de respondentes do questionário é quase equivalente ao número total de alunos trans conhecidos pela UFOP em todos os seus *campi*, 13, de acordo com o número fornecido pela PROGRAD.

Figura 4: Gráfico dos alunos que utilizam a política de nome social.



Fonte: Gráfico gerado pela plataforma Google Forms a partir de formulário autoral. (2021)

Sobre a efetividade da política, em pergunta aberta, os usuários discorreram um pouco sobre suas experiências. Dois participantes alegaram efetividade. Um deles declara que o nome social foi respeitado em todos os momentos pela UFOP, mas que já passou por um problema relacionado ao nome de registro na Plataforma Moodle<sup>11</sup>, que foi solucionado com rapidez e respeito, pelo Núcleo de Tecnologia da Informação - NTI. O outro, relata que a efetividade da política se dá mais em âmbitos menores, como: a plataforma virtual, as listas de chamada e os e-mails institucionais, porém, quando se aumenta a burocracia do processo, a política apresenta muitas falhas. O entrevistado cita um episódio recente, ocorrido na inscrição para o evento acadêmico Encontro de Saberes 2021, realizado pela UFOP. No relato, o respondente cita não haver espaço para inserção do nome social no cadastro, que é feito pelo CPF e computa automaticamente o nome de registro do estudante. Portanto, todos os alunos trans que utilizam da política de nome social, não tiveram seus direitos exercidos no ato da inscrição.

Um dos participantes relata que este é seu primeiro semestre utilizando o nome social, e por isso, ainda não vivenciou nenhum problema. Outro compartilha que ainda não utiliza oficialmente a política, mas que se apresenta para professores e colegas com o nome social, e

<sup>11</sup> Plataforma virtual de acesso para alunos e professores da universidade.

que é respeitade. Um único entrevistado relata problemas constantes no uso da política, diz que em chamadas sempre retornam com seu nome morto, mesmo já tendo os documentos oficialmente retificados, e que muitas vezes os professores insistem em vocalizar o nome de registro em sala. Todos estes relatos demonstram que apesar do funcionamento relativamente bom da única política criada especificamente para a população trans da universidade, ainda existem inúmeros pontos a serem ajustados, para que, de fato, as pessoas trans possam ter seus nomes sociais respeitados e se sintam mais seguras e acolhidas dentro da instituição.

Quando o assunto é transição e passabilidade, pode-se perceber um consenso entre as opiniões relatadas. Todos os respondentes acreditam que a condição de passabilidade auxilia no processo de sociabilidade e permanência dentro da universidade, porém, alguns deles criticam o fato de o respeito e a aceitação para com pessoas trans seja medido pela aproximação estética da cisgeneridade. Segundo Pontes e Silva (2017, p.407), “a passabilidade, implicada em uma performatividade de gênero, dispõe um conjunto de atos regulados e repetidos que asseguram uma imagem substancial de gênero no registro de uma matriz heterossexual e cisgênera”. Do outro lado da moeda, estão os corpos trans que ainda não passaram pela transição, ou ainda, aqueles que não desejam passar pelo processo, a estes, que subvertem o padrão inteligível do que é considerado homem e mulher, são direcionados diversos tipos de violências físicas e sociais que desrespeitam e questionam suas identidades.

Nesse contexto, a experiência de passabilidade é reveladora de um registro normativo que lê corpos como inteligíveis na medida em que estes agenciam marcas corporais (características relacionadas ao sexo: seios, estrutura corporal, pelos, dentre outras) com vistas à reiteração performativa da linearidade sexo-gênero. As corporalidades que escapam pela descontinuidade tendem a tornar-se abjetas, habitando as zonas inóspitas da vida social, o que situa a experiência de passabilidade de forma dupla: como imposição e exigência normativa no registro cisgênero e como estratégia de segurança frente a situações de violação, derivando outros questionamentos. (PONTES; SILVA, 2017, p. 410)

De acordo com as respostas, 40% dos entrevistados não fazem nenhum dos procedimentos de transição, 36,4% ingressaram na universidade antes da transição e apenas 18,2% ingressaram já com o processo iniciado. Se levarmos em consideração que a maior parte destas pessoas ainda não estão em condição “passável” – e talvez nunca estejam seja por não poderem ou mesmo por não quererem – é papel da universidade garantir a segurança e o mínimo conforto nos momentos de socialização destas pessoas dentro de ambientes institucionais, como moradias estudantis, restaurantes universitários, sala de aula, entre outros espaços.

Figura 5: Gráfico que relaciona o processo de transição e o ingresso na universidade.



Fonte: Gráfico gerado pela plataforma Google Forms a partir de formulário autoral. (2021)

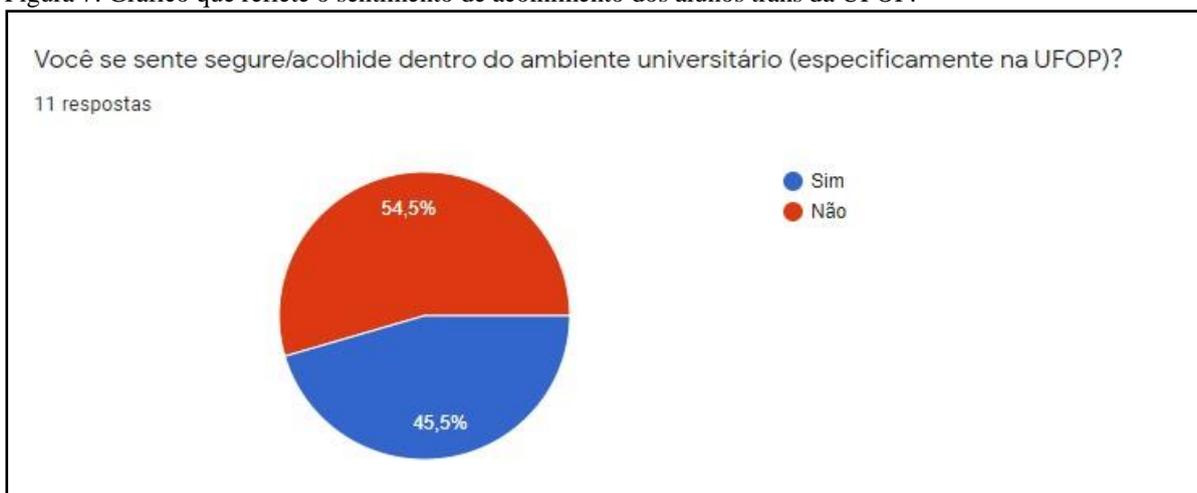
Outro ponto de convergência entre os relatos, é de que expressões corporais e os artifícios da corporalidade, independentemente de estarem dentro da passabilidade ou não, contribuem para a autoafirmação das identidades dentro do ambiente universitário. Entre os artifícios mais citados, estão: roupas, acessórios e elementos de beleza (maquiagens e esmaltes, por exemplo), tonalidade da voz, comprimento dos cabelos, modo de andar e de se portar, além de características corpóreas como pelos, seios, e traços advindos da hormonização. De forma positiva, a maioria, 72,7%, se sente suficientemente livre dentro da UFOP para exercer sua expressão de gênero, porém, 27,3% dos respondentes não se sentem acolhidos pela instituição.

Figura 6: Gráfico que reflete o sentimento de liberdade dos alunos trans da UFOP.



Fonte: Gráfico gerado pela plataforma Google Forms a partir de formulário autoral. (2021)

Figura 7: Gráfico que reflete o sentimento de acolhimento dos alunos trans da UFOP.



Fonte: Gráfico gerado pela plataforma Google Forms a partir de formulário autoral. (2021)

A resposta para esta discrepância entre a liberdade e o acolhimento, pode ser relacionada em outra pergunta do questionário. Quando perguntado se as políticas de assistência da UFOP são suficientes para garantir a permanência das pessoas trans no ensino superior, 90,9% dos participantes garantem que não.

Figura 8: Gráfico referente às políticas de assistência da UFOP.



Fonte: Gráfico gerado pela plataforma Google Forms a partir de formulário autoral. (2021)

Portanto, o questionário confirma, mesmo com uma escala reduzida de participantes, a insuficiência de apoio da universidade para as pessoas trans e não-binárias da instituição. É preciso valorizar o protagonismo da comunidade e abrir cada vez mais espaço para que as pessoas trans da universidade ocupem os espaços de tomada de decisão acerca de suas próprias demandas, afinal:

as atividades de militância no contexto universitário surgem como um imperativo na construção das políticas inclusivas para esse segmento, uma vez que permitem a transição de uma política feita “pelo/a” outro/a em uma política construída “com” o/a outro/a. Participar efetivamente neste processo é essencial para a construção de ações que ampliem a visibilidade e debates sobre questões relacionadas à população LGB e, principalmente, T. (SCOTE; GARCIA, 2020, p.18)

É necessário e urgente que a Universidade Federal de Ouro Preto reveja seus processos, questione suas possibilidades, pesquise sobre a existência desses alunos e construa junto – e para – essa comunidade, uma forma mais inclusiva, respeitosa e diversa de formação.

### **3.2 Vivendo na pele**

O subtítulo “Vivendo na pele” se traduz na necessidade de ser escuta e de amplificar vozes que há muito são caladas. Assumir a responsabilidade de falar sobre uma população da qual eu não faço parte é, respeitosamente, atravessar vivências e demandas urgentes, a fim de se fazer mais conhecida a necessidade de atenção destas pessoas dentro do sistema educacional, principalmente no ensino superior. Aceito aqui o meu papel social de jornalista e tento, de alguma forma, contribuir para que a comunidade trans da Universidade Federal de Ouro Preto se insira em uma nova realidade nos próximos tempos, com melhores condições de permanência, respeito e de novas representações.

Segundo Eliane Brum, "o repórter de verdade atravessa a rua de si mesmo para olhar a realidade do outro a partir de sua visão de mundo", (BRUM, 2008, p.347), por isso, daqui em diante, dou lugar às falas daqueles que vivem na pele a experiência de serem apenas 0,2% dos alunos inscritos nas universidades públicas brasileiras, daqueles que precisam iniciar sua trajetória acadêmica e profissional com poucas referências do que é ser uma pessoa trans escolarizada no Brasil, mas que, apesar disso, ocupam este espaço, promovendo não só uma ruptura com os antigos conceitos de gênero e sexualidade, como também uma revolução na forma de se produzir conhecimento. Fazer com que essas pessoas assumam o protagonismo de suas histórias e se apoderem da possibilidade de contá-las, não é apenas dar uma oportunidade,

mas sim, cumprir com uma obrigação de reparação histórica, após tantos anos de apagamento, estigmatização e silenciamento.

Iniciamos, portanto, a parte qualitativa de nosso mapeamento. Foram ouvidas seis pessoas em entrevistas semiestruturadas, das quais, duas se identificam como travestis, dois transmasculinos, uma pessoa não-binária e uma pessoa de gênero fluído. Foram seis categorias de perguntas que se dividiram entre: apresentação, histórico escolar, aceitação, educação inclusiva, posicionamento social e entrada e permanência. Prezando pelo sigilo dos entrevistados, as seis pessoas serão identificadas com E1, E2, E3, E4, E5 e E6, e serão apresentadas mais profundamente no subtítulo “Experiências pessoais registradas”.

Para Jorge Duarte, a entrevista é uma técnica clássica para obtenção de informações nas Ciências Sociais, por isso, a fim de trazer o protagonismo para a população trans da UFOP, utilizaremos o método da entrevista individual profunda, “técnica qualitativa que explora um assunto a partir da busca de informações, percepções e experiências de informantes para analisá-las e apresentá-las de forma estruturada”. (DUARTE, 2005, p. 62).

Para o roteiro de perguntas, optamos pelo formato semiestruturado, que segundo Triviños (1990, p. 46, apud DUARTE, 2005, p. 66), parte de uma série de hipóteses e questionamentos bases de interesse à pesquisa, e no decorrer das respostas, oferece a possibilidade de aprofundamento em pontos citados que antes não haviam sido referenciados. Desta maneira, o entrevistador possui a flexibilidade de adaptar suas questões a partir da disponibilidade, qualidade das respostas, conhecimento e circunstâncias das informações cedidas pelo entrevistado. Para essa pesquisa, as perguntas perpassam em pontos chave da vida escolar de uma pessoa trans, abordando temas como subjetividades da infância e adolescência trans na escola, bullying, exclusão, transição, passabilidade, aceitação, autonomia oferecida pela universidade frente às expressões de gênero, possibilidade de aprofundamento nos estudos, prospecção profissional, o ensino superior atrelado à ascensão social e abertura da UFOP para com as demandas dessa comunidade.

Os participantes foram escolhidos a partir da lista de entrevistados do projeto paralelo de documentário que inspirou este trabalho, além disso, alguns e-mails foram disponibilizados voluntariamente em nosso questionário quantitativo. A escolha foi baseada em quesitos de diversidade que representassem o máximo de interseções e possibilidades dentro da comunidade trans, com convites feitos a partir de contato telefônico, e-mail e mensagens de Whatsapp. Em função da pandemia, todo o trabalho de apuração precisou ser feito de maneira remota, tanto as entrevistas, quanto às consultas de documentos e órgãos da universidade. Nos

apêndices do trabalho, encontram-se todas as entrevistas transcritas na íntegra, assim como o questionário e todas as suas respostas.

Abaixo, analisamos e destacamos padrões que surgiram a partir das respostas de nossos entrevistados. Experiências compartilhadas e ao mesmo tempo tão particulares de cada corpo no mundo escolar, entendimentos criados frente as interseções que surgem a partir de raça, classe e expressão de gênero próprias de cada um. Ao fim, esperamos responder à questão central de nossa pesquisa, afinal, qual a influência da passabilidade e das questões corpóreas na permanência e boa socialização das pessoas trans na universidade para além do reconhecimento político de suas identidades por meio da instituição de ensino.

### **3.2.1 Experiências pessoais registradas**

A fim de personificar os números encontrados no questionário aplicado anteriormente, foram escolhidas seis pessoas trans da Universidade Federal de Ouro Preto para responder ao roteiro de perguntas qualitativas do nosso mapeamento. A intenção foi imergir na realidade dessas pessoas e poder conhecer um pouco mais suas opiniões, experiências, sentimentos e necessidades. Além de destacar, principalmente, a perspectiva de uma população excluída sistematicamente da vivência universitária, mas que, apesar dos pesares, resiste e ocupa. Foram selecionadas pessoas de diferentes identidades e expressões de gênero, classes sociais e identificações étnico/raciais.

Para melhor compreensão das narrativas que serão entrelaçadas daqui para frente, faremos uma apresentação mais detalhada das personagens participantes de nossa pesquisa, isso porque entendemos a importância de outras diversas características que nos atravessam para além da identidade de gênero. Com a finalidade de garantir sigilo às nossas fontes, abaixo, apresentamos um quadro que caracteriza e codifica os entrevistados. Em seguida, detalhamos suas apresentações de acordo com a primeira resposta do nosso roteiro.

<b>Código</b>	<b>Idade</b>	<b>Identidade e expressão de gênero</b>	<b>Curso</b>
<b>E1</b>	42	Homem trans	Jornalismo
<b>E2</b>	21	Gênero fluido	Letras
<b>E3</b>	22	Travesti não-binária	Letras
<b>E4</b>	21	Não-binário	História

<b>E5</b>	23	Travesti não-binária	Artes Cênicas
<b>E6</b>	22	Transmasculino	Serviço Social

**Quadro 1:** Codificação e caracterização de entrevistados.

**Fonte:** Elaboração própria.

Para apresentar os interlocutores escolhidos, foram utilizados códigos de letras e números, a fim de facilitar o acesso às suas histórias e experiências na UFOP sem qualquer comprometimento. Todas as entrevistas foram gravadas para arquivo da pesquisa e o uso das respostas no trabalho foi autorizado pelos próprios entrevistados. Todos os nomes citados durante as entrevistas foram alterados para a não identificação dos participantes. Todas as informações características das personagens são frutos de auto-declarações.

Caracterizadas as personagens, seguimos agora para um conhecimento mais profundo de suas histórias. A apresentação foi feita a partir de: nome, idade, pronomes, curso na universidade e um breve histórico do entendimento como pessoa trans. Abaixo, fazemos um apanhado das informações mais importantes para entender a realidade de cada entrevistado.

E1 é um homem trans, 42 anos, estudante de jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, ele é um homem negro e já vivenciou a universidade outras duas vezes ao longo da vida. Na primeira, cursou Artes Visuais na Universidade Estadual de Minas Gerais (UEMG), na segunda, cursou Letras na própria UFOP, ambas as experiências aconteceram antes de sua transição. Em seu breve histórico de reconhecimento, E1 relata ter vivido dificuldades em compreender seu desvio de gênero. Para ele, seu desconforto só ficou mais claro no período da adolescência, quando os hormônios femininos passaram a fazer mais efeito em seu corpo.

Eu comecei a sofrer bastante assim comigo mesmo, era uma imagem que eu não queria ter, então eu não olhava muito no espelho, eu não... realmente eu não me amava e na verdade eu fui deixando para lá, porque eu não sabia o que era, simplesmente pensava que eu era depressivo, pensava que eu tava com alguma coisa por causa do peso... pensava sempre outras coisas, mas não pensava que era transexualidade, porque não era uma coisa que estava no meu conhecimento, né? (E1, 2021)

E1 cita que um produto audiovisual que tratava das modificações no corpo de uma mulher a partir do uso de hormônios, chamou sua atenção ainda na adolescência. Por mais que ainda não se reconhecesse como uma pessoa trans, E1 percebeu que aquilo poderia ter algo a ver com suas inquietações. Ele considera ter iniciado sua transição tardiamente, por alguns medos, entre eles, a mudança na voz promovida pelo hormônio masculino. E1, que é radialista, adiou ao máximo até que não encontrou mais perspectivas de vida dentro de um corpo feminino e hoje, aos 42 anos, já se completam dois do início de sua transição.

E2 representa as pessoas de gênero-fluído na nossa pesquisa. Com 21 anos, negro e cursando Letras na UFOP, E2 relata se identificar com quaisquer dos pronomes (ele/dele, ela/dela ou elu/delu). Em sua história, a fluidez no gênero sempre esteve presente, ora invadido pelo sentimento de ser uma mulher, ora se identificando com o gênero atribuído a si no nascimento, o masculino. Sua expressão de gênero transita com facilidade entre o código inteligível do binarismo. Ele conta que sofre de alguns episódios de disforia com seu corpo masculino, mas que em certos momentos sente a necessidade de assumir essa identidade mais máscula. Por ser do interior, E2 demorou para acessar informações que pudessem dar respostas para seus conflitos, foi mais tarde, na universidade, que conseguiu encontrar e reconhecer sua verdadeira identidade.

E3 tem 23 anos, é branca e também estudante de letras na Universidade Federal de Ouro Preto. Se descobriu uma travesti não-binária durante o período de pandemia, quando seus confrontos internos se tornaram mais latentes. E3 afirma que o processo de reconhecimento foi subjetivo e solitário, apesar de ter contado com ajuda de algumas pessoas, ela entende que foi um momento muito pessoal de enfrentar algumas certezas em si mesma. Seu entendimento como uma pessoa trans respondeu dúvidas que já transitavam em sua cabeça há algum tempo: “o que eu quero ser, como eu quero ser lida, como eu quero me movimentar na sociedade, qual o papel que eu quero exercer...” (E3, 2021). E foi assim que E3 entendeu que a identidade de um homem cis gay, não mais lhe cabia.

E4 é uma pessoa não-binária, 21 anos, estudante do curso de História - Licenciatura da UFOP. Para ele, os pronomes também independem. E4 conta que seu processo de reconhecimento como uma pessoa trans se estende desde a infância.

Eu olhava e falava “não, eu não quero ser uma menina” ser uma menina não tinha nada a ver comigo, mas eu também não queria ser um menino, eu só queria ser menino para poder fazer as coisas que os meninos podiam fazer e eu não podia porque eu era uma menina. Mas eu também não queria ser um menino, porque aí ia me cortar das coisas de menina que eu fazia. Eu vivia aquela situação tipo assim: ou um, ou outro. (E4, 2021)

Apesar de se entender como uma criança diferente das outras, sempre transitando entre “as coisas de menino” e “as coisas de menina”, E4 ainda não sabia qual o impacto dessa diferença na sua identidade de gênero. Foi apenas aos 17 anos que ele encontrou informações suficientes para responder suas questões, e assim, pôde se identificar como não-binário. Neste momento do processo, porém, E4 ainda não entendia a relação desta identidade com a realidade trans, foi durante a universidade que enfim, ele entendeu o que significava ser trans e como isso poderia solucionar todas as suas inquietudes desde a infância:

Eu sempre soube, mas eu meio que demorei mesmo pegar a visão de me aceitar, de falar “porra, é isso mesmo que eu sou, é isso que eu quero fazer”, várias outras questões também que tem a ver não só com a personalidade, tem a ver com a forma que você se porta, as roupas que você veste, isso muda completamente o jeito que você é lido, né? Então eu acho que eu demorei um tempo para entender que não era obrigado a fazer nada, que eu não precisava me enquadrar em nada. Foi aí que eu entendi que eu era trans, quando eu percebi que eu não tinha que dar um jeito de me enquadrar, que eu podia só ser eu e as coisas fluíam. (E4, 2021)

E5 é a segunda travesti entrevistada por nós, é negra, e isso é característica dominante em sua apresentação: entende as minúcias e as grandezas que a acompanham por ser uma travesti preta. Tem 23 anos, é natural do interior do Mato Grosso e cursa Artes Cênicas - Bacharelado em Interpretação na UFOP. Mesmo que se identifique como uma travesti não-binário, exige ser tratada pelos pronomes femininos, “eu não me identifico como mulher trans, sou travesti não-binário, mas meus pronomes são ela/dela, se me chamar de elu/delu<sup>12</sup>, eu dou um socão na cara (risos), só para constar! Eu lutei muito por esses pronomes, então é ela/dela...” (E5, 2021). E5 conta que seu processo de entendimento como uma pessoa trans foi muito longo, e ela ainda acredita que ele perdure para toda a vida. Os conceitos de gênero e sexualidade se misturaram durante um período de sua vida, E5 diz que sempre soube que era uma criança desviante, porém, acreditava que aquilo tivesse a ver, apenas, com sua orientação sexual.

Eu acho que sempre foi muito mais difícil pra mim entender gênero do que sexualidade. Eu sabia que minha sexualidade era desviante, eu não sabia como nem por que, mas eu sabia que tinha alguma coisa “errada” com minha sexualidade desde pequena. Agora, o gênero sempre foi muito antinatural para mim. E eu não gostava muito de pensar nisso, sabe? Eu me bloqueei durante muitos anos da minha vida em não pensar sobre gênero. Eu ia aceitando o que as pessoas iam me falando... é muito engraçado, aí porque eu fiquei um ano, mais de um ano ouvindo que eu era um menino gay e eu falava “tá, se é isso que as pessoas tão falando, eu vou aceitar”. Porque para mim era mais fácil aceitar que eu era um menino gay, do que aceitar que eu era uma pessoa trans, não-binária, bissexual, sabe? (E5, 2021)

O problema de viver negando sua real identidade é que, em algum momento, você deixa de se reconhecer como ser humano. Foi o que aconteceu com E5, que deixou de frequentar lugares e de se sentir inteira em diversas situações. Vinda de uma cidade pequena e com pouco acesso à informação, ela relata que apenas conseguiu se entender como uma pessoa não-binária aos 19 anos, e após dois anos aceitando qualquer tipo de tratamento utilizado pelas pessoas, ela conseguiu, enfim, se reconhecer como uma travesti.

Eu só fui entender o que era uma pessoa trans, o que era ser trans, com 19 anos. Eu tenho uma outra questão também, eu sou do interior, do interior, do interior do mundo... eu sou do interior do Mato Grosso, é um lugar que a informação demorou muito para chegar, energia demorou pra chegar, a internet demorou muito para chegar.

---

<sup>12</sup> O pronome “elu” é a representação do gênero neutro na língua portuguesa.

Tudo demora para chegar lá, então demorou muito para chegar essas informações, eu fui ter noção que existia um movimento, uma comunidade, com 17 anos, eu fui me entender dentro desse movimento com 19 (E5, 2021).

E6 tem 22 anos e se identifica como transmasculino, é estudante do curso de Serviço Social e fala com alegria que já está quase se formando. Seus pronomes são bem definidos: ele/dele. Sua trajetória no entendimento como pessoa trans também o acompanha desde a infância, ele relata sempre ter sido uma menina que queria ser menino, aquela que criança que nas brincadeiras com os amigos sempre representava personagens masculinos. E6 é mais um dos entrevistados que relaciona seu entendimento à representatividade em produtos audiovisuais. Ele conta que a primeira vez que se reconheceu, foi assistindo ao antigo canal MTV, no momento em que passava um documentário da atriz e ativista trans Laverne Cox que mostrava a vida de sete pessoas trans dos Estados Unidos.

Foi aí que eu me entendi, eu vi que eu não era uma pessoa esquisita, estranha, sozinha no mundo, a única com esse pensamento diferente. E acho que isso fala muito da importância da representatividade, né? Porque se você não conhece, não tem como saber o que é, então quando você vê de alguma forma representado, você se reconhece na hora. (E6, 2021).

Feitas as devidas apresentações, passamos a analisar agora determinados padrões que emergiram das falas de nossos entrevistados, a fim de mapear suas experiências dentro do sistema educacional.

A primeira pergunta após a apresentação foi sobre o histórico escolar na infância e adolescência dessas pessoas, de que forma a comunidade escolar lidou com as subjetividades trans dessas crianças e se houve padrões de exclusão e preconceito. O consenso geral é de que o bullying fez parte da construção escolar de todos os entrevistados. Alguns relataram sofrer exclusão e preconceito por parte da instituição durante toda a vida escolar, como é o caso de E1, E5 e E2. O último relata que preferiu apagar da memória as situações preconceituosas, homofóbicas e racistas que sofreu durante este período. Já E1 optou por detalhar melhor sua experiência:

Eu sempre sofri bullying, né? Eu não me sentia feliz, nem na infância e nem na adolescência, eu lembro de, por exemplo, com 12 anos eu me sentava em uma das primeiras carteiras assim e um professor falou: “você é menino ou é menina?”, ele não soube identificar, isso sempre também me acompanhou, né? Sempre as pessoas com essa essa confusão sobre essa identidade de gênero, que também tava na minha cabeça e eu não sabia na verdade. Enfim, eu sofri bullying por ser diferente sempre, mas eu imaginava que era por causa do peso, da minha cor e tal... eu não sabia que as pessoas tinham tanto preconceito assim de você tá fora da caixa por causa de gênero, né? (E1, 2021)

E5 também conta os detalhes do que viveu:

Eu posso passar horas aqui falando, desde de diretora de escola, coordenadora de escola, professora em turma, colega em turma. O tempo inteiro! Colegas jogando umas coisas que nem eu sabia na época, sabe? Tipo, porque é isso, quando uma criança ela é desviante da heteronormatividade, pronto, é viado, ou gay, ou é sapatão. É isso, não existe uma nuance aí, não se fala sobre, você vai ouvir que você é viado o tempo todo [...] Já falaram para mim procurar Deus, já falaram que Deus não ia me deixar ser assim e já enfiaram religião em tudo, sabe? Inclusive, um dos maiores problemas do sistema educacional básico brasileiro, é que ele enfia religião em absolutamente tudo e não deveria ser assim (E5, 2021)

Já para E4, os momentos de desconforto iniciaram a partir da adolescência, no Ensino Médio.

A minha mãe era pedagoga. Eu, quando era mais criancinha, morava no bairro mais periférico e lá era um dos únicos lugares da minha vida que eu realmente podia fazer o que eu queria, tá ligado? Tipo, eu andava sem camisa com os meninos e ninguém enchia o saco. Só que a partir do momento que eu ia para minha escola, eu perdia isso. Eu não tinha essa liberdade, eu não tinha essa liberdade de fazer as coisas como eu me entendia... (E4, 2021).

Assim como E4, E6 tem uma expressão de gênero afastada da feminilidade, e por isso, quando os hormônios femininos despontaram, os problemas sociais na escola despontaram também.

Eu acho o seguinte: na infância não, porque na infância a criança não tem tanto julgamento, né? Eu brincava sempre muito com os meninos e eles não me julgavam por isso, eram tranquilos. Eu era meio café com leite no futebol, porque eu era meio ruim, mas tirando isso era de igual para igual. Mas aí, depois que a adolescência começa, realmente tem essa separação. Uma coisa que eu lembro desde criança é que as pessoas do colégio me questionavam, às vezes questionavam indiretamente com alguns amigos e eu ouvia, perguntando se eu era menino ou menina. E eu lembro também de uma vez que um menino abaixou minha calça no meio do pátio para saber se eu era menino ou menina. (E6, 2021).

É importante destacar um fato interpretativo contido nas últimas informações: as pessoas negras entrevistadas, relatam sofrer bullying e situações de exclusão durante toda a vida escolar. As três pessoas brancas também relatam a presença destas situações de preconceito, porém, em momentos específicos. Além das duas vivências já descritas, E3, conta que, ao contrário das outras experiências de E4 e E6, a vida escolar melhorou com a chegada do Ensino Médio.

Eu estudava em escola particular e as pessoas não ligavam muito para o que eu tava passando, para a minha subjetividade... Cara, já aconteceu de eu estar numa escola e a coordenadora chamar minha mãe, a pedagoga, chamar minha mãe e falar para minha mãe que os meninos estavam me zoando me chamando de bichinha, de boiola, de viado e não sei o que... eles batiam em mim, né? Eu também apanhava, e ela chegou a dizer para minha mãe que eu que era muito afeminada, entendeu? Tipo assim, como se a culpa fosse minha. Então, isso foi melhorar só no ensino médio porque eu passei no IFES, né? Graças a Deus lá é um lugar bem mais saudável (E3, 2021)

É evidente que podem existir diversas outras razões para essa diferença no histórico escolar de crianças trans negras e de crianças trans brancas, porém, é necessário fazer o recorte racial que se torna claro nessa pequena amostragem de entrevistados. A informação pode ser interpretada como uma exposição de que, o racismo quando é relacionado à transfobia produz uma pior experiência educacional para essas crianças e adolescentes trans.

Outro ponto relatado, é a forma como as regras binárias são violentas mesmo quando não existe o preconceito explícito. E4, personagem não-binário, conta do trauma que os eventos organizados pela escola o deixou:

Minha escola tinha apresentações de fim de ano e tinha as coisas que os meninos faziam e as coisas que as meninas faziam. E aí virava e mexia, nas apresentações de fim de ano eu ligava o foda-se e falava “eu não vou apresentar esse negócio, não quero” e fazia birra, não queria. Eu não gostava mesmo de estar enquadrado naquela situação, achava desconfortável... festa junina, coisas assim me deixavam desconfortável (E4, 2021).

Além destes eventos, que demandam uma certa performatividade de gênero, E4 ainda fala sobre a culpa que é direcionada àquelas pessoas que não se sentem confortáveis dentro dessas situações:

E é uma coisa engraçada, no começo, parece que é você que é um escroto, tá ligado? Você que é um chato de não participar dessas coisas, só que não é assim, sabe? As pessoas não entendem mesmo que você não se sente confortável com a situação, tipo quando eu me formei, também tinha que usar vestido, eu não queria usar vestido e tinha obrigatoriamente que usar. Eram coisas do tipo, mas assim, eram situações que eu acho que não eram preconceituosas, na escola eu acho que o que mais me incomodava era a questão da binariedade mandar em tudo (E4, 2021).

Experiências dentro da universidade também foram relatadas. E3 conta que durante o ensino presencial (pré-pandemia), já sofria olhares de julgamento quanto a sua expressão de gênero, mesmo antes de se encontrar em sua identidade. Ela especifica que esses olhares vinham, quase sempre, de homens gays cis, que estabeleciam um tipo de competição dentro da própria comunidade LGBTQIA+, um sentimento claro de aversão ao diferente.

Eu ia de saia para o ICHS<sup>13</sup> e as pessoas ficavam olhando para minha cara me julgando, tá ligado? Então eu nunca me senti aceita, eu não gosto do ICHS, as pessoas... enfim, eu não me sinto bem em circular lá. Parecia que eu tava sempre no lugar de impostora, tipo, tomando o lugar de outra pessoa... é uma sensação muito ruim. E isso vinha sempre de pessoas... pessoas não, né? De homens cis gays, principalmente, que estudam lá no ICHS, principalmente. (E3, 2021)

---

<sup>13</sup> Instituto de Ciências Humanas e Sociais - UFOP.

E4 também conta de situações dentro da universidade em que sua identidade não-binária foi desrespeitada ou mesmo, ignorada, sendo muitas vezes lido como uma mulher masculinizada.

Quando eu cheguei na faculdade, que foi quando eu comecei a me entender trans de verdade, aí sim eu sofri várias coisas. Tipo, das pessoas me chamarem por um pronome e eu nunca corrigir, então se eu não corriji a pessoa, significa que ela pode usar aquele pronome comigo, mas aí acontece de outras pessoas corrigirem e falarem “não, é A E4, no feminino” e não é bem assim, entende? E eram pessoas que eu já tinha falado que eu sou não-binário. Então eu acho que tem uma dificuldade, eu não sei se é tanto culpa das pessoas, sabe? Eu não acho que é uma coisa tão, tipo “a pessoa é ruim”... não acho que seja isso, eu acho que é mais uma coisa que é tão naturalizada na gente assim, tá tão lá no fundo da cabeça que parece errado, soa como errado, mesmo não sendo. (E4, 2021)

Quando tocamos em pontos como aceitação, autonomia e liberdade oferecidas pela universidade e seus espaços sociais, as respostas são diversas, porém, um ponto específico conecta todas: o fato dos cursos de Ciências Humanas, Ciências Sociais e Artes, contribuírem para uma melhor acolhida à comunidade LGBTQIA+. E5 é a única estudante entrevistada que tem sua experiência universitária fora dos campi de Mariana, que reúne os cursos das áreas de Humanidades e Ciências Sociais. Graduanda de Artes Cênicas, a participante tem as atividades presenciais de seu curso na cidade de Ouro Preto, sede principal da universidade. Porém, mesmo tendo um contato maior com cursos mais tradicionais e áreas diversas, ela ainda destaca que o Departamento de Artes é um ponto fora da curva, em suas palavras, “uma realidade paralela” (E5, 2021).

Quando eu cheguei, pelo meu departamento ser o DEART, né? Tem todo aquele negócio de um povo que “se diz” desconstruíde, é diferente. E aí eu já entrei em um departamento mais de boa, quando eu fui atrás da bolsa permanência, antes de começar as aulas, eu já consegui colocar o nome social lá, foi isso, bem simples o processo. Mas, não foi muito eficaz, lembra do povo que se diz desconstruíde? Então, mesmo os professores sabendo do meu nome social, eles ainda insistiam em fazer chamada e usar o meu nome civil. (E5, 2021)

Já E1, que vivenciou outro momento na Universidade Federal de Ouro Preto, alega que nunca sofreu nenhum tipo de problema nem relação em relação à orientação sexual, quando ainda era lida como uma mulher lésbica, nem à sua identidade de gênero nessa nova experiência de curso, até então, on line:

São duas experiências diferentes, então enquanto num corpo feminino ainda tava me entendendo como lésbica assim e ali dentro da UFOP, no ICHS, a gente não sofre tanto preconceito na questão LGBT, na verdade tem uma boa acolhida. E agora entrando na minha identidade mesmo, de trans, eu já percebi, pelo menos online, uma acolhida maior também [...] Até o momento eu tô super feliz, porque tá sendo novo e eu pensei que poderia ser muito difícil, né? Poderia ser mais um ambiente para eu sofrer bullying... eu sou traumatizado (risos), faço terapia a muito tempo por conta disso. Mas não, tá sendo bem legal. (E1, 2021)

E4, quando conta da sua experiência de aceitação na universidade, também relembra momentos mais calmos quando comparados àqueles da escola, mas que ainda assim, existem falhas que só serão corrigidas quando as pessoas trans da universidade puderem se cercar de outras pessoas trans.

Eu acho que é um processo de aceitação muito mais fácil do que é na escola, né? É quase incomparável, na verdade. Só que ainda assim tem limitações, entende? Não importa, eles podem fazer quantos banheiros eles quiserem, quantas coisas quiserem, é bem difícil se sentir abraçado de verdade se você não está pelo menos cercado de pessoas trans, eu ando cercado de pessoas trans hoje em dia, realmente.

Embora parte deles tenha encontrado problemas durante o processo de socialização, que é vivido juntamente aos processos de autoaceitação, a maioria ainda acredita que o espaço universitário gera autonomia, liberdade e favorece tudo isto. Além dos cursos que repetidamente aparecem como amenizadores de possíveis situações vexatórias, outro espaço social universitário que surge, para alguns, como um facilitador na construção de relações, é o sistema de moradia em repúblicas. E2, morador de uma república particular de Mariana - MG expõe situações favoráveis à esse tipo de acolhida quando perguntado à que relaciona o bom processo de autoaceitação construído na universidade:

Sim, acredito que na faculdade eu posso ser mais eu, mesmo tendo algumas ressalvas. Contudo as pessoas que eu criei um vínculo na república me ajudaram nesse processo de descobrimento. Já em sala de aula esses assuntos não são muito debatidos, nos deixando com uma visão de igualdade futura no mercado de trabalho, que não tem (E2, 2021).

E3, que também mora numa república particular, faz um relato análogo.

A faculdade em especial, ela me deu toda autonomia para me descobrir, cara. Eu acho que eu só sou quem eu sou porque eu vim para Mariana, porque eu vivi no ambiente universitário, porque eu frequento república, eu moro em uma república e minha vivência é enorme, gigantesca, sabe? Eu consigo ter uma gama de experiências, várias experiências diferentes, diversas e eu acho que tipo assim... nesse processo eu tive referências também (E3, 2021).

E6 tem uma resposta parecida para a mesma pergunta.

Eu relaciono primeiramente ao fato de eu ter morado numa república mista em que tinha várias pessoas LGBT, então já era um apoio grande. Também relaciono ao fato de estar em Mariana, que é um campus com uma galera mais de humanas, uma visão menos conservadora né, e o acolhimento é muito melhor. Então, também nunca tive problemas na cidade de Mariana. E também acho que tem muito a ver com meu curso que é o Serviço Social. (E6, 2021).

Por mais que nestes casos as repúblicas particulares apareçam como pontos positivos de acolhida e respeito, nas moradias estudantis da própria UFOP a situação pode mudar de

contexto. É o que relata a entrevistada E5, que no período pré pandemia foi acusada de roubo após confundir o celular da sua colega de quarto com o seu.

Um dia antes da faculdade decretar quarentena, eu tava passando mal, pedi remédio para o pessoal da casa e tudo mais e depois disso eu desci para ir ao RU. Eu desci, tava com febre e grogue, fiquei sentada na fila e fui comer alguma coisa. De repente, eu senti os bolsos do meu moletom pesados, não era só o meu celular que estava no meu bolso, tinha dois celulares... eu pensei “putz, peguei o celular da fulana”, da menina que dividia quarto comigo. Na mesma hora eu mandei no grupo “gente, peguei o celular da fulana por engano, estou almoçando e já estou indo para casa entregar” (E5, 2021)

A participante ainda conta que mesmo após entregar o aparelho e se desculpar com a outra envolvida, ainda assim houve a intenção de abertura de queixa policial por roubo.

Ela ia na polícia dar queixa contra mim, isso foi um gatilho que despertou uma crise de ansiedade ferrada em mim, eu não conseguia entrar mais dentro da casa, e na hora eu não pensei muito sobre isso, mas depois eu entendi o porque ela ia dar queixa contra mim mesmo a gente morando há cinco meses e dormindo juntas, mesmo sabendo quem era eu. É porque eu sou preta, porque eu sou trans. É essa a imagem que as pessoas têm da gente. [...] Quando a gente erra, principalmente meninas trans, principalmente travestis pretas... Quando a travesti preta erra, ela não vai ser ligada a um erro, vai ser ligada a um crime. Nunca vai ser sobre um erro, vai ser sobre um crime, só porque é uma travesti preta. (E5, 2021)

E5 revela que, em sua opinião, o maior problema de toda a situação está, principalmente, na falta de atitude da instituição, que como responsável pelas moradias estudantis precisa garantir a segurança, o conforto e o bem-estar de seus alunos e moradores. No caso relatado, a entrevistada conta que mesmo depois de entrar em contato com a PRACE, com prints e imagens que provassem toda a narrativa, e pedir a troca de casa, não recebeu nenhum tipo de apoio ou solução por parte da Pró-Reitoria. Por isso, E5 conclui que não se sente segura e acolhida pelas políticas de assistência estudantil da universidade, reforçando sempre sua interseção de identidade e raça:

A assistência estudantil da UFOP não está preparada para pessoas trans, principalmente pessoas trans pretas. Eu quero fechar esse nicho porque a outra menina que passou pela mesma situação que eu também era preta, isso é recorrente. Não tem espaço seguro para a gente dentro da assistência estudantil (E5, 2021).

Apesar da dificuldade em lidar diariamente com situações transfóbicas, de maior ou menor impacto, a universidade ainda representa para todos os nossos entrevistados um local de expansão de conhecimentos e de possibilidade de ascensão. A maioria alega que conseguiu encontrar, em seus cursos, boas oportunidades de aprofundar os estudos e os entendimentos acerca das questões de gênero, de forma a impactar positivamente na futura prática profissional. Alguns participantes expuseram os pontos positivos relacionados às oportunidades de estudos,

E3, estudante de Letras conta que consegue relacionar o conteúdo do curso com seus estudos pessoais sobre teorias gênero:

Sim, sim! Inclusive agora, nesse momento eu tô cursando a matéria de pragmática e ela fala da linguagem, de como você se comunica e como isso diz respeito a você, à pessoa que tá falando. É uma coisa que eu tô lendo bastante. E aí eu fico comparando as coisas que eu aprendo na universidade, com teorias de Preciado, etc... então sim, eu tenho vários professores que também usam escritores trans, tá ligado? (E3, 2021).

E4, também conta sua experiência e relata que no curso de História entendeu um pouco mais sobre a fluidez em diversos conceitos, que serão úteis para suas explicações como professor no futuro.

Eu acho que meu curso me proporcionou vários meios de realmente entender e conseguir explicar as coisas além dessa coisa colonial, para além dessa lógica capitalista, entende? De que tudo é bom ou mal, de que ou você é branco ou você é preto, ou você é homem ou você é mulher, as coisas elas não são tão assim, as coisas são bem mais fluidas, são muito mais construções. Isso me abre um leque de coisas que eu posso fazer, que eu posso explicar e que se alguém tivesse me falado na escola eu não teria passado tanto perrengue para me entender. (E4, 2021)

E E6, estudante de Serviço Social, acredita que apesar de conseguir aprofundar seus estudos em matérias específicas, ainda é necessário uma maior abordagem do tema em seu curso.

Então, não tem exatamente esse recorte de gênero, de identidade de gênero dentro do curso. Mas, tem uma matéria que chama Raça, etnia, gênero e sexualidades, e ela é muito boa, muito completa, traz várias discussões, a professora é muito incrível [...] Mas eu acho que deveria se debater isso não só nas matérias específicas e sim deveria perpassar por todas as matérias, porque na assistência você pode atender a pessoas trans né, a qualquer momento, e você tem que saber lidar com essas pessoas, saber que as demandas delas são diferentes. As demandas delas começam principalmente pelo seu respeito, né? (E6, 2021)

Quanto à possibilidade de ascensão social, cultural e econômica que a universidade representa na vida de pessoas LGBT e a relação dos tratamentos sociais perante pessoas trans escolarizadas, o consenso é geral: todas as pessoas entrevistadas enxergam na universidade certa proteção contra violências cotidianas e se sentem mais respeitadas em diversas situações sociais apenas por cursarem o Ensino Superior. E6 fala que o deslocamento durante a pandemia para a casa da família, no interior do Mato Grosso, a faz perceber com mais frequência esse espaço de privilégio que é ocupar uma universidade federal.

É, estando aqui no Mato Grosso, estando na casa da minha irmã, eu sei que eu tenho... eu levo estar na universidade federal como um certo privilégio. Eu lutei muito, mas sei que é um privilégio... ainda mais no meu curso, eu tenho muitas pessoas à minha volta que me entendem, e por isso eu não sofro tanto. Dentro da universidade eu não sofro tanto quanto eu sofro no dia a dia, eu sofro... mas no dia a dia eu sofro mais [...] Quando eu chego e falo que eu faço faculdade de Artes Cênicas, a percepção das pessoas muda, muda completamente. Porque quando eu chego... eu chegar é uma coisa, sabe? É um “aah, chegou uma pessoa trans ali”, mas

quando eu chego e falo que estudo é tipo “ah chegou a pessoa trans inteligente”, sabe? Aí já vai para um outro campo, já muda o olhar da pessoa. (E5, 2021).

A percepção do estudo para as pessoas entrevistadas, surge como uma forma de evitar a dura realidade que a população trans brasileira enfrenta no mercado de trabalho. O afastamento sistemático das pessoas trans nos espaços educacionais, vulnerabilizam suas realidades e as empurram, quase sempre, para a prostituição. Principalmente as mulheres trans e as travestis.

Em 2018 eu tive contato com umas meninas trans, tive contato com a realidade de 99% das meninas, que é a prostituição... mas eu sempre fui muito nerdzinha, sabe? Sempre fui chata com o estudo, então eu não vi a prostituição como um caminho e tive certeza que precisava estudar. (E5, 2021).

E1 também relaciona a universidade com uma maior possibilidade de emprego, segurança e com a renovação da esperança de se encontrar como ser social passível de reconhecimento e respeito.

Eu acho que quando você se assume trans, várias portas se fecham. As pessoas realmente têm muito preconceito no Brasil, não sei se em outros lugares também, né? Mas aqui a gente vê muito isso assim, então é a dificuldade de arrumar emprego por causa da aparência que tá em transição, ou não... e as pessoas têm mesmo esse preconceito. Então, eu acho que estar estudando me coloca de novo em contato com a sociedade, faz eu me sentir aceito, né? Fora que eu não acreditava que eu ia passar e isso realmente está me dando um novo fôlego. Realmente está sendo muito importante para mim voltar a estudar (E1, 2021).

E3 relata algo parecido e conta que a universidade representa para ela uma chance única.

Respondendo sobre a comunidade LGBT, eu acho que sim, representa uma ascensão social, principalmente para pessoas trans. Eu falo com (nome) que eu estou em crise com minha faculdade, sabe? Só que isso me dá muita aflição porque eu tenho que terminar, porque é minha única chance, tá ligado? Eu tenho essa visão, essa sensação de que é minha única chance, bota fé? Terminar a faculdade. Porque parece que tudo tá voltado contra nós, parece que pessoas travestis e pessoas trans se não têm estudo, você não vai arrumar um bom emprego, porque o mercado de trabalho exclui essas pessoas de uma maneira muito bizarra e as pessoas, na maioria das vezes, acabam marginalizadas, né? Então assim, eu tenho muito medo na real e tenho essa sensação de que é minha única chance para eu ser uma pessoa trans que venceu, tá ligado? Eu acho que a faculdade me emancipa também. (E3, 2021).

E4 também destaca que ser trans é lutar diariamente pela sobrevivência e que dentro da universidade, algumas questões conseguem ser sanadas.

Eu acho isso com certeza! Com certeza! Porque tipo assim, historicamente são pessoas marginalizadas, né? Então a partir do momento que elas têm um diploma, que elas têm acesso a outras formas de conhecimento, no caso o universitário, elas têm uma chance de ascender na vida. Porque ser trans em grande parte é uma questão de sobrevivência, né? Você sempre pensa: será que eu vou ter emprego? Será que eu vou morrer de fome? Será que eu vou ficar na rua? E aí você ter um diploma pelo menos te dá uma pequena segurança... essa questão do diploma, com certeza, o diploma é uma coisa fenomenal, mudança de rumos mesmo.

(E4, 2021).

O último assunto abordado em nossa entrevista foram os pontos essenciais de transformação que a universidade ainda precisa sofrer para se tornar, de fato, um ambiente acolhedor à todas as identidades e se, no caso da UFOP, essas pessoas sentiam abertura suficiente para discutir e movimentar ações a favor do ingresso e permanência de pessoas trans. As respostas foram claras: faltam políticas públicas e falta, também, interesse da instituição em criá-las. Algumas iniciativas propostas pelos entrevistados que poderiam apresentar redução na transfobia institucional, aumentar o número de pessoas trans na universidade e melhorar as relações interpessoais e de acolhimento dentro da UFOP, foram:

- Grupos de apoio;
- Criação de moradias específicas para pessoas trans, ou até mesmo LGBTs da instituição;
- Atendimento médico e psicológico especializado no posto de saúde da universidade;
- Criação de ações afirmativas para o ingresso de pessoas trans ao Ensino Superior;
- Vagas reservadas para bolsistas trans nos trabalhos ligados diretamente à universidade, como TV UFOP, Rádio UFOP e demais órgãos;
- Mais disciplinas obrigatórias que abordem a temática de gênero e diversidade nos currículos de todos os cursos, independente da área de atuação;
- Cursos de extensão temáticos para melhores orientações e tomadas de atitude dos técnicos e docentes;
- Além de projetos de extensão que integrem as pessoas trans da universidade com as pessoas trans de fora da universidade, popularizando cada vez mais a possibilidade de ingresso de novos estudantes.

A PRACE, representada pela Prof. Natália de Souza Lisboa, reforça que o momento político brasileiro é um complicador para a expansão dos direitos e para a aproximação entre a instituição e os alunos trans. Segundo ela, a burocratização de um sistema totalmente voltado para responder auditorias, diminui a oportunidade de contato, já que a política institucional segue direcionada. Ela cita, inclusive, as interferências no ENEM<sup>14</sup> – principal forma de acesso à universidade pública.

E aí eu te falo, nós já falamos da burrice da burocracia... então acaba que os sistemas eles são pensados para gente responder auditorias, pra gente conseguir pegar os dados que interessam para quem está externamente avaliando a gente. E aí a gente tá

---

<sup>14</sup> Exame Nacional do Ensino Médio

passando por um contexto de debandada técnica no órgão que faz a prova, não só a prova de ingresso, mas a prova de verificação... eu também tenho várias críticas sobre isso, eu acho que não é parte de uma educação emancipatória [...] mas assim, quando a gente pensa que os técnicos estão deixando o barco é que a política institucional tá realmente muito direcionada. (LISBOA, 2021).

De fato, as condições político-sociais do país, desde o ano de 2018, não são favoráveis às pesquisas, campanhas ou até mesmo à criação de novas políticas públicas sobre diversidade de gênero e sexualidade, porém, para Natália é necessário seguir demandando, buscando ampliações e cobrando para que a universidade consiga, de fato, agir.

E assim, eu acho que uma coisa que a gente tem que pensar também, eu já tenho 15 anos que eu formei na graduação e eu não tive discussão de gênero na minha graduação... acaba que isso são coisas que hoje os alunos da graduação já têm, eu vejo na formação das assistentes sociais da PRACE, não tiveram isso... era uma demanda que também era ocultada e invisibilizada. É preciso demandar, buscar... só assim a gente vê outra universidade. (LISBOA, 2021).

Porém, enquanto a universidade espera dos alunos uma mobilização para requerer oficialmente suas demandas, o sentimento que fica para eles, é o descaso. Repetidas vezes, ouvimos de nossos entrevistados, que de acordo com suas percepções, a UFOP não faz nada além do mínimo, que seria garantir o respeito ao nome social desses sujeitos, mas que quando o assunto é a expansão e solução para novas demandas, a instituição deixa a desejar.

E4 afirma que a falta de debate é um dos motivos que impede a evolução das políticas de assistência para além do mínimo:

a universidade mesmo, em si, eu não acho que seja um ambiente que fale: “nossa você é uma pessoa trans e você é bem-vindo” é mais uma coisa assim: “você pode sentar aí e você pode estudar, mas a gente a gente vai fazer o mínimo, e só o mínimo, para você conseguir ficar aí dentro” se você pede qualquer coisa a mais que seja mais que o mínimo, mais do que o respeito com seus pronomes, com seu nome social e o respeito com o banheiro que você vai, ou às roupas que você usa, não ache que você vai ter, entende? Não é um super debate de verdade dentro da universidade, é uma coisa que fica para escanteio. (E4, 2021).

E5 concorda e reafirma: “a universidade não presta apoio para a permanência de pessoas trans” (E5, 2021)!

Não, ela não presta esse apoio. Eu sinto que nós pessoas trans somos... é... “Olha que bonito, a UFOP tem nome social... Olha que bonito, a UFOP tem pessoas trans aqui fazendo tal coisa”... mas é só isso! A universidade não presta apoio para a permanência de pessoas trans, eu vivo isso! Eu só continuo na universidade, porque eu fiz uma rede de contatos que me possibilitou ter uma bolsa do POC, me ajuda bastante, sabe? Porque a bolsa permanência é muito pequena. Mas mesmo assim, me ajuda a permanecer tendo o mínimo do mínimo e ainda conseguir estudar sem precisar fazer outra coisa. (E5, 2021)

Outros pontos são levantados quando o assunto é a permanência da comunidade queer na universidade. Primeiro, E5 e E6, destacam o padrão da vulnerabilidade em pessoas trans que

conseguem acessar esses ambientes, muitas vezes sem o apoio da família, essa população, sem dúvida, passa a ter necessidades específicas. Além disso, outro ponto que contribui para a permanência de pessoas trans no ambiente universitário, é o artifício corporal da passabilidade, destacado por E3.

E5 salienta a importância da criação de uma moradia específica para as pessoas trans, já que existem questões singulares que poderiam ser compartilhadas e poderiam criar um ambiente mais harmônico. Visto que as moradias são de caráter socioeconômico, a maioria teria vivido uma realidade parecida de vulnerabilidade.

Uma casa, ou um andar dos apartamentos, alguma coisa do tipo que seja só destinada para pessoas trans que estão entrando ou já estejam... que seja uma casa trans mesmo dentro da UFOP. Porque tem demanda, tem pessoas, tem necessidade, tem questões... então uma casa primeiramente, porque são pessoas que precisam, e a maioria de nós quando entra na universidade não tem muito recurso ou não tem nenhum recurso, ou está em situação de vulnerabilidade. Muitos nem entram por estar em situação de vulnerabilidade, não tem como entrar. (E5, 2021)

E6 também alerta sobre a necessidade da UFOP reconhecer que essas pessoas precisam de um tratamento específico, justamente por viverem realidades muito particulares e destaca a passabilidade como fator importante para sua permanência e segurança.

Primeiro, eu acredito que o mais essencial é que a universidade reconheça, né? Que ela tem essa necessidade de incentivar, de abrir esse campo e reconheça também que é uma população que precisa ser tratada de uma forma diferente, porque já chega lá em uma vulnerabilidade muito, muito, muito maior. Tanto que quase ninguém chega, né? [...] Estar aqui com certeza me protege, mas eu não sei se seria o fato de estar na universidade ou o fato de eu ter uma “passabilidade” alta. Ser lido apenas como um homem branco com certeza influencia nessa aceitação maior. Eu não atribuo isso apenas ao fato de estar na universidade, mas sim ao fato de ter essa maior passabilidade. (E6, 2021).

E3 também fala sobre como a passabilidade pode ser um facilitador para as oportunidades de emprego e permanência na universidade, porém, faz o recorte para esclarecer que de modo geral, essa é a realidade de uma minoria.

Para uma pessoa chegar na universidade e tentar se manter aqui sem apoio sem nada é muito difícil... essa pessoa sendo trans, e antes dela ter um diploma, é mais difícil ainda ela conseguir emprego, é mais difícil ela ter formas de se manter do que uma pessoa cis que de uma forma ou de outra, é facilitado pra ela. Algumas coisas podem ajudar, como a questão da passabilidade... mas de modo geral é isso. Eu acho que é isso, a universidade tem que apoiar economicamente as pessoas, principalmente dando suporte psicológico que eu acho que carece muito, pelo menos aqui na UFOP... (E3, 2021)

Portanto, finalizamos nosso mapeamento concluindo que em muitas ocasiões a universidade representa um local de liberdade e autonomia para seus estudantes trans, porém,

em diversas outras, a falta de diálogo entre os órgãos responsáveis da instituição e os próprios alunos, cria uma espécie de distanciamento entre as demandas e as soluções, deixando o sentimento de invisibilidade e descaso com uma população totalmente vulnerabilizada em nossa sociedade.

## 4 CONCLUSÃO

Todos os processos da pesquisa até aqui nos levam a concluir um ponto principal: neste momento, encerra-se, apenas, a primeira parte deste trabalho. O tema é amplo e urgente e os obstáculos encontrados para o aprofundamento necessário, nos fizeram parar no caminho e construir uma base necessária para continuar. Ainda há muita gente a se ouvir, muitos pontos a se aprofundar, muito a se construir e muito a se investigar. Os entrevistados e participantes do questionário representam uma parte de uma população inteira que nem a universidade e nem nós tivemos ainda a oportunidade de conhecer. O nome social, apesar de muito importante, não pode ser o único parâmetro para comunicar institucionalmente as identidades de uma comunidade inteira. Isso dificulta o acesso da universidade para com esses alunos e o acesso a essas informações para qualquer pessoa que se proponha a pesquisar o assunto.

Assim como o nome social, o artifício da passabilidade também não deve ser um fator determinante para o respeito a qualquer identidade. Pessoas trans podem escolher, ou não, expressar seu gênero de acordo com a ideia pré-estabelecida do que é ser um homem e uma mulher socialmente, mas este fato não deve estar ligado às possibilidades que essa pessoa encontrará para sua socialização e exercício de seus direitos. Além disso, os indivíduos que optam por não passar por nenhum dos processos de transição, também precisam estar protegidos de violências físicas cotidianamente a eles direcionadas, já que comprovadamente, pessoas fora deste código inteligível são alvos de maior abjeção, estando mais propensas à exotificação e à transfobia.

Porém, de acordo com o mapeamento, a passabilidade pode sim contribuir para uma melhor experiência sociável de pessoas trans em ambientes públicos, neste caso, na universidade. Isso demonstra que a passabilidade passa a ser desejada por dois principais motivos: por entregar à pessoa desviante uma leitura de gênero mais próxima da forma como ela se enxerga e também como estratégia de segurança frente às inúmeras formas de transfobia. Assim, esses sujeitos encontram a possibilidade de circular mais livremente e seguros nos ambientes em que a cisheteronormatividade ainda é o que dá as regras, estipulando uma relação de negociação com a sociedade de forma geral: eles oferecem a ela uma expressão inteligível e padronizada de seus gêneros e em troca recebem uma vida minimamente digna e com menos violações, inclusive na universidade.

Além da passabilidade como estratégia comunicacional e como meio garantidor de respeito no ambiente universitário, outro ponto que precisa ser fortemente incentivado e cobrado são as políticas públicas de acesso e permanência que favoreçam exclusivamente esta

população. A universidade precisa se reinventar nesse quesito e compreender que as demandas primeiras da comunidade T são coletivas, e para conhecê-las, a instituição precisa, primeiramente, conhecer seus próprios alunos. O principal apontamento resultante desta pesquisa é a urgente necessidade de que a Universidade Federal de Ouro Preto construa seu próprio mapeamento, com questões mais profundas e práticas, que tenha ampla divulgação e que garanta a esses estudantes a visibilidade e o reconhecimento institucional que lhes faltam.

Diversas são as demandas que apareceram durante nossa imersão na comunidade trans da UFOP, mas uma questão que também se tornou clara foi uma baixa organização dos próprios estudantes da instituição em movimentos sociais e coletivos de luta. No questionário quantitativo, quando perguntados sobre a militância LGBTQIA+ dentro da universidade, muitos responderam desconhecer ou não participar de qualquer movimento, isso demonstra uma desmobilização, seja por falta de representatividade trans nestes espaços ou por falta de organização. É preciso que os alunos trans da UFOP se mobilizem, questionem, demandem e pressionem para que a instituição não tenha outro caminho a não ser reconhecer essa nova forma de construir conhecimento.

Analisando todas essas questões que surgem como demandas e cobranças dos alunos trans para com a instituição, é possível afirmar que, apesar do pioneirismo no reconhecimento do nome social, a Universidade Federal de Ouro Preto precisa evoluir, e muito, em políticas públicas e reconhecimentos efetivos das necessidades dessa população. Compreender suas particularidades e nuances, talvez seja o primeiro passo para a construção de políticas que vão além da assistência estudantil tradicional, já que o atendimento individual, apesar de muito importante, não é capaz de identificar, mapear e suprir todas as demandas coletivas da comunidade trans da UFOP.

## REFERÊNCIAS

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **V Pesquisa do Perfil Socioeconômico Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES.** Uberlândia - MG, Brasil. VR: 1200.300. 2018.

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara; **Boletim-trans**, Rio de Janeiro, nº 002-2021, jul. 2021. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/07/boletim-trans-002-2021-1sem2021-1.pdf>>

BENEVIDES, Bruna; NOGUEIRA, Sayonara; **Dossiê dos ASSASSINATOS e da violência contra TRAVESTIS e TRANSEXUAIS brasileiras em 2020;** (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021. Disponível em: <<https://antrabrazil.files.wordpress.com/2021/01/dossie-trans-2021-29jan2021.pdf>>

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do Corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BOHM, Alessandra Maria. **Os “monstros” e a escola:** Identidade e escolaridade de sujeitos travestis. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

BRASIL. Diário Oficial da União. **Resolução Nº 1, de 19 de janeiro de 2018.** nº 15; 22 de janeiro de 2018. Seção 1, p. 17. Disponível em: <[https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/2016049/do1-2018-01-22-resolucao-n-1-de-19-de-janeiro-de-2018-2016045](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/2016049/do1-2018-01-22-resolucao-n-1-de-19-de-janeiro-de-2018-2016045)> Acesso: 22 de nov 2021.

BRUM, Eliane. **O olho da rua: Uma repórter em busca da literatura da vida real.** 2ª edição. Arquipélago Editorial, 2017.

BUTLER, Judith P. **Problemas de Gênero:** Feminismo e Subversão da identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: **Civilização Brasileira**, 2003.

DAVIS, Angela. **Mulheres, cultura e política.** São Paulo: Boitempo, 2017.

DELEUZE, Gilles. **Conversações, 1972-1990.** Tradução de Peter Pál Pelbart – **São Paulo: Ed.34, 1992. P. 232 [Coleção TRANS].**

DUARTE, Jorge. Entrevista em Profundidade. In: DUARTE; BARROS. **Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação.** 2.ed. São Paulo: Atlas, 2005.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder.** Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

LISBOA, Natália de Souza; SOUZA, Iara Antunes de. **Nome Social dos Transexuais e Travestis:** Identidade de Gênero e a Regulamentação da UFOP. In: Congresso Nacional do Conpedi - Ufmg/Fumec/Dom Helder Câmara, 24. 2015, Belo Horizonte - MG. Coordenadores: Christian Sahb Batista Lopes, José Sebastião de Oliveira, Maria Goretti Dal Bosco – Florianópolis: CONPEDI, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista** – Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARINHO, S. **O campo da diversidade sexual e diversidade de gênero: aproximação conceitual**. Trajetórias em campo minado: juventudes trans e o mundo do trabalho. 2017. 428 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – **Programa de Pós-Graduação Serviço Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. p. 81-115.**

MARINHO, Silvana. **Diversidade de gênero na sociabilidade capitalista patriarcal: as identidades trans em perspectiva**. R. Katál., Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 602-610, set./dez. 2018 ISSN 1982-0259

MBEMBE, Achille. **Necropolítica; Arte & Ensaios**, revista do ppgav/eba/ufjf, n. 32, p. 123 - 151, dezembro, 2016.

PONTES, Júlia Clara; SILVA, Cristiane Gonçalves; **Cisnormatividade e passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans; Periódicus**, Salvador, n. 8, v. 1, p. 396 a 417 nov.2017 - abr. 2018 – Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades Publicação periódica vinculada ao Grupo de Pesquisa CUS, da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

PORTELA, Poema Eurístenes; JÚNIOR, João Feres. **Pessoas trans nas universidades federais do Brasil**. GEMAA - Grupo de Estudos Multidisciplinares de Ação Afirmativa. Rio de Janeiro - RJ. 2021. Disponível em: <<http://3.144.254.0/pessoas-trans-na-universidades-federais-do-brasil/>>

PRECIADO, B. **Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”**. Tradução de Cleiton Zóia Münchow e Viviane Teixeira Silveira. Estudos Feministas, Florianópolis, 19(1): 312, janeiro-abril/2011.

MAIA, Dhiego. **Ao menos 12 universidades federais do país têm cotas para alunos trans. Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 de mai. de 2019. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2019/05/ao-menos-12-universidades-federais-do-pais-tem-cotas-para-alunos-trans.shtml>>. Acesso em: 26 de mar. de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. ufop.br. **História da UFOP**. Disponível em: <<https://ufop.br/historia-da-ufop>>. Acesso em: 22, nov de 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO. Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Perfil socioeconômico e cultural dos estudantes de graduação ingressantes na UFOP [recurso eletrônico]: estudo comparativo 2013-2016 / Ouro Preto, 2019. p.39.**

## APÊNDICES

### APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO QUANTITATIVO DO MAPEAMENTO

#### **Pesquisa: estudantes transexuais na UFOP**

**Descrição:** Este questionário tem o objetivo de pesquisar e entender a situação de estudantes transexuais e não-binários na Universidade Federal de Ouro Preto. Os dados são sigilosos e este questionário está desabilitado para recolhimento de email dos respondentes, para garantir o sigilo da identidade de quem vai participar.

O conteúdo será utilizado como um banco de dados para a pesquisa da monografia "Educação TRANSformadora: A comunicação de pessoas transexuais e não-binárias na universidade a partir de suas expressões corporais", desenvolvida como TCC do curso de Jornalismo da UFOP. Sua participação fortalece o caráter empírico da pesquisa. Muito obrigada! :)

Pesquisadora discente: Nicole Barros Tassar de Almeida

Orientador: Prof. Dr. Evandro José Medeiros Laia

- **Perguntas:**

#### **1- Você se identifica como: (11 respostas)**

Homem Trans (1);

Transmasculino (2);

Mulher trans (0);

Transfemina (1);

Travesti (2);

Não-binária (4);

Gênero-Fluido (1).

#### **2- Qual a sua idade? (11 respostas)**

20 anos (1);

21 anos (2);

22 anos (2);

23 anos (1);

25 anos (1);

26 anos (1);

32 anos (2);

42 anos (1).

**3- Na UFOP, você é estudante de: (11 respostas)**

Graduação (7);

Pós-Graduação (1);

Já me formei (3);

**4- Qual o seu curso? (11 respostas)**

Artes Cênicas (1);

História (2);

Jornalismo (3);

Letras (2);

Serviço Social (1);

**5- Você se autodeclara: (11 respostas)**

Preta/o ou Parda/o (4);

Branca/o (7);

Indígena (0);

Amarelo (0);

**6- Qual a sua renda familiar? (11 respostas)**

Até 2 salários mínimos (7);

De 2 a 4 salários mínimos (3);

De 5 a 10 salários mínimos (1);

De 11 a 20 salários mínimos (0);

Acima de 20 salários mínimos (0).

**7- Em algum momento você utilizou a política de Nome Social da universidade? (11 respostas)**

Sim (4);

Não (7).

**8- Conte um pouco da sua experiência nessa política. Ela funcionou em todos os momentos necessários? (matrícula, carteirinha de estudante, listas de chamada, acesso aos portais virtuais da universidade, tratamento por colegas/professores/técnicos) (6 respostas)**

Pessoa 1: “Meu nome social foi respeitado em todo momento pela UFOP. Só teve uma confusão com o moodle mas assim que acionado os cara do t.i com maior respeito e boa vontade arrumaram rapidin.”

Pessoa 2: “Na plataforma moodle e no google meet (email institucional) funcionou relativamente bem. As listas de chamadas dos professores também vieram atualizadas assim que realizei a mudança. Já em outras instâncias da universidade, como por exemplo em projetos de extensão, houve e ainda há problemas relativos ao próprio sistema virtual da universidade. Tratamentos por parte de colegas, professores e técnicos também foram respeitosos, com exceção de casos ligados ao próprio sistema que ainda em alguns momentos usa o nome de registro. Uma experiência horrível que eu tive e ainda estou tendo é em relação ao encontro de saberes: sou bolsista pela proex e tive que me inscrever no encontro de saberes para submeter trabalho, como todo bolsista precisa. Mas no momento do cadastro eles não têm a opção de nome social, você é obrigado a colocar seu cpf e seu nome fica registrado automaticamente como está em seu cpf. Para pessoas trans na mesma situação que eu e que ainda não alteraram seus documentos isso é um verdadeiro terror. Em todas as instâncias relativas ao encontro de saberes eles usaram meu nome e pronome antigo, foi horrível. Enviei diversos emails reclamando e chamando atenção sobre isso, mas nada foi feito. Com o encontro de saberes fiquei realmente muito decepcionado.”

Pessoa 3: “nunca usei a politica de nome social, mas quando os professores perguntam meu nome eu nao respondo mais com meu deadname e me sinto respeitada”

Pessoa 4: “Na vdd nao funciona muito na lista de chamada, em diversos momentos tive problemas em sala de aula com professores usando meu nome morto nas chamadas”

Pessoa 5: “Comecei minha transição depois de formada”

Pessoa 6: “Estou entrando na UFOP com meu nome social agora nesse semestre.”

**9- Você ingressou na universidade por meio de alguma política de ação afirmativa? (étnica/racial, social, escola pública, etc.) (11 respostas)**

Sim (6);

Não (5);

**10- Se sim, qual/quais? (6 respostas)**

Pessoa 1: “Sou cotista de escola pública e renda baixa.”

Pessoa 2: “escola pública e renda”

Pessoa 3: “Escola pública, baixa renda e preta”

Pessoa 4: “Escola Pública”

Pessoa 5: “Cotas sociais e raciais”

Pessoa 6: “Étnica/racial, social e escola pública.”

### **11- Você ingressou na universidade em qual momento da transição: (11 respostas)**

Antes da transição (4);

Durante a transição (2);

Com a transição já avançada (0);

Eu não faço nenhum dos processos de transição de gênero (5).

### **12- Você acredita que o processo de transição/condição de passabilidade contribui para uma maior sociabilidade de pessoas trans na universidade? (8 respostas)**

Pessoa 1: “Sim”

Pessoa 2: “Com certeza”

Pessoa 3: “Acredito que nenhuma pessoa trans é completamente "passável", ela sempre vai ter algum desconforto ou desrespeito e sofrer em algum grau de exclusão social por conta de sua identidade de gênero. Mas acho que sim, pessoas que já fizeram mais alterações corporais e burocráticas (alterar nome nos documentos, por exemplo) possuem um certo tipo de conforto em algumas situações. Em outras palavras, quanto mais as pessoas trans se parecem com pessoas cis elas vão ser mais aceitas e ter mais sociabilidade em todos os âmbitos sociais, inclusive na universidade. As pessoas trans que não se encaixam fisicamente - e aqui me refiro à aparência, em como a sociedade a lê - no padrão de aparência socialmente aceito vão sim ter mais dificuldades e sofrer certos tipos de violência nesses espaços.”

Pessoa 4: “Com certeza”

Pessoa 5: “Com certeza, até pela questão de respeito dentro dos espaços, muita gente não aceita e respeita pronomes para pessoas no início da transição”

Pessoa 6: “Acredito que tal resposta encontra-se no campo da subjetividade. Eu, particularmente, reconheço que a questão da passabilidade está intrinsicamente ligada à cisgeneridade. Assim sendo, ela com certeza garante maior sociabilidade para com corpos que sejam lidas como "mulheres/homens". Ao mesmo tempo que reconheço a importância que tal processo tem para com a construção das identidades. Por isso, não acho que apenas a

passabilidade garanta uma sociabilidade para com pessoas trans nas universidades. Pois, diante de toda a extensão que uma "vida universitária" detém - a garantia para uma sociabilidade perpassa por diversas questões, principalmente as que dizem respeito a instituição.”

Pessoa 7: “Como a minha transição não acontece necessariamente através do corpo biológico, eu não tenho o local de fala. Contudo foi perceptível que a mulher trans que tive contato, fez um grupo de colegas enquanto uma grande maioria era notório que não queria se aproximar e principalmente do sexo oposto, homens independente da orientação sexual! Porém eu acredito que estar na condição de possibilidade contribui sim, mas há como se sociabilizar!”

Pessoa 8: “Sim, eu acredito que a condição de passabilidade contribuí para uma maior sociabilidade e evita constrangimentos cotidianos na relação entre as pessoas trans e as pessoas cis. Sendo sincero fui me entender trans dentro da faculdade e ainda sou tratado e lido como uma mulher cis lésbica então de uma forma geral ainda estou tentando compreender a minha relação com meu gênero e entre isso tudo com a sociedade e obviamente com a universidade. Apesar de ainda não entender em demasia as questões de gênero acredito que a condição de passabilidade tanto auxilie pessoas trans no sentido de amortecerem os preconceitos quanto isso também pode potencializar esses mesmos preconceitos se por exemplo a pessoa não faz nenhum processo de transição e pretende não fazer como tendo a sua identidade negada, ou ainda na constante negação do que é ser não binarie mesmo que já é algo difícil de ser assimilado ou ainda explicado sem que se cause algum atrito ou constrangimento.”

**13- Você sente liberdade suficiente dentro da UFOP para exercer sua expressão de gênero? (11 respostas)**

Sim (8);

Não (3).

**14- Os banheiros do seu campus respeitam o uso de acordo com as expressões de gênero dos estudantes? (11 respostas)**

Sim (5);

Não (6);

**15- Você se sente segure/acolhido dentro do ambiente universitário (especificamente na UFOP)? (11 respostas)**

Sim (5);

Não (6);

**16- Já sofreu alguma situação vexatória/constrangedora por parte da instituição? (11 respostas)**

Sim (3);

Não (8);

**17- Se quiser, relate qual foi a situação: (2 respostas)**

Pessoa 1: “Durante a mostra multi desse ano de 2021 ocorreu um episódio comigo extremamente traumatizante. Fui participar de uma palestra, se não me engano foi organizada pelo NISC, ligado ao curso de medicina ou ao de nutrição, não me lembro bem. O palestrante, um professor da Unifesp eu acho, foi extremamente transfóbico em suas falas. Abertamente transfóbico, dentro outros preconceitos que ele proferiu. Quando eu comentei sobre isso no chat, a mediadora, uma professora da ufop, da nutrição ou da medicina, foi super sarcástica comigo e me humilhou, citando meu nome inclusive, na palestra. Foi horrível saber que até mesmo em uma palestra, da mostra multi, dentro da ufop, eu passei por essa situação. Em lugar nenhum estamos seguros, infelizmente. Outra situação eu relatei anteriormente, sobre o cadastramento no encontro de saberes.”

Pessoa 2: “Nas aulas com nome morto e nas moradias”

**18- Você acredita que algumas expressões corporais/artifícios da corporalidade contribuem para sua comunicação/sociabilidade/autoafirmação dentro da UFOP? (11 pessoas)**

Sim (11);

Não (0);

**19- Se sim, quais? (uso de vestimentas, características da fala...) (10 pessoas)**

Pessoa 1: “Principalmente as roupas e o modo de se portar.”

Pessoa 2: “Vestimentas, acessórios, modo de falar, até mesmo modo de andar.”

Pessoa 3: “o meu cabelo comprido, as roupas femininas que uso quase sempre, meus gestos, meu batom, meus esmaltes, meus acessórios que são tidos como 'femininos'... meu jeito de falar, meus gestos, jeito de andar, etc”

Pessoa 4: “Desde a vestimenta até ter peitos(no meu caso travesti)”

Pessoa 5: “Eu acredito que todo corpo/performance interfere diretamente nas vivências. E diante disso, as expressões/comportamentos que desviam da "norma" estão sujeitas a serem avaliadas/julgadas e até em alguns casos, controladas.”

Pessoa 6: “Vestimentas”

Pessoa 7: “Roupas, maquiagem, esmalte, transformações corpóreas (piercings, tatuagens)”

Pessoa 8: “Eu acredito que sim, uma vez que é perceptível a minha mudança de gênero através das minhas roupas, contudo quando estou em um grupo feminino minha voz geralmente se flexiona para uma voz mais “feminina” e com grupos de meninos mais “masculino” no período de sociabilidade. É problemático agir assim, uma vez que meio que tento me adaptar aos locais, mas é uma forma de me manter incluso e de não ter um desconforto com os outros.”

Pessoa 9: “Acredito que a liberdade de usar as roupas que uso contribui para que eu me sinta confortável em me socializar na universidade”

Pessoa 10: “Minhas roupas, meu corpo hormonizado, enfim, todos os componentes do meu gênero me reafirmam e me fortalecem no contato social na universidade.”

## **20- Você vivenciou a experiência universitária em outra instituição? (11 respostas)**

Sim (3);

Não (8);

## **21- Percebeu alguma diferença no tratamento/facilidade de ingresso e permanência em relação à UFOP? (5 respostas)**

Pessoa 1: “Não”

Pessoa 2: “Sim. Por questões de localidade, cultura e por ser uma experiência nova. Além do fato de estar ingressando em um curso da área dos estudos culturais & sociais.”

Pessoa 3: “Tive muita dificuldade no processo de conseguir bolsas, é um processo que na minha época foi longo e desgastante.”

Pessoa 4: “Pelo fato de experimentar minha vida acadêmica na UFOP integralmente no remoto, por motivos da pandemia, fico sem poder abordar essa questão da melhor forma possível.”

Pessoa 5: “Sim.”

## **22- Você acredita que as políticas públicas de assistência da UFOP são suficientes para garantir a permanência de pessoas trans no curso superior? (11 respostas)**

Sim (1);

Não (10);

**23- Você sente que a universidade tem algum interesse ou abertura para discussões acerca de novas políticas públicas voltadas especificamente para essa população? (11 respostas)**

Sim (5);

Não (6);

**24- Você conhece algum núcleo/grupo/projeto que ofereça suporte para as questões LGBTQIA+ dentro da UFOP? (11 respostas)**

Sim (8);

Não (3);

**25- Se sim, quais? Eles são ligados diretamente à reitoria ou à administração da universidade? (8 respostas)**

Pessoa 1: “o POC”

Pessoa 2: “Conheço alguns coletivos e núcleos de estudo, mas não são ligados à reitoria ou à administração, são iniciativas dos próprios estudantes.”

Pessoa 3: “Poc, projeto q faço parte”

Pessoa 4: “Em 2011 surgiu o Coletivo Batalho, um grupo de defesa à diversidade sexual e de gênero na UFOP. Foi criado por estudantes após alguns ataques homofóbicos dentro da universidade. Pelo que pesquisamos na época, até o momento existia grupos de estudos sobre os temas, mas nenhuma política de enfrentamento à homofobia ou a transfobia dentro da instituição. Embora composto (na maior parte do tempo) por poucos alunos, o grupo foi bem ativo durante alguns anos e encerrou suas atividades com o desligamento (formação) dos alunos da Universidade.”

Pessoa 5: “Não sei responder sobre a segunda pergunta. Mas, me recordo do grupo POC. Além de outros grupos não institucionalizados que mantinham uma atuação para com tais questões, como Coletivos; Semanas da Diversidade e Centro Acadêmicos. E claro, profissionais/estudantes que fizeram alguma contribuição para com a temática, como a Tv Ufop e Trabalhos de Conclusão de Curso.”

Pessoa 6: “Ninfeias, Ariadnes”

Pessoa 7: “POC - UFOP, Sim eles estão ligados a Pró-reitoria de Extensão e a PRACE, contudo não os acompanho fielmente.”

**26- Como você percebe o movimento de militância LGBTQIA+ dentro da UFOP? Ele é transinclusivo? Supre as necessidades da comunidade? (7 respostas)**

Pessoa 1: “Não conheço bem os movimentos LGBT da UFOP, mas também pouco vejo essa discussão perpassar por todas as militâncias.”

Pessoa 2: “acho q a militancia lgbtqia+ q percebo no ICHS é branca, elitista e n inclui pessoas trans. abraça apenas homens e mulheres cis gays, lésbicas e bissexuais. E com um recorte de classe feio...”

Pessoa 3: “Ele só é inclusivo quando tem alguma moeda de troca, quando tive problemas nas moradias nenhuma militância me acolheu”

Pessoa 4: “Confesso que não penso pela vertente da inclusão, enxergo como uma limitação representativa que em essência não garanta alguma transformação efetiva. Contudo, enxergo que a presença de corpos T em espaços como a universidade, tendem a tensionar o ambiente. E em alguns casos, evidenciam como a academia continua a manter uma cultura que ainda (de forma generalizada) "aguardam" por ter a presença de pessoas T para assim pensar ações/mudanças. Por fim, sobre o movimento na Ufop enxergo como satisfação - principalmente por parte do corpo que compõe a universidade. Como respondi antes, na minha época, houve atuações que estavam comprometidas em construir uma universidade "mais colorida".”

Pessoa 5: “Na minha época não participei de nenhum movimento pois não estava em transição ainda”

Pessoa 6: “Eu não faço parte dos movimento de militantes LGBTQIA+ dentro da UFOP”

Pessoa 7: “Eu ainda não conheço esses movimentos na UFOP.”

## **APÊNDICE 2 - TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA E1**

**Nicole:** Primeira coisa que eu quero que você faça, é se apresentar para que eu possa me referir corretamente à você no meu TCC. Bom, primeiro, acho que você já sabe... Meu TCC ele vem da ideia daquele documentário que o (nome) te convidou que é o Educação TRANSformadora, ele é uma extensão documentário e eu comecei com a intenção de estudar comunicação de pessoas transexuais nas universidades a partir das expressões corporais, só que aí quando eu

comecei a pesquisar eu vi que eu não tinha informação suficiente para entrar em um campo tão subjetivo que seria as expressões corporais. Então hoje, meu TCC está falando muito mais sobre o ingresso e permanência na Universidade do que da comunicação corporal, e eu falo muito mais da comunicação interpessoal do que da comunicação corporal de cada pessoa. E aí na sua apresentação você pode falar seu nome, sua idade, seus pronomes, o seu curso hoje na ufop e me contar uma breve história do seu entendimento como pessoa trans até aqui. E é isso, pode começar!

**E1:** Então, Nicole... meu nome é E1, eu tô na UFOP agora no primeiro semestre de Jornalismo e na verdade esse já é o segundo curso na UFOP, né? Eu já fiz letras UFOP e já fiz também artes visuais na UEMG, só que aí eu ainda tava sem entender como trans e só agora nesse semestre aí que eu estou realmente entrando na faculdade com os pronomes masculinos, eu já fiz a mudança nos meus documentos, já tá tudo no masculino que é como eu me entendo e como eu quero ser tratado.

Então, na verdade ser trans para mim... eu tenho 42 anos, né? Então não foi fácil assim, não tinha informação na época. Eu sempre me via com essa, é... vamos dizer, com esse “erro”, né? Vamos dizer que meu cérebro não aceitava o meu corpo como eu era. E aí eu acho que isso só ficou mesmo claro para mim na adolescência, né? Quando o hormônio feminino faz mais efeito... aí eu comecei a sofrer bastante assim comigo mesmo, era uma imagem que eu não queria ter, então eu não olhava muito no espelho, eu não... realmente eu não me amava e na verdade eu fui deixando para lá porque eu não sabia o que era, simplesmente pensava que eu era depressivo, pensava que eu tava com alguma coisa por causa do peso... pensava sempre outras coisas, mas não pensava que era transexualidade porque não era uma coisa que estava no meu conhecimento, né?

E aí eu falo que teve uma vez que eu vi um vídeo ou um documentário, alguma coisa assim... tem muito tempo, deve ter uns 30 anos, eu ainda era adolescente assim e eu lembro do vídeo mostrar aceleradamente como que era uma mulher usando hormônio e o corpo dela modificando o máximo que na época podia chegar, e aquilo ficou na minha cabeça para sempre assim, eu pensei “gente, como assim?”... mas eu não sabia que isso tinha alguma coisa a ver, mas aquilo ficou... eu falei “ó, isso é interessante, né?”

E só depois que eu fui entender o que era... mesmo depois que eu entendi como trans foi super difícil fazer essa transmissão, porque eu trabalhava com a voz, ainda trabalho, né? Como radialista. Tomando hormônio, a primeira coisa que muda já é a voz... então eu fui deixando o máximo que eu pude, só que eu cheguei num limite que eu fiquei depressivo, eu comecei a não

comer, não queria mais viver mesmo, sabe? Aí eu pensei “que perspectiva de vida eu tenho? Eu não quero fazer nada nesse corpo feminino”, então eu cheguei nesse máximo e falei “não, eu preciso fazer essa mudança e seja o que Deus quiser!”. Então eu fiz a mudança e o pessoal da rádio super me acolheu assim, sabe? Eu fiz a mudança aproveitando a coisa política, né... colocando meu corpo politicamente também, defendendo a causa LGBT, a causa trans. E aí, eu fiz essa alteração, essa mudança... já tem um ano e pouco, quase dois anos e eu tô super feliz... assim, claro que feliz mas ao mesmo tempo com vários questionamentos, é uma luta, são vários impedimentos... não é fácil, né? Mas ao mesmo tempo, para mim, eu tô me encontrando e isso é muito bom!

**Nicole:** Como o tema do meu TCC é esse ambiente escolar, né? A gente faz um apanhado do histórico escolar das pessoas trans no Brasil... E aí, a gente sabe que essa socialização de crianças e adolescentes trans na escola, desde o ensino fundamental, é bem prejudicada, né... por conta dessas regras heteronormativas e binaristas que são impostas pelo próprio sistema educacional. Mesmo que muitas crianças e adolescentes ainda não se reconheçam como LGBT, né? Igual você falou que tinha várias questões não se entendia como uma pessoa trans e tentava encontrar vários motivos para isso, mas sempre existem alguns trejeitos, alguns indícios, preferências que demonstre essa identidade de gênero ou orientação sexual desde esse período da vida. Dentro desse ambiente escolar, você se lembra de alguma dificuldade da comunidade, em geral, professores, outros alunos, funcionários, em lidar com essas suas subjetividades de pessoas trans, de criança ou adolescente trans, mesmo que ainda sem se entender assim? E situações de preconceito e exclusão, elas foram uma realidade para você na escola?

**E1:** Eu sempre sofri bullying, né? Eu não me sentia feliz, nem na infância e nem na adolescência, eu lembro de, por exemplo, com 12 anos eu me sentava em uma das primeiras carteiras assim e um professor falou assim: “você é menino ou é menina?”, ele não soube identificar, isso sempre também me acompanhou, né? Sempre as pessoas com essa essa confusão sobre essa identidade de gênero minha, que também tava na minha cabeça e eu não sabia na verdade. Enfim, eu sofri bullying por ser diferente sempre, mas eu imaginava que era por causa do peso, da minha cor e tal... eu não sabia que as pessoas tinham tanto preconceito assim de você tá fora da caixa por causa de gênero, né? Eu só fui saber realmente agora com mais informações. Então, eu sofria bullying, mas eu pensava que era por um motivo e agora eu tenho certeza que era por causa de outro. As pessoas são muito rígidas com relação a você tá fora da caixa no sentido de gênero e eu sempre fui muito assim... eu queria carregar peso, eu

ajudava na construção com meu pai, sabe? Tudo que não era, entre aspas, para eu fazer num corpo feminino, eu fazia. Isso era motivo para eu sofrer muito preconceito e eu não sabia que era por isso, mas era. Não só pela família, mas também na escola... por onde eu andei.

**Nicole:** Você me contou que você fez Letras, assim... eu te conheço há mais tempo, né? Quando eu entrei na faculdade você fazia Letras. Então você viveu dois momentos, duas experiências na universidade, né? Nesse período, desde que você se descobriu uma pessoa trans, como foi o processo de adaptação nesses ambientes de socialização educacional? No seu caso foi dentro da Universidade já, né? Depois de concluir um curso... Em relação ao nome social, à mudança de comportamento, de vestimentas, utilização do banheiro de acordo com a expressão de gênero... acho que no jornalismo você só teve a experiência online, né? De qualquer forma é a mesma diversidade, mas você é uma pessoa diferente dentro desse ambiente... como que tá sendo para você, pessoalmente, e para a universidade te entender como uma pessoa diferente e entender suas necessidades e esse processo de aceitação, como um novo estudante, né?

**E1:** É, igual você falou, né? São duas experiências diferentes, então enquanto num corpo feminino ainda tava tipo como me entendendo como lésbica assim e ali dentro da UFOP a gente não sofre tanto preconceito na questão LGBT, na verdade tem uma boa acolhida. E agora entrando na minha identidade mesmo, de trans, eu já percebi, pelo menos online, já uma acolhida maior também. Quando eu fiz o meu cadastro para jornalismo, meu e-mail veio no feminino e eu entrei em contato e eles falaram “não, vamos resolver”, eles foram super tranquilos para me explicar como fazia a atualização desse dado, então foi super super tranquilo. Não tive nenhum problema assim, sabe? E aí eu deixei claro para todos os meus colegas, professores e fui super bem acolhido também. Até o momento eu tô super feliz, porque tá sendo novo e eu pensei que poderia ser muito difícil, né? Poderia ser mais um ambiente para eu sofrer bullying... eu sou traumatizado (risos), faço terapia a muito tempo por conta disso. Mas não, tá sendo bem legal assim... Enquanto num corpo feminino eu tava um pouco mais triste, até mesmo porque eu não estava fazendo o curso que eu queria, eu queria fazer jornalismo, e aí coincidiu de eu estar com a minha identidade ok e fazendo o curso que eu realmente sempre quis fazer, né? E eu tô feliz!

**Nicole:** Ai que ótimo, faz toda diferença, né? Agora sobre esse processo de educação mesmo, você fez um curso mas ligado à educação, né, que foi Letras, e hoje você faz jornalismo. Você acredita que a universidade, ela foi um ambiente que te deu mais autonomia, autoconhecimento

e liberdade de expressar sua identidade de gênero? A quais fatores você relaciona isso? E mais uma pergunta: dentro dos dois cursos que você viveu dentro da universidade, você encontrou meios de estudar e entender melhor as questões de gênero de forma que auxilie sua vida profissional? Tanto na Letras, quanto no jornalismo, você acha que esse assunto vem sendo mais abordado nas disciplinas e fora das salas de aula de forma geral?

**E1:** Então, eu não vi esse assunto ser debatido na faculdade não, nem antes quando eu estava estudando Letras e nem agora. Mas, quando eu fiz o enem eu tinha a possibilidade de entrar com a cota de pessoa trans e pessoa negra, também...

**Nicole:** Só um minuto, aqui na UFOP você teve a possibilidade de utilizar cota para pessoas trans?

**E1:** É, eu poderia... mas eu não consegui porque eu teria que ser 100% de escola pública no ensino médio, e eu não fiz, eu estudei um ano no ISAP (instituto de educação particular) e isso me deixa sem poder usar nenhuma cota. Mas eu lembro de ter lido isso lá e fiquei super feliz, mais uma possibilidade para as pessoas trans...

**Nicole:** pois é, eu fiz uma entrevista com a pró-reitora da PRACE e ela disse que não tinha. Seria ótimo, eu só não sabia que a UFOP tinha essa possibilidade...

**E1:** Será que eu li em outro curso? Bom, eu lembro de ter lido mas não lembro se foi na UFOP (risos)... e aí você me pergunta se isso foi incentivador... quando eu vi essa cota sim, apesar de não poder, mas as informações que eu tive acesso assim, foi tudo de outros canais, internet... de outras pessoas que são trans. Na verdade, eu lembro de ter visto alguns alunos que não se identificavam como trans mas que eu sabia que eram, e isso me incentivou a pensar: “nossa, eles estão super bem aqui, sendo tratados no masculino...” eu não conheci porque eram de outros cursos, mas isso me incentivou também bastante.

**Nicole:** Então você sentiu essa autonomia maior e essa liberdade de expressar seu gênero dentro do ambiente universitário, foi um lugar mais aberto a isso?

**E1:** sim, com certeza!

**Nicole:** E a segunda pergunta, sobre esses conteúdos... ainda você não teve nenhum tipo de contato?

**E1:** não, ainda não tive nada.

**Nicole:** Agora perguntando sobre seu posicionamento social: você acha que estar na universidade hoje te protege de certa forma de alguns tipos de agressões sociais que outras pessoas trans sofrem? Digo, você se sente mais respeitado em outros ambientes sociais, dentro do seu trabalho, dentro de outros ambientes sociais mesmo por cursar um ensino superior? Isso representa algum tipo de ascensão social dentro da comunidade LGBT?

**E1:** Sim, eu acho que sim! Eu acho que quando você se assume trans, várias portas se fecham. As pessoas realmente têm muito preconceito no Brasil, não sei se em outros lugares também, né? Mas aqui a gente vê muito isso assim, então é a dificuldade de arrumar emprego por causa da aparência que tá em transição, ou não... e as pessoas têm mesmo esse preconceito. Então, eu acho que estar estudando me coloca de novo em contato com a sociedade, faz eu me sentir aceito, né? Fora que eu não acreditava que eu ia passar e isso realmente está me dando um novo fôlego. Realmente tá sendo muito importante para mim voltar a estudar, Apesar de que eu já tinha outras faculdades, né... outras graduações, mas estar neste momento está sendo bem importante para mim assim, sabe? É como se eu tivesse começando do zero e sendo agradavelmente acolhido. Tá sendo bem importante para mim neste momento.

**Nicole:** Então para você a sociedade se comunica de forma diferente com pessoas trans escolarizadas?

**E1:** Sim, no caso, pessoalmente para mim eu considero importante, mas com certeza a sociedade exclui e fecha as portas para pessoas trans, eu acredito que eu tive sorte.

**Nicole:** É... agora é a última pergunta: o que você acredita ser essencial para que a universidade se torne um local mais acolhedor para todas as identidades? E você sente que dentro da UFOP existe mais abertura para esse tipo de discussão, pensando no ingresso e possibilidade de permanência, assistência estudantil... É um ambiente mais favorável para se estar sendo trans?

**E1:** Então, como eu disse, depois que você questionou eu já não tenho certeza (risos), mas com a possibilidade de ter a cota para as pessoas trans, isso já é bem legal assim, mais uma abertura para as pessoas trans. Com relação a assistência, eu hoje não tenho carteira assinada, né? Então, por causa da pandemia teve diminuição do meu salário e eu pedi ajuda e não consegui, mas aí, eu acho que a pessoa que tem mais dificuldade, que não tá trabalhando, acho que tem sim ajuda da ufop, a ufop ajuda sim com a bolsa permanência, com as outras bolsas, mas aí tem os quesitos né?... Então uma pessoa que quer estudar tem sim possibilidade de conseguir permanecer na ufop e terminar o curso que deseja.

**Nicole:** E o que você acredita ser essencial para que a universidade se torne um local mais acolhedor para todas as identidades?

**E1:** Eu acho que se tivesse uns cursos de extensão, algo assim, não só para a comunidade trans mas também para as pessoas de dentro da faculdade ter mais informações... acho que seria legal, para acolher mais a comunidade. Acho que seria bem legal.

**Nicole:** Então é isso E1, muito obrigada, foi ótimo! Muito bom poder te conhecer melhor.

**E1:** Muito obrigado, Nicole! Obrigado pelo convite e sucesso para você aí no seu trabalho!

### **APÊNDICE 3 – TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA E2 (Entrevista via e-mail)**

#### **1 - Apresentação:**

Nome, idade, pronomes, curso e uma breve história do seu entendimento como pessoa trans/travesti/não-binária/gênero fluido.

R: E2, 21 anos, pronomes Ele/Dele, Ela/Dela e Elu/Delu. Eu me entendi como um ser de Gênero-Fluido em diferentes momentos da vida, me deparando com o sentimento de ser uma

mulher, mas que, em um período, me sentia homem. E foi nessa fluidez de gêneros, que eu tive diversos fatores que me fizeram concretizar o que me define como Gênero-Fluído hoje, como por exemplo o fato de ter uma mudança de pronomes sem perceber, de ter uma gravidez psicológica, de em alguns momentos não estar satisfeito com o meu órgão reprodutor, de querer ser mais feminino e de alguns momentos mais masculino...

## 2 - Histórico escolar

A gente sabe que a socialização de crianças e adolescentes trans na escola, desde o ensino fundamental, é bem prejudicada por conta das regras heteronormativas e binaristas impostas pelo sistema educacional. Mesmo que muitas crianças e adolescentes ainda não se reconheçam como LGBTQs, já podem existir alguns indícios, trejeitos, preferências que demonstrem sua identidade de gênero ou orientação sexual nesse período da vida. Dentro desse ambiente, você se lembra de alguma dificuldade da comunidade (professores, alunos, funcionários) em lidar com suas subjetividades de pessoa trans? Situações de preconceito, exclusão... eram uma realidade pra você?

R: Na minha escola não tinha pessoas trans, não binaries e gênero-fluidos. Contudo apesar de entender hoje o que representa cada um desses nomes, na época não tinha essa informação que tenho hoje, pelo fato de morar em região interiorana e de ter poucos recursos para acessar essas informações. Então pelo fato de não ter esse conhecimento, eu tratava certas questões preconceituosas como homofobia, cujo no qual preferi esquecer e não me lembro mais.

## 3 - Aceitação

No período em que você se descobriu uma pessoa trans, como foi o processo de adaptação nestes ambientes de socialização educacional (escola, universidade) em relação ao seu nome social, a mudança de comportamento, de vestimentas e na utilização do banheiro de acordo com a sua expressão de gênero?

R: No período em que me descobri, me fiz diversas perguntas sobre a questão da moda na sociedade e como elas nos colocam nos padrões heteronormativos. Hoje concluo que roupas não tem gênero, uma vez que elas não definem e nem torna homem ou mulher. Elas ajudam na construção de uma identidade de um ser! A partir daí eu me empoderei e quando estou nesses lugares percebo que em algumas pessoas causa estranhamento por conta da vestimenta. Já na questão de pronomes percebo que muitos não perguntam qual o pronome que deveria

me tratar em algumas situações. No banheiro as vezes me faço a pergunta de qual devo usar, mas por mais que meu gênero esteja no feminino eu não vou ao banheiro feminino pois sei que poderia causar um estranhamento e possíveis desconfortos.

#### 4 - Educação inclusiva

Você acredita que a universidade foi um ambiente que te deu mais autonomia, autoconhecimento e liberdade de expressar sua identidade de gênero? A que você relaciona isso? / Dentro do seu curso, você encontrou meios de estudar e entender melhor as questões de gênero de forma que te auxilie na sua vida profissional?

R: Sim, acredito que na faculdade eu posso ser mais eu, mesmo tendo algumas ressalvas. Contudo as pessoas que eu criei um vínculo na república me ajudaram nesse processo de descobrimento. Já em sala de aula esses assuntos não são muito debatidos, nos deixando com uma visão de igualdade futura que o mercado de trabalho, que não tem. Eu não consegui ver nenhuma possibilidade de me ver futuramente em um mercado de trabalho que aceite quem eu sou não sei se é porque eu já consegui vivenciar diversos preconceitos na busca de um emprego por causa da minha cor e de ser afeminado, além de ser panssexual.

#### 5 - Posicionamento Social

Você acha que estar na universidade hoje, de certa forma, te protege de alguns tipos de agressões sociais que outras pessoas trans sofrem? Digo, você se sente mais “respeitado” em ambientes sociais por cursar um ensino superior... isso representa algum tipo de ascensão social dentro da comunidade? A sociedade se comunica diferente com pessoas trans escolarizadas?

R: Acho que a violência física no contexto universitário não é tão presente, mas a transfobia oralizada é presente mesmo que direta ou indiretamente. Claro que se pensamos na sociedade como um todo é mais frequente do que na universidade. Então sim, eu me sinto mais respeitado mas acho que não o suficiente. (A última pergunta não sei responder ao certo), mas acredito que não, pois os preconceitos não vêm pelo que você sabe e sim pelo que você é.

#### 6 - Entrada e permanência

O que você acredita ser essencial para que a universidade se torne um espaço mais acolhedor para todas as identidades? Você sente que existe mais abertura para este tipo de discussão na nossa universidade, pensando em questões como ingresso e possibilidades de permanência?

Não sei bem o que pode ser feito, porém acho que pelo fato de estarmos em uma comunidade teoricamente democrática, é preciso que essas pessoas tenham os seus direitos debatidos.

#### **APÊNDICE 4 - TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA E3**

**Nicole:** Então, a primeira pergunta na verdade não é uma pergunta, é um espaço para você se apresentar e para eu saber como me referir da melhor maneira a você no meu trabalho. Eu coloquei aqui para você falar o seu nome, sua idade, os seus pronomes, o curso que você está na UFOP e contar uma breve história do seu entendimento como uma pessoa trans. Fica a vontade!

**E3:** Meu nome é E3, tenho 22 anos, faço o curso de Letras e o meu processo de me descobrir como travesti não-binária, é um processo muito subjetivo, até meio difícil de explicar. Esse processo rolou na pandemia e foi um momento de confrontar e encarar mesmo quem eu sou, o que eu quero ser, como eu quero ser lida, como eu quero me movimentar na sociedade, qual o papel que eu quero exercer... é uma parada bem profunda e subjetiva mesmo, eu não sei muito como explicar. Eu achava que eu era um homem cis gay e aí eu percebi que na verdade eu não era. Foi tudo muito natural, várias pessoas me ajudaram nesse processo, eu tenho lido muitos livros para entender a teoria e me entender melhor na prática e entender o mundo que eu vejo na prática... é isso!

**Nicole:** Agora entrando um pouquinho mais no tema do meu TCC, eu falo um pouco do processo escolar de pessoas trans, né? Falo sobre a educação das pessoas trans. A gente sabe que a socialização de crianças e de adolescentes trans na escola, desde o ensino fundamental, é muito prejudicada por conta dessas regras heteronormativas e binaristas impostas pelo sistema educacional, né? E assim, mesmo que muitas crianças e adolescentes ainda não se reconheçam como LGBT, já podem existir alguns indícios, alguns trejeitos, algumas preferências que demonstrem essa identidade de gênero ou orientação sexual já nesse período da vida. E aí, dentro desse ambiente escolar, você se lembra de alguma dificuldade da comunidade – professores, alunos, funcionários – em lidar com essas suas subjetividades de pessoa trans? E se era uma realidade para você situações de exclusão, de preconceito... como que foi assim, seu Ensino Fundamental e Médio?

**E3:** Nossa senhora (risos)... eu sofri bullying, né? Minha vida inteira. Eu sofri muito bullying e tipo assim, quando eu falava para coordenadores, diretores ou professores o que estava acontecendo eles se faziam de cegos. Era uma coisa que todo mundo era conivente. Eu estudava em escola particular e as pessoas não ligavam muito para o que eu tava passando, para a minha subjetividade... Cara, já aconteceu de eu estar numa escola e a coordenadora chamar minha mãe, a pedagoga, chamar minha mãe e falar para minha mãe que os meninos estavam me zoando me chamando de bichinha, de boiola, de viado e não sei o que... eles batiam em mim, né? Eu também apanhava, e ela chegou a dizer para minha mãe que eu que era muito afeminada, entendeu? Tipo assim, como se a culpa fosse minha. Então, isso foi melhorar no ensino médio porque eu passei no IFES, né? Graças a Deus lá é um lugar bem mais saudável mas assim... é foda, foi tenso, foi brabo!

**Nicole:** Você passou por várias escolas na infância ou você estudou sempre na mesma?

**E3:** Eu estudei em 4 escolas, eu acho. E em todas elas eu vivenciei essas experiências. E é engraçado, a orientação sexual do ser humano não se dá quando ele é criança, então tipo, eu não me sentia gay. Eu não sentia atração por outros meninos, isso só foi acontecer lá para os 10, 11 anos, e hoje em dia eu sei que eu não sinto atração só por meninos, hoje eu sei que é open. Mas assim, o problema realmente era eu ser afeminada, sabe?

**Nicole:** Agora falando um pouquinho sobre a sua aceitação do período que você está vivendo. Hoje, depois que você se descobriu uma pessoa trans, como tem sido esse processo de adaptação no ambiente de socialização educacional, especificamente dentro da Universidade? Em relação ao seu nome social, a mudança de comportamento, de vestimentas. Eu acho que depois que você se descobriu trans, você tem passado apenas pela experiência online, né? Mas mesmo antes de você se descobrir você já vinha tendo algumas mudanças no seu modo de viver, nas suas vestimentas, no seu modo de se comportar... como você percebe isso dentro da Universidade? Você acha que para você e para as outras pessoas, têm sido bem aceito? As pessoas têm respeitado sua nova forma de se apresentar? Como é que tem sido esse processo?

**E3:** Então, depende, cara. Depende porque, por exemplo, eu estou fazendo uma aula agora no EAD e a professora perguntou meus pronomes, entendeu? Perguntou meu nome, me chama de E3, mesmo que meu nome esteja lá (nome civil) (porque eu entro com o e-mail institucional) ela me chama de E3, as pessoas da sala me chamam de E3... mas na época que era presencial, eu ia de saia para o ICHS e as pessoas ficavam olhando para minha cara me julgando, tá ligado? Então eu nunca me senti aceita, eu não gosto do ICHS, as pessoas... enfim, eu não me sinto bem em circular lá, tá ligado? Parecia que eu tava sempre no lugar de impostora, tipo, no lugar de tá tomando o lugar de outra pessoa... é uma sensação muito ruim. E isso vinha sempre de pessoas... pessoas não, né? De homens cis gays, principalmente, que estudam lá no ICHS, principalmente, tá ligado?

**Nicole:** Dentro da própria comunidade LGBT então, que você se sentia assim, né? E especificamente? Sempre foi só dessas pessoa que você percebeu esse comportamento?

**E3:** Não, não. Eu acho que é uma coisa geral, mas é eu percebi mais incidente nas pessoas que eu conheço do ICHS que são homens gays, bota fé? Mas é geral.

**Nicole:** Entendi, como se fosse uma espécie de competição, assim? Você acredita que possa ser isso?

**E3:** Sim, sim, com certeza!

**Nicole:** Ah, e utilização do banheiro de acordo com a sua expressão de gênero... na época que você frequentava o ICHS, você ainda se reconhecia como homem? Você usava o banheiro masculino ou não?

**E3:** Quando eu tava perto de um banheiro masculino eu usava, mas eu preferia sempre ir no banheiro sem gênero e isso nunca foi um problema.

**Nicole:** Sobre a educação agora, você acredita que a universidade foi um ambiente que te deu mais autonomia, autoconhecimento, e liberdade para expressar sua identidade de gênero? Foi por conta da universidade, por conta das experiências que a universidade te propôs que você se sentiu mais autoconfiante para expressar essa sua identidade? A quais fatores você relaciona isso? E uma outra pergunta: dentro do seu curso você encontrou meios de estudar e entender melhor as questões de gênero de forma que auxilie na sua vida profissional?

**E3:** Vou responder a segunda pergunta primeiro, pode? Sim, sim! Inclusive agora, nesse momento eu tô cursando a matéria de pragmática e ela fala da linguagem, de como você se comunica e como isso diz respeito a você, à pessoa que tá falando. É uma coisa que eu tô lendo bastante. E aí eu fico comparando as coisas que eu aprendo, então sim, eu tenho vários professores que também põe escritores trans, tá ligado?

**Nicole:** Isso é muito legal. Ontem eu entrevistei um homem que cursou letras antes da transição e tal, agora que ele tá custando Jornalismo. E ele falou que na época que ele estudou Letras ele não percebia essa temática dentro das disciplinas. Então parece que o curso está evoluindo nesse quesito, né?

**E3:** Sim, sim! Os professores usam gênero neutro, Nicole, desde que eu entrei na verdade, os professores usam gênero neutro. Mais de linguagem, né? Acho que os professores de literatura são um pouco mais arcaicos, mais quadrados mas o pessoal de linguagens, usa gênero neutro, põe muitas pautas trans em debate, tá ligado? Tipo, outras identidades mesmo, além daquela branco, homem, hétero, cis e etc... e é muito doido, meu curso me ajuda muito a me entender, não só como pessoa trans, mas quem eu sou no mundo mesmo, sabe? Eu acho isso muito doido. Agora a faculdade em especial, ela me deu toda autonomia para me descobrir, cara. Eu acho que eu só sou quem eu sou porque eu vim para Mariana, porque eu vivi no ambiente universitário, porque eu frequento república, eu moro em uma república e minha vivência é enorme, gigantesca, sabe? Eu consigo ter uma gama de experiências, várias experiências diferentes, diversas e eu acho que tipo assim... nesse processo eu tive referências também, sabe? Por exemplo, a Fredda Amorim, ela é uma referência para mim, sabe? Quando eu conheci ela eu falei assim: “é isso, é isso que eu quero ser!, entendeu? Então tipo, ver outras pessoas que hoje eu sei que têm o caminho parecido com o meu, me ajudou encontrar meu caminho, entendeu? Então eu acho que sim, ajudou muito. A faculdade foi um ambiente muito doido para eu me descobrir.

**Nicole:** Agora falando um pouco sobre sua posição social, você falou bastante sobre se descobrir como indivíduo no mundo, né? Você acha que estar na universidade hoje, de certa forma, te protege de alguns tipos de agressões sociais que outras pessoas trans sofrem? Aquelas que não têm acesso a esse nível escolar, você se sente mais respeitada dentro dos ambientes sociais por cursar o ensino superior? Você acha que dentro da comunidade LGBT isso representa algum tipo de ascensão social?

**E3:** Eu nunca parei para pensar nisso na real, então acho que a resposta é positiva, né? Eu acho que isso é um privilégio, se eu nunca parei para pensar nisso... mas eu acho que tem lugares e lugares, acho que tem momentos em que eu fazer faculdade não importa, isso eu sinto. Acho que tem momentos muito específicos que importa a forma como eu tô sendo aquele momento, sabe? Por exemplo, eu não gosto do Snooker, eu não entro no Snooker, porque eu me sinto violentada toda vez que eu entro lá, por causa da pessoa que eu sou naquele momento, a roupa que eu tô vestindo, o modo como eu estou me expressando.

**Nicole:** Eu acredito também que por você assumir uma identidade feminina... é diferente da experiência de pessoas trans universitárias que assumem identidades masculinas, né? Porque

de alguma forma a identidade feminina ela já é menosprezada em diversas esferas, sendo universitária ou não, né?

**E3:** Sim, sim. E agora respondendo sobre a comunidade LGBT, eu acho que sim, representa uma ascensão social, principalmente para pessoas trans. Eu falo com (nome) que eu estou em crise com minha faculdade, sabe? Só que isso me dá muita aflição porque eu tenho que terminar, porque é minha única chance, tá ligado? Eu tenho essa visão, essa sensação de que é minha única chance, bota fé? Terminar a faculdade. Porque parece que tudo está voltado contra nós, parece que pessoas travestis e pessoas trans se não têm estudo, você não vai arrumar um bom emprego, porque o mercado de trabalho exclui essas pessoas de uma maneira muito bizarra e as pessoas, na maioria das vezes, acabam marginalizadas, né? Então assim, eu tenho muito medo na real e tenho essa sensação de que é minha única chance para eu ser uma pessoa trans que venceu, tá ligado? Eu acho que a faculdade me emancipa também.

**Nicole:** Então você acha que a sociedade, de forma geral, se comunica diferente com pessoas trans escolarizadas?

**E3:** Acho que sim, eu acho que é pesado mas é a verdade, mas também por eu ser branca. Por muito tempo, inclusive, eu achei que eu estava roubando o lugar de outras pessoas, porque eu achei que travesti era uma identidade de pessoas pretas... e é! Mas não só.

**Nicole:** Falando um pouquinho sobre a entrada e a permanência na universidade. O que você acredita ser essencial para que a universidade se torne um espaço mais acolhedor para todos e para todas as identidades? E você sente que existe mais abertura para esse tipo de discussão na nossa universidade? Pensando questões de ingresso e de possibilidade de permanência na UFOP, você acha que ela presta esse apoio às pessoas trans de alguma maneira?

**E3:** Cara, não tenho tanto conhecimento... eu só fiquei um ano na UFOP, né? Então não tenho muito conhecimento, mas assim, pelo que eu vi a maior parte das pessoas trans femininas e travestis que eu conheço, que estão na UFOP... no meu curso tem algumas acho que umas cinco pessoas trans. Enfim, eu percebo que elas são pretas, tá ligado? Então a galera se junta no coletivo negro e se sente acolhida ali. Porque eu não vejo um grande acolhimento para pessoas trans num geral, eu acho que as pessoas trans pretas se sentem acolhidas porque tem o coletivo

preto, tá ligado? Eu acho que tá faltando isso, acho que falta esse olhar, essa assistência... grupos de apoio, eu acho que falta para caramba.

**Nicole:** Entendi! Essa foi a última pergunta, mas agora falando por fora, você conhece a política de nome social da UFOP, você já pensou em tentar trocar o seu nome social dentro da UFOP?

**E3:** Eu não conheço.

**Nicole:** amiga, ela funciona de forma bem eficaz e você pode fazer o requerimento em qualquer momento do seu curso e sem muita burocracia, porque é uma escolha sua. Eu entrevistei a pró-reitora da PRACE e ela me contou um pouco sobre, se você quiser, depois eu te mando o artigo que ela escreveu na época da instauração dessa política. Então hoje já existe essa opção e é muito fácil para conseguir alterar seu nome social, aí seu email passa a ser com seu nome social, as chamadas, tudo... acho que isso pode te ajudar aí nesse processo.

**E3:** Óooh, eu achei que eu tivesse que mudar meu nome de verdade, no cartório...

**Nicole:** Não, pessoas com o nome não retificado tem direito ao uso do nome social, em todos os âmbitos da UFOP: carteirinha do R.U, nome na chamada, seu diploma, o email institucional... tudo isso você consegue usar com o nome social. Depois eu te mando o email da PRACE para você dar entrada nesse processo, você comentou sobre entrar nas aulas com o email com seu nome morto... acho que isso pode te ajudar a se sentir mais acolhida.

**E3:** Eu vou procurar com certeza. Eu só não faço isso de mudar meu nome de registro por causa dos meus pais, sabe? Eu só vou poder fazer isso quando eu tiver um emprego. Eu não consigo me sustentar.

## **APÊNDICE 5 - TRANSCRIÇÃO ENTREVISTA E4**

**Nicole:** Bom, a primeira pergunta na verdade não é uma pergunta... é um espaço para você se apresentar, falar seu nome, sua idade, seus pronomes, o curso que você faz na UFOP e contar uma breve história do seu entendimento como uma pessoa trans. Pode começar, fica à vontade!

**E4:** Obrigado! Meu nome é E4. Eu nasci em Valadares, faço faculdade aqui na UFOP, em Mariana, eu faço o curso de História licenciatura, tenho 21 anos, é... Deixa eu ver, eu comecei a me entender como trans, acho que desde sempre mesmo, sabe? Não teve muito... teve uns momentos que deu uns estalos assim, mas era uma coisa desde criança mesmo, de olhar e falar “caralho, eu não quero ser uma menina” e aí eu olhava... Ah, é mesmo! Meus pronomes, meus pronomes são qualquer pronome, na verdade, meio que independe mesmo... e aí eu olhava e falava “não, eu não quero ser uma menina” ser uma menina não tinha nada a ver comigo, mas eu também não queria ser um menino, eu só queria ser menino para poder fazer as coisas que os meninos podiam fazer e eu não podia porque eu era uma menina. Mas eu também não queria ser um menino, porque aí ia me cortar das coisas de menina que eu fazia. Eu vivia aquela situação tipo assim: ou um, ou outro. E aí eu ficava... na minha cabeça de criança não entrava muito a ideia de que isso funcionasse de algum jeito. E aí eu fui crescendo e eu fui meio que me entendendo desse jeito, só que aí eu fui me entender uma pessoa não-binária, eu tinha uns 16, 17 anos, só que eu ainda não entendia qual que era a relação disso com ser trans. Aí depois de um tempo, na faculdade mesmo, eu comecei a fritar nessa questão... tanto pelas pessoas que eu conhecia, quanto pelas coisas que eu via, tanto pelas vivências que eu tive mesmo e aí uma hora eu falei “cara, é isso eu sou trans”. Aí deu um estalo na minha cabeça, e aí ainda assim eu demorei a entender, tipo o que que era a binariedade mesmo da situação, onde que eu me encontrava nessa questão inteira de, de estar num lugar que era quase um não lugar, saca? Que era um ambiente onde eu sabia que eu existia, que eu sabia que eu me encontrava, só que eu não conseguia me ver mesmo encaixado dentro da sociedade. Eu demorei um bom tempo para realmente entender onde que eu me encaixava ali dentro, como que as coisas funcionavam, mais ou menos. Aí eu acho que era mais isso, é uma coisa bem aos poucos, foi um entendimento que eu fui fazendo bem... eu sempre soube mas eu meio que demorei mesmo pegar a visão de me aceitar mesmo, de falar “porra, é isso mesmo que eu sou, é isso que eu quero fazer”, várias outras questões também que tem a ver não só com a personalidade, tem a ver com a forma que você se porta, as roupas que você veste, isso muda completamente o jeito que você é lido, né? Então eu acho que eu demorei um tempo para entender que não era obrigado a fazer nada, que eu não precisava me enquadrar em nada. Foi aí que eu entendi que eu era trans, quando eu

percebi que eu não tinha que dar um jeito de me enquadrar, que eu podia só ser eu e as coisas fluíram.

**Nicole:** Entrando um pouquinho no tema do meu TCC, eu falo sobre a existência das pessoas trans dentro da Universidade, né? Só que para falar sobre a universidade, existe todo um histórico escolar por trás disso e uma vida inteira frequentando esses ambientes escolares. E a gente sabe que a socialização de crianças e adolescentes trans na escola desde o ensino fundamental, ela é bem prejudicada, justamente por conta dessas regras heteronormativa e binaristas que ainda são impostas pelo sistema educacional e assim, mesmo que muitas crianças e adolescentes ainda não se reconheçam LGBTs já podem existir alguns indícios, trejeitos, preferências que demonstrem essa identidade de gênero ou orientação sexual já desde essa parte da vida, desse período. Dentro desse ambiente, você se lembra de alguma dificuldade da comunidade escolar, professores, alunos e funcionários em lidar com essa sua subjetividade de pessoas trans? E situações de preconceito e exclusão, elas eram uma realidade para você?

**E4:** Então, a minha mãe era pedagoga. Eu, quando era mais criancinha, morava no bairro mais periférico e lá era um dos únicos lugares da minha vida que eu realmente podia fazer o que eu queria, tá ligado? Tipo, eu andava sem camisa com os meninos e ninguém enchia o saco. Só que a partir do momento que eu ia para minha escola, eu perdia isso. Eu não tinha essa liberdade, eu não tinha essa liberdade de fazer as coisas como eu me entendia, por exemplo, minha escola tinha apresentações de fim de ano e tinha as coisas que os meninos faziam e as coisas que as meninas faziam. E aí virava e mexia, nas apresentações de fim de ano eu ligava o foda-se e falava “eu não vou apresentar esse negócio, não quero” e fazia birra, não queria. Eu não gostava mesmo de estar enquadrado naquela situação, achava desconfortável... festa junina, coisas assim me deixavam desconfortável. E é uma coisa engraçada, no começo, parece que é você que é um escroto, tá ligado? Você que é um puta chato de não participar dessas coisas, só que não é assim, sabe? As pessoas não entendem mesmo que você não se sente confortável com a situação, tipo quando eu me formei, também tinha que usar vestido e eu não queria usar vestido e tinha obrigatoriamente que usar. Eram coisas do tipo, mas assim, eram situações que eu acho não eram preconceituosas, na escola eu acho que o que mais me incomodava era mais a questão da binariedade mandar em tudo, né? Então, professor de ensino básico...

**Nicole:** Essa divisão que acontece desde a primeira série, né? Desde o ensino infantil.

**E4:** Sim. E você é um professor, você não tem muito aporte, você não estuda muito sobre isso, você não estuda gênero com todo esse conceito. Mas quando eu cheguei na faculdade, que foi quando eu comecei a me entender trans de verdade, aí sim eu sofri várias coisas. Tipo, das pessoas me chamarem por um pronome e eu nunca corrigir, então se eu não corriji a pessoa, significa que ela pode usar aquele pronome comigo, mas aí acontece de outras pessoas corrigirem e falarem “não, é A E4, no feminino” e não é bem assim, entende? E eram pessoas que eu já tinha falado que eu sou não-binária. Então eu acho que tem uma dificuldade, eu não sei se é tanto culpa das pessoas, sabe? Eu não acho que é uma coisa tão, tipo “a pessoa é ruim”... não acho que seja isso, eu acho que é mais uma coisa que é tão naturalizada na gente assim, tá tão lá no fundo da cabeça que parece errado, soa como errado, mesmo não sendo. Então eu acho que é mais uma dificuldade mesmo das pessoas entenderem como isso funciona, elas entenderem das limitações que elas têm nos conceitos de gênero delas, entende? Acho que é mais uma questão de não saber mesmo. Agora que eu tô fazendo essa cadeira de “raça, etnia, gênero e sexualidade” que eu tô tendo uma abertura realmente para falar dessas coisas. Por exemplo, como que você fala de identidade não binária, de identidade trans na história, entende? Tem uma para um milhão. Então é muito complicado.

**Nicole:** Então nesse seu histórico escolar não tiveram muitas situações que fossem propositalmente vexatórias, algum tipo de bullying, de preconceito contra sua identidade de forma geral, no ensino fundamental e médio?

**E4:** Eu acho que teve sim, teve várias na verdade, várias situações de, tipo assim, exclusão... de ficar sozinho no recreio, de coisas do tipo, é, sim as pessoas elas são preconceituosas. Mas é como eu te disse, eu não acho que seja tanto uma coisa dela, eu acho que é uma coisa bem estrutural na verdade. Não tem muito como você fugir, ainda mais quando você é criança e você tem outras morais... quando você é adolescente e tá se formando, é diferente. Quando eu era adolescente várias pessoas me abraçaram nessa questão, várias mesmo, eu sou muito grato na real... mas mesmo assim, elas não têm muita noção do quê que pega, isso é meio que uma forma delas se autoafirmarem de algum jeito, saca? Então eu acho que é mais complicado do que isso, sabe?

**Nicole:** Agora falando um pouco mais sobre o período atual assim, de aceitação dentro da Universidade. Durante esse momento que você se descobriu uma pessoa trans e percebeu né, que realmente você poderia exercer a sua identidade independente de como as pessoas te tratam

ou de como você se entendia... como que foi o processo de adaptação dentro do ambiente educacional, que no seu caso foi a Universidade, né? Em relação ao seu nome, às mudanças de comportamento, de vestimentas, utilização do banheiro de acordo com a sua expressão de gênero, você percebe alguma mudança em relação a isso dentro da Universidade? As pessoas respeitam, é um processo de aceitação mais fácil? Como tem sido esse momento?

**E4:** Eu acho que é um processo de aceitação muito mais fácil do que é na escola, né? É quase incomparável, na verdade. Só que ainda assim tem limitações, entende? Não importa, eles podem fazer quantos banheiros eles quiserem, quantas coisas quiserem, é bem difícil se sentir abraçado de verdade se você não está pelo menos cercado de pessoas trans, eu ando cercado de pessoas trans hoje em dia, realmente. Então é uma coisa que me abraça, mas nem todas elas são da universidades, são pessoas de modo geral. Porque a universidade mesmo em si, eu não acho que seja uma coisa que fale: “nossa você é uma pessoa trans e você é bem vindo” é mais uma coisa assim: “você pode sentar aí e você pode estudar, mas a gente a gente vai fazer o mínimo, e só o mínimo, para você conseguir ficar aí dentro” se você pede qualquer coisa a mais que seja mais que o mínimo, mais do que o respeito com seus pronomes, com seu nome social e o respeito com o banheiro que você vai, ou às roupas que vc usa, não ache que você vai ter, entende? Não é um super debate de verdade dentro da universidade, é uma coisa que fica para escanteio.

**Nicole:** Agora aproveitando exatamente isso que você tá falando, você acredita que a universidade, para você, foi um ambiente que te deu mais autonomia, autoconhecimento e liberdade para expressar sua identidade de gênero? Digo, não necessariamente a universidade como espaço físico, né? Mas as experiências que a universidade te propôs, a vida universitária, te deu essa autonomia, autoconhecimento e essa liberdade? A quais fatores você relaciona isso?

**E4:** Me deu essa liberdade, com certeza. Mais que espaço físico, tipo assim, eu faço História e a gente estuda muito como as coisas são construídas, né? Como tudo é uma grande construção, uma grande relação de coisas e isso me ajudou a me entender mesmo como pessoa e me ajudou a me aceitar. Eu acho que a universidade ela te dá ferramentas mesmo para você para você tentar se entender, mesmo que demore, mesmo que as coisas sejam bem lentas, ela consegue te dar ferramentas para você se entender. Como pessoa trans, no meu curso não tanto, mas assim, por exemplo, a gente estuda identidades que não são binária, na história das Áfricas a gente sabe que existem identidades que não são binárias, entende? A gente sabe que isso existe na

Índia. A gente sabe que isso existe em outros lugares e a gente estuda isso em história, porque é uma realidade...

**Nicole:** porque isso existe na verdade em todos os lugares, né? A questão é que o capitalismo e essa cultura ocidental nos faz acreditar que não existe.

**E4:** Sim, que a colonização tirou tudo da gente mesmo, tipo todas as nossas formas de existência, mesmo. Então isso me ajudou a perceber que não era um problema comigo, sabe? Era um problema com outras coisas, com outros sistemas.

**Nicole:** Então você poderia dizer que dentro do seu curso você encontrou meios de estudar e entender melhor as questões de gênero, né? Você está em um curso de licenciatura, então provavelmente você vai ser professor. Você acha que o seu curso te ofereceu meios para que você possa ser um professor mais inclusivo e que esse estudo das questões de gênero dentro da história elas vão te auxiliar de alguma forma na sua vida profissional?

**E4:** Sim sim, eu acho que meu curso me proporcionou vários meios de realmente entender e conseguir explicar as coisas além dessa coisa colonial, para além dessa lógica capitalista, entende? De que tudo é bom ou mal, de que ou você é branco ou você é preto, ou você é homem ou você é mulher, as coisas elas não são tão assim, as coisas são bem mais fluidas, são muito mais construções. Isso me abre um leque de coisas que eu posso fazer, que eu posso explicar e que se alguém tivesse me falado na escola eu não teria passado tanto perrengue para me entender. Coisa simples mesmo.

**Nicole:** Entendi, falando um pouquinho sobre posicionamento social assim... você acha que estar na universidade hoje, de certa forma, te protege de alguns tipos de agressões sociais que outras pessoas trans sofrem? Você se sente mais respeitado em ambientes sociais por cursar um ensino superior? Dentro da comunidade LGBT isso representa algum tipo de ascensão social? A sociedade se comunica diferente com pessoas trans escolarizadas?

**E4:** Eu acho isso com certeza! Com certeza! Porque tipo assim, historicamente são pessoas marginalizadas, né? Então a partir do momento que elas têm um diploma, que elas têm acesso a outras formas de conhecimento, no caso o universitário, elas têm uma chance de ascender na vida. Porque ser trans em grande parte é uma questão de sobrevivência, né? Você sempre pensa:

será que eu vou ter emprego? Será que eu vou morrer de fome? Será que eu vou ficar na rua? E aí você ter um diploma pelo menos te dá uma pequena segurança, porque no ambiente universitário em si... não sei se por várias questões, ou se mais pelo fato de por exemplo, aqui em Mariana praticamente é tudo de humanas, entende? E de uma forma ou outra, é meio torto você ter posicionamentos pesados a respeito de pessoas LGBTs em geral, é meio feio isso, então é meio que um respeito meio forçado, sabe? Você sabe que as pessoas não te respeitam, mas elas acabam respeitando para não sofrerem algum tipo de vexação. Então de uma forma meio torta, as pessoas te respeitam. Mas na questão do diploma, com certeza, o diploma é uma coisa fenomenal, mudança de rumos mesmo.

**Nicole:** Agora a última pergunta, mais sobre o ingresso e permanência na universidade. O que você acredita ser essencial para que a universidade se torne um espaço mais acolhedor para todas as identidades? E você sente que existe mais abertura para esse tipo de discussão na nossa universidade, na UFOP. Pensando nas questões de ingresso e possibilidade de permanência, você acha que a UFOP oferece algum tipo de apoio para que as pessoas trans consigam concluir o ensino superior?

**E4:** Posso responder a última primeiro? Eu acho que é muito importante a gente reconhecer o lugar de cada pessoa em várias questões na verdade, economicamente e nessa questão de ser trans. Porque por exemplo, eu sou uma pessoa que eu tenho sorte, minha família me apoia para caramba e eu consigo viver aqui, eu consigo fazer minhas coisas... mas tem várias pessoas que não, e aí como é que ficam essas pessoas, entende? Essas pessoas precisam de um cuidado social, elas estão em uma situação de vulnerabilidade. Elas precisam de um apoio universidade, de um apoio direto, de bolsas e principalmente de um amparo psicológico. Isso é muito essencial para a gente, porque é muito punk, muito doido você tentar segurar essas coisas sozinho e você vê que não dá, entende? Para uma pessoa chegar na universidade e ela tentar se manter aqui sem apoio sem nada é muito difícil, essa pessoa sendo trans ainda e antes dela ter um diploma, é mais difícil ainda ela conseguir emprego, é mais difícil ela ter formas de se manter do que uma pessoa cis que de uma forma ou de outra, é facilitado pra ela. Algumas coisas podem ajudar, como a questão da passabilidade... mas de modo geral é isso. Eu acho que é isso, a universidade tem que apoiar economicamente as pessoas, principalmente dando suporte psicológico que eu acho que carece muito, pelo menos aqui ns UFOP...

**Nicole:** Você acredita então que se tivesse mais grupos de apoio, grupos de acolhimento, ministrados por psicólogos seria um caminho para que essas pessoas se sentissem mais seguras e mais seguras dentro da UFOP?

**E4:** Eu acho que sim, acho que isso seria incrível, fenomenal. Tanto para as pessoas que já ingressaram, já estão aqui, quanto para as pessoas que ainda vão vir e geralmente dá de cara na parede. Projetos de extensão que se comunique com pessoas trans de fora da universidade também, para que essas pessoas vejam que elas também podem estar ali. Na Prainha, aqui no Cabanas tem várias pessoas trans que estão a esmo mesmo, elas não tem muito o que ser feito... é bem triste. E eu acho que assim, realmente, esses grupos seriam coisas incríveis para essas pessoas compreenderem não só a questão da universidade, mas a questão das vivências delas mesmo de pessoas trans com acompanhamento de um psicólogo mesmo, seria incrível. E sobre a primeira pergunta: essa disciplina, que eu citei antes e estou fazendo, apesar de não ser só voltada para as questões de gênero, eu acho que ela é uma eletiva que deveria ser obrigatória para todos os cursos, porque ela não abrange coisas que são específicas de um curso, são coisas que tem a ver com toda a realidade. Você saber que o racismo é estrutural, que as pessoas trans existem e que o mundo não funciona desse jeito nem em gênero, nem em raça e nem em sexualidade, pode alterar uma visão de mundo. Se essa disciplina ou disciplinas que se assemelham fossem ofertadas para todo mundo, ia ser muito legal, disciplinas que tentem quebrar essa lógica colonial. Porque não adianta, por exemplo, lançar essa disciplina e a gente chega lá e só tem o pessoal do serviço social, e o resto são apenas pessoas lgbs e pessoas pretas, mas essa aula não deveria ser só pra gente. Ela não é pra gente, essa aula foi feita para quem não tem a menor ideia sobre essas questões, porque só a gente que está lá? Então para além desses cursos e grupos, ofertar matérias assim para as pessoas em geral seria uma forma de reduzir todos esses preconceitos. Não só a transfobia.

## APÊNDICE 6 - TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA E5

**Nicole:** Bom, a primeira pergunta não é uma pergunta, é uma apresentação. Te dou um espaço para falar seu nome, sua idade, seus pronomes, o curso que você faz e contar uma breve história do seu entendimento como pessoa trans. Pode ficar à vontade!

**E5:** Eu sou a E5, tenho 23 anos, faço curso de Artes Cênicas, bacharel em interpretação. Os pronomes são importantes, porque embora eu me identifique enquanto travesti, eu me identifique enquanto não-binário, ou seja, eu não me identifico como mulher trans, sou travesti não-binário, mas meus pronomes são ela/dela, se me chamar de elu/delu, eu dou um socão na cara (risos), só para constar! Eu lutei muito por esses pronomes, então é ela/dela... meu entendimento de gênero foi uma coisa tão longa, assim, porque eu acho que sempre foi muito mais difícil pra mim entender gênero do que sexualidade. Eu sabia que minha sexualidade era desviante, eu não sabia como nem por que, mas eu sabia que tinha alguma coisa “errada” com minha sexualidade desde pequena. Agora, o gênero sempre foi muito antinatural para mim. E eu não gostava muito de pensar nisso, sabe? Eu bloqueei durante muitos anos da minha vida em não pensar sobre gênero. Eu ia aceitando o que as pessoas iam me falando... é muito engraçado, aí porque eu fiquei um ano, mais de um ano ouvindo que eu era um menino gay e eu falava “tá, se é isso que as pessoas tão falando, eu vou aceitar”. Porque para mim era mais fácil aceitar que eu era um menino gay, do que aceitar que eu era uma pessoa trans, não-binária, bissexual, sabe? Do que aceitar que era muito mais complexo que isso. E aí chega um momento da vida que você percebe que isso está te afetando de algum jeito, sabe? Que você não consegue estar presente nos lugares, que você não consegue tá 100% inteira fazendo alguma coisa. E isso aí foi quando eu tinha 19 anos, foi quando eu me entendi enquanto não-binário. Eu tive vários problemas com a família, eu acho que não cabe muito aqui se não vou me alongar muito, mas eu me entendi enquanto não-binário em 2017, e enquanto corpo trans, travesti em 2017. Só que em 2018 eu tive contato com umas meninas trans, tive contato com a realidade de 99% das meninas, que é a prostituição... mas eu sempre fui muito nerdzinha, sabe? Sempre fui chata com o estudo, então eu não vi a prostituição como um caminho e nessa época eu até tinha começado a tomar hormônio por um tempo assim, só que eu parei exatamente por causa disso, que eu falei “pô, se eu tomar hormônio, eu vou ter que ir para um outro lado, que não é um lado da vida que eu quero levar”, sabe? E aí eu parei de brigar, eu fiquei dois anos sem brigar por nada... 2018/2019 eu só fui aceitando, eu falava “eu sou não-binário, usa o pronome que você quiser...” e eu fui aceitando porque eu parei de brigar, e eu precisava também parar de brigar

um pouco. Foi quando, em 2020, eu tive muitas bad-trips, pelo fato de só ir aceitando as coisas, e isso não era o certo, sabe? Não era o que deveria tá acontecendo. E aí eu já tinha entendido que eu era travesti, mas eu pensava “como que eu vou levar minha vida agora?”. Porque eu fui percebendo que por mais que eu tenha o entendimento de quem eu era, meu interior já estava entendido, o meu exterior ainda estava confuso, sabe? E a expressão... é muito confuso falar disso, porque a expressão de gênero e a identidade de gênero são coisas diferentes, né? E eu sempre tive uma expressão de gênero muito fluida, então isso abria muitas portas para várias situações. E aí quando eu falei “não, sou uma travesti e vou me hormonizar. Dane-se”, eu sinto que minha maior confusão agora, nesse momento... eu acho que esse lance de se entender enquanto trans ele perdura pela vida inteira, e agora para mim está muito mais sobre: eu sei o que eu sou, eu sei o que eu quero e eu sei onde eu quero chegar... mas como chegar? Não mais sobre quem e porquê, mas sim como, e é isso... eu me entendo como trans desde 2017, mas isso tem sido um problema nas minhas relações familiares. Quando eu falei que eu era trans pra minha família paterna foi um problema, quando eu falei com minha mãe foi um problema... quando eu fui morar com minha mãe em 2018 eu tive que me masculinizar e nessa época eu já estava com uma expressão de gênero ultra feminina, eu estava me encontrando com essa feminilidade e eu tive que mudar... enfim, é isso.

**Nicole:** Falando um pouco sobre o seu histórico escolar. Assim, a gente sabe que a socialização de crianças e adolescentes trans na escola desde o ensino fundamental, é muito prejudicada, justamente por conta dessas regras heteronormativas e binaristas que são impostas pelo próprio sistema educacional, né? E mesmo que muitas crianças e adolescentes ainda não se reconheçam como LGBTQs, já podem existir alguns indícios, alguns trejeitos, algumas preferências que demonstrem essa identidade de gênero ou essa orientação sexual desde esse período da vida. Dentro desse ambiente, você se lembra de alguma dificuldade da comunidade escolar (os professores, alunos, funcionários) em lidar com essa sua subjetividade de pessoas trans? Situações de preconceito e exclusão, foram uma realidade na sua vida escolar?

**E5:** Inteira! Eu posso passar horas aqui falando, desde de diretora de escola, coordenadora de escola, professora em turma, colega em turma. O tempo inteiro! Colegas jogando umas coisas que nem eu sabia na época, sabe? Tipo, porque é isso, quando uma criança ela é desviante da heteronormatividade, pronto, é viado, ou gay, ou é sapatão. É isso, não existe uma nuance aí, não se fala sobre tai ouvir que você é viado o tempo todo...

**Nicole:** isso é sempre ligado à orientação sexual e não a identidade de gênero, né?

**E5:** Sim, sim! Teve uma vez que uma colega minha já no terceiro ano do ensino médio, ela perguntou para mim quando eu ia me assumir gay... e eu tinha um crush nela, entende como é complicado? Já falaram para mim procurar Deus, já falaram que Deus não ia me deixar ser assim e já enfiaram religião em tudo, sabe? Inclusive, um dos maiores problemas do sistema educacional básico brasileiro, é que ele enfia religião em absolutamente tudo e não deveria ser assim, sabe? Eu só fui entender o que era uma pessoa trans, o que era ser trans, com 19 anos. Eu tenho uma outra questão também, eu sou do interior, do interior, do interior do mundo... eu sou do interior do Mato Grosso, é um lugar que a informação demorou muito para chegar, energia demorou pra chegar, a internet demorou muito para chegar. Tudo demora para chegar lá, então demorou muito para chegar essas informações, eu fui ter noção que existia um movimento, uma comunidade, com 17 anos, eu fui me entender dentro desse movimento com 19, sabe? Porque dos 17 aos 19, foi aquele momento que eu falei, fui aceitando o que as pessoas iam me falando. E aí, eu só fui começar a me entender mesmo com 19 anos, sabe? Pela falta de acesso à informação, se pelo menos na escola a gente estudasse não só a sexualidade hétero, mas a gente estudasse a homossexualidade e a transgeneridade dentro da grade escolar como uma possibilidade e uma realidade, seria ótimo assim para a gente.

**Nicole:** Então sim, essas situações sempre foram uma realidade para você desde o ensino fundamental?

**E5:** Desde o ensino básico, infantil. Eu lembro de ser criancinha, eu lembro desde a primeira série do pré-zinho eu sofrer esse tipo de coisa. Porque desde pequena eu sempre fui desviante, então nunca foi um grande segredo... eu não me encaixava.

**Nicole:** Agora falando um pouco sobre esse período da aceitação já, né? Que no seu caso veio mais tardiamente, você falou que aos 19 anos, né? No período em que você se descobriu uma pessoa trans, como que foi o processo de adaptação dentro desse ambiente de socialização educacional? Acho que o seu já foi dentro da universidade ou no final do ensino médio... em relação ao nome social, mudança de comportamento, de vestimentas, na utilização do banheiro de acordo com a sua expressão de gênero... como que tem sido para você esse momento de aceitação mesmo?

**E5:** Então, na verdade eu fiquei três anos entre sair da escola e entrar na universidade. Então nesses três anos que eu me entendi enquanto pessoa trans, quando eu entrei na UFOP eu já me entendia enquanto pessoa trans, é isso assim. E quando eu cheguei, pelo meu departamento ser o DEART, né? Tem todo aquele negócio de um povo que “se diz” desconstruíde, é diferente. E aí eu já entrei em um departamento mais de boa, quando eu fui atrás da bolsa permanência, antes de começar as aulas, eu já consegui colocar o nome social lá, foi isso, bem simples o processo. Mas, não foi muito eficaz, lembra do povo que se diz desconstruíde? Então, mesmo os professores sabendo do meu nome social, eles ainda insistiam em fazer chamada e usar o meu nome civil. Inclusive, isso aconteceu recentemente, mesmo depois de eu ter retificado em cartório o meu nome, só que aí não era com o nome social, era o email institucional. Eles geram um email para você e eu não sabia que dava para mudar isso, eu fui saber a pouquíssimo tempo atrás... aí eu mudei e o professor enviou o meu antigo endereço de email para o Drive da disciplina, e aí eu não estava tendo acesso a nada da disciplina. Quando eu falei com ele que eu tinha trocado o email... é importante falar que essa matéria eu estava fazendo com uma turma nova, as pessoas não tinham acompanhado meu processo, ninguém sabia meu nome morto... aí foi lá, ele gritou em sala meu nome morto, literalmente morto porque está retificado, eu não uso mais nome social.

**Nicole:** E você reportou essa situação para a Universidade?

**Allie:** Não, porque tudo que eu reporto para a universidade ela não faz bosta nenhuma. Teve uma situação nas moradias que eu esperei que a universidade fizesse alguma coisa, esperei uma posição da PRACE ou de algum órgão da universidade e para ter uma resposta eu tive que xingar a UFOP na internet, para a universidade se manifestar de algum jeito.

**Nicole:** Você pode relatar o que aconteceu?

**E5:** No início da pandemia eu fiquei sem casa, inclusive. Posso contar a história inteira? Eu acho importante falar sobre isso: eu tava morando nas moradias estudantis, né? Eu moro lá, tecnicamente, e eu dividia quarto com uma menina já fazia 5, quase 6 meses que a gente dividia quarto... a gente já se conhecia e tal. Na época eu fazia parte do C.A, então eu estava organizando a ingressada do pessoal da minha turma, e ao mesmo tempo que eu estava nesta organização, eu também ia apresentar dois trabalhos nessa mesma ingressada, duas cenas, sabe? Então eu estava trabalhando muito, vivendo por isso... eu estava muito cansada, e no final da

semana eu fiquei muito doente, passando muito mal, inclusive na casa tinha câmera, então foi filmado que eu tava passando muito mal. E aí, isso foi um dia antes da faculdade decretar quarentena, eu tava passando mal, pedi remédio para o pessoal da casa e tudo mais e depois disso eu desci para ir ao R.U, eu desci, tava com febre e grogue, fiquei sentada na fila e fui comer alguma coisa. De repente eu senti os bolsos do meu moletom pesados, não era só o meu celular que estava no meu bolso, tinha dois celulares... eu pensei “putz, peguei o celular da fulana”, da menina que dividia quarto comigo. Na mesma hora eu mandei no grupo “gente, peguei o celular da fulana por engano, estou almoçando e já estou indo para casa entregar”... a menina ficou puta comigo, ela estava com uma cara muito feia para mim e eu preferi ficar uns 3 dias na casa de uns amigos, para esperar as coisas acalmarem. E aí ela me mandou mensagem falando que queria falar comigo, e eu achei bom, achei que a gente fosse conversar...

**Nicole:** nisso você já tinha devolvido o celular?

**E5:** Há muito tempo. Quando ela chegou lá, ela falou para mim que se eu tivesse demorado mais um minuto para falar que estava com o celular, ela teria ido na polícia e dado queixa contra mim por roubo, porque eles tinham visto na câmera que eu tinha pegado. Como eu estava passando mal e os celulares eram pretos, eu peguei mesmo achando que era meu, eu estava doente e confundi, peguei achando que era o meu e fui... só fui. Um dos meninos que viu o vídeo na câmera ele disse que dava pra ver que eu estava passando mal, que eu não vi direito, eu tava muito bamba, bocejando. E ela ia na polícia dar queixa contra mim, isso foi um gatilho que despertou uma crise de ansiedade ferrada em mim, eu não conseguia entrar mais dentro da casa, e na hora eu não pensei muito sobre isso, mas depois eu entendi o porque ela ia dar queixa contra mim mesmo a gente morando há 5 meses e dormindo juntas, mesmo sabendo quem era eu. É porque eu sou preta, porque eu sou trans. É essa a imagem que as pessoas têm da gente. E isso se concretizou quando aconteceu uma coisa idêntica, idêntica com outra menina trans lá nas moitas, outra moradia da UFOP. Tipo, é recorrente. Quando a gente erra, principalmente meninas trans, principalmente travestis pretas. Quando a travesti preta erra, ela não vai ser ligada a um erro, vai ser ligada a um crime. Nunca vai ser sobre um erro, vai ser sobre um crime, só porque é uma travesti preta.

**Nicole:** porque já é uma identidade criminalizada, né?

**E5:** Isso, nós já somos criminalizadas. Então, foi bem bosta isso. As pessoas não têm noção.

**Nicole:** mas hoje você conseguiu mudar de casa nas moradias?

**E5:** Aí depois disso, eu tava passando por todo um processo sem saber se eu ia tomar hormônio ou não, tava naquela época que eu te falei que eu estava em uma bad trip sem saber o que eu queria da minha vida... eu tava tendo muita crise de ansiedade só de entrar na casa, e aí eu fiquei sem casa. Eu consegui entrar um dia, pegar um saco de lixo e coloquei algumas coisas minhas dentro e saí correndo da casa, foi o máximo que eu consegui fazer. E aí eu fiquei passando de casa em casa de amigos meus, até que uma amiga minha de outra casa das moradias conversou com o pessoal da casa dela e eles me aceitaram lá durante dois meses, até eu conseguir vir para a casa da minha irmã por conta da pandemia.

**Nicole:** Então todo esse processo de mudar de casa dentro das moradias você ainda vai ter que fazer depois que retornar?

**E5:** não, eu não vou voltar para as moradias. Eu passei por situações horríveis dentro dessa segunda casa que me acolheu também, então voltar para as moradias da UFOP não é uma opção para mim. A assistência estudantil da UFOP não está preparada para pessoas trans, principalmente pessoas trans pretas. Eu quero fechar esse nicho porque a outra menina que passou pela mesma situação que eu também era preta, isso é recorrente. Não tem espaço seguro para a gente dentro da assistência estudantil.

**Nicole:** Falando agora sobre uma educação inclusiva, você acredita que a universidade foi um ambiente que te deu mais autonomia, autoconhecimento e liberdade de expressar a sua identidades de gênero? Não só a universidade como instituição, mas o ambiente universitário e as experiências que ele te propôs, você acha que foi um lugar onde você conseguiu se auto afirmar melhor? A quais fatores você relaciona isso?

**E5:** Não porque eu já cheguei assim, né? Eu já cheguei assim bem eu mesmo, sabe?

**Nicole:** Mas dentro da universidade você conseguiu se manter bem?

**E5:** Sim, eu consegui seguir sendo eu... dentro do ambiente universitário, tirando a moradia e a assistência estudantil, eu não tive nenhum problema, foi suave. Mas muito disso, é bom

lembrar sempre, o tempo inteiro: eu curso Artes Cênicas, é bom lembrar disso! O Departamento de Artes Cênicas é uma realidade paralela dentro da UFOP.

**Nicole:** Aí agora entrando justamente nisso: dentro do seu curso, você encontrou meios de estudar e entender melhor as questões de gênero, de forma que te auxilie na sua vida profissional e que tenha mudado alguns de seus conceitos? Você acha que o curso te beneficiou de alguma maneira nesse quesito?

**E5:** Deveria, né? Mas quando eu fui fazer uma cadeira... é, deveria, mas tem uma professora no DEART e eu tinha acabado de falar “não, agora é isso! Meus pronomes são femininos, sou uma travesti e meus pronomes são femininos” aí, eu cheguei na aula segunda-feira e falei com a professora, que é a professora que se diz desconstruída, que é a professora que estuda gênero, que é a professora que tem coletivo feminista... enfim, eu cheguei e falei para ela “professora, meus pronomes são femininos agora” e ela passou o resto do semestre me tratando no masculino. Eu não entendi o que aconteceu na cabeça dela, sabe? Eu não entendi o porquê daquilo. Eu voltei a falar, outras pessoas falaram com ela, e aí hoje ela já me trata no feminino.

**Nicole:** Então você acha que dentro do seu curso você não encontrou esse espaço de aprofundar estudos, de conhecer melhor as questões de gênero pelo viés da sua área? Dentro das disciplinas, dentro das oportunidades do curso... nada?

**E5:** Acho que porque eu busquei muito, sabe? Eu trago muito para dentro de tudo que eu faço, porque nas artes cênicas tem muita autonomia, tipo assim: faça uma cena, eles não falam sobre o que, apenas pedem para fazer. Então sempre eu vou falar muito sobre isso, sobre me entender. E eu busquei muito, e alguns professores que não tem muito a ver, que não estudam isso, foram mais abertos e me ajudaram mais do que quem deveria.

**Nicole:** Então você acha que foi por uma iniciativa mais sua do que do curso, conseguir aprofundar nessas questões.

**E5:** Eu não sei o porque isso acontece comigo especificamente, eu vi que muita gente teve apoio para isso dentro do meu curso, mas eu não tive. Eu sinto isso, eu entendo o porquê, é porque eu não sou branca... mas enfim, todas as pessoas que eu lembrei são brancas, então eu já entendi.

**Nicole:** Falando um pouquinho de posicionamento social: você acha que estar na universidade hoje, de certa maneira, te protege de alguns tipos de violência, de agressões sociais, que outras pessoas trans sofrem? Você se sente mais respeitada em outros ambientes sociais, além da universidade, por cursar um ensino superior? E isso representa algum tipo de ascensão social dentro da comunidade LGBT?

**E5:** Ah, com toda certeza, isso aí sim! É, estando aqui no Mato Grosso, estando na casa da minha irmã, eu sei que eu tenho... eu levo estar na universidade federal como um certo privilégio. Eu lutei muito, mas sei que é um privilégio... ainda mais no meu curso, eu tenho muitas pessoas à minha volta que me entendem, e por isso eu não sofro tanto. Dentro da universidade eu não sofro tanto quanto eu sofro no dia a dia, eu sofro... mas no dia a dia eu sofro mais. Nessa semana, eu fui comprar umas tintas na rua e eu fui assediada na rua duas vezes. Eu odeio sair na rua aqui, sabe? Nessa cidade a pior coisa que eu odeio é sair na rua.

**Nicole:** Então você acha que a comunidade se comunica diferente com pessoas trans escolarizadas?

**E5:** Quando eu chego e falo que eu faço faculdade de Artes Cênicas, a percepção das pessoas muda, muda completamente. Porque quando eu chego... eu chegar é uma coisa, sabe? É um “aah, chegou uma pessoa trans ali”, mas quando eu chego e falo que estudo é tipo “ah chegou a pessoa trans inteligente”, sabe? Aí já vai para um outro campo, já muda o olhar da pessoa.

**Nicole:** Entendi... E agora, a última pergunta: o que você acredita ser essencial para que a universidade se torne um espaço mais acolhedor para todas as identidades? E se você sente que existe uma abertura para esse tipo de discussão na nossa universidade pensando nas questões de ingresso e possibilidade de permanência. A UFOP, ela presta esse apoio para pessoas trans?

**E5:** Não, não presta esse apoio. Eu sinto que nós pessoas trans somos... é... “Olha que bonito, a UFOP tem nome social... Olha que bonito, a UFOP tem pessoa trans aqui fazendo tal coisa”... mas é só isso! A universidade não presta apoio para a permanência de pessoas trans, eu vivo isso! Eu só continuo na universidade, porque eu fiz uma rede de contatos que me possibilitou ter uma bolsa do POC, me ajuda bastante, sabe? Porque a bolsa permanência é muito pequena. Mas mesmo assim, me ajuda a permanecer tendo o mínimo do mínimo e ainda conseguir estudar sem precisar fazer outra coisa.

**Nicole:** É interessante perceber que isso aparece mais de uma vez nas entrevistas que eu to fazendo, sabe? De que a universidade oferece o mínimo para que as pessoas consigam estudar, mas ela não oferece nenhum tipo de benefício maior para que isso seja um incentivo, sabe? As pessoas trans dentro da ufop elas tem o direito ao nome social e o acesso às políticas de assistência estudantil como qualquer outra pessoa, mas essas pessoas tem outras necessidades, né? Como por exemplo acompanhamento psicológico, algum tipo de projeto de saúde trans no postinho da ufop... e isso a gente não encontra, né? Então é a UFOP fazendo o mínimo e sempre colocando barreiras para que esses direitos sejam expandidos...

**E5:** É isso! Exatamente, eu acho que às vezes nem o mínimo. Quando aconteceu esse lance do celular, eu entrei em contato com a PRACE, relatei tudo, com prints da conversa, disse que eu estava sem casa... e o que eles fizeram? Me ignoraram. Aí eu puta da vida por ter que voltar para o Mato Grosso, por não ter uma casa, por ter que ficar até no início deste ano num colchão no chão na sala da minha irmã... era o que eu tinha até o início deste ano. E aí, eu estar nessa situação sendo que a universidade poderia estar me dando algum apoio. No dia do meu aniversário, 3 de junho do ano passado, eu postei um vídeo na internet revoltada com a vida, justamente pelo fato de eu lutar tanto para entrar na universidade e dar tudo errado. E todo mundo começou a marcar a minhaufop, tomou uma proporção grande... aí foi quando a PRACE entrou em contato comigo para falar que não podia fazer nada. O que aconteceu foi que outros órgãos da universidade que me ajudaram, não a PRACE que tinha essa obrigação, outras redes,

**Nicole:** Então pensando nessa primeira pergunta: o que você acha que é preciso para que a universidade seja mais acolhedora para todas as identidades?

**E5:** Uma casa, ou um andar dos apartamentos, alguma coisa do tipo que seja só destinada para pessoas trans que estão entrando ou já estejam... que seja uma casa trans mesmo dentro da UFOP. Porque tem demanda, tem pessoas, tem necessidade, tem questões... então uma casa primeiramente, porque são pessoas que precisam e a maioria de nós quando entra na universidade não tem muito recurso ou não tem nenhum recurso, ou está em situação de vulnerabilidade. Muitos nem entram por estar em situação de vulnerabilidade, não tem como entrar. Então o primeiro de tudo é ter uma casa, para você ter onde morar. Depois, um ambulatório ou um espaço de atendimento para essas pessoas, que tenha acompanhamento psicológico, médico, nutricionista, de tudo isso... pelo menos nos primeiros anos. E talvez até

sistema de cotas para bolsistas de alguns projetos, sabe? De projetos que não são de departamento mas da UFOP, como a TV UFOP, Rádio UFOP... destinar uma cota dessas vagas para pessoas trans, pensa, quem consegue viver com 400 reais da bolsa permanência por mês? Ou até menos.

**Nicole:** Allie, essas foram as perguntas, você me ajudou muito! Muito obrigada

## APÊNDICE 7 - TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA E6

**Nicole:** A primeira pergunta ela não é uma pergunta, é um espaço para você se apresentar: falar o seu nome, sua idade, seus pronomes, seu curso e contar uma breve história do seu entendimento como pessoa trans até aqui. Mais sobre o começo da sua história.

**E6:** Boa noite, meu nome é E6, eu tenho 22 anos, sou graduando do curso de serviço social da UFOP, estou quase formando. Meus pronomes são ele/dele. E minha trajetória assim como pessoa trans, desde sempre eu soube, na verdade, né? Não sabia que eu era uma pessoa trans, mas desde sempre eu tenho essa noção de como criança menina, querer, na verdade, ser menino. Na verdade, a primeira vez que eu me reconheci como uma pessoa trans foi por acaso, eu estava vendo a MTV e passou um documentário, acho que da Laverne Cox, que ela trazia sete pessoas trans dos Estados Unidos. E foi aí que eu me entendi, eu vi que não era uma pessoa esquisita, estranha, sozinha no mundo com esse pensamento diferente. E acho que isso fala muito da importância da representatividade, né? Porque se você não conhece não tem como saber o que é, então quando você vê, você se reconhece na hora.

**Nicole:** Como o tema do TCC é mais voltado para educação e a presença de pessoas trans na universidade, a gente não pode falar só da universidade. Então, falando um pouco do seu histórico escolar: a gente sabe que a socialização de crianças e adolescentes trans na escola desde o ensino fundamental é bem prejudicada por conta das regras heteronormativas e binaristas impostas pelo próprio sistema educacional. Mesmo que muitas crianças e adolescentes ainda não se reconheçam como LGBTs, como você falou desde criança você sabia que era diferente, mas não sabia o que era, já podem existir alguns indícios, trejeitos, preferências que demonstrem essa identidade de gênero/orientação sexual desde esse período da vida. Dentro desse ambiente escolar você lembra de alguma dificuldade da comunidade em geral, professores, alunos, funcionários da escola em lidar com essa sua subjetividade de pessoa trans, de criança trans, adolescente trans e situações de preconceito e de exclusão era uma realidade na sua vida social na infância e na adolescência?

**E6:** É, eu acho o seguinte: na infância não, porque na infância a criança ainda não tem tanto julgamento, né? Eu brincava sempre muito com os meninos e eles não me julgavam por isso, eram tranquilos. Eu era meio café com leite no futebol porque eu era meio ruim, mas tirando isso era de igual para igual. Mas aí, depois da infância, realmente tem essa separação. Uma

coisa que eu lembro desde criança é que as pessoas do colégio me questionavam, às vezes indiretamente com alguns amigos e eu ouvia, perguntando se eu era menino ou menina. E eu lembro também de uma vez que um menino abaixou minha calça no meio do pátio para saber se eu era menino ou menina.

**Nicole:** E os professores?

**E6:** Com os professores eu nunca tive problema nenhum, na verdade. Eu só lembro de uma única vez, no terceiro ano, que o professor de biologia foi abordar essa temática trans, mas falou de um jeito extremamente absurdo e errado. E eu fico pensando que se dependesse apenas dessa explicação para eu me reconhecer, nunca teria acontecido.

**Nicole:** É, então essas situações de preconceito e de exclusão elas foram uma realidade na sua vida a partir da adolescência e da pré-adolescência?

**E6:** Sim. Porque eu não gostava né, nunca gostei dessas questões da feminilidade, também era muito desleixado porque não gostava de mim mesmo. Então, sempre, né? A partir da adolescência, fica sendo aquela pessoa esquisita. Mas é importante falar que eu comecei a minha transição de fato só no final do terceiro ano, então, assim, como assumidamente uma pessoa trans mesmo, eu não enfrentei o ambiente escolar. Nem o ensino médio nem o fundamental.

**Nicole:** No período em que você se descobriu uma pessoa trans, como foi o processo de adaptação nesses ambientes de socialização educacional? escola, a universidade, mudança de comportamento, de vestimentas, na utilização de banheiros de acordo com a sua expressão de gênero, etc. Você falou que foi no final do seu terceiro ano, então a partir daí que veio esse processo de aceitação e de sociabilização agora com uma nova identidade. Como que foi isso dentro dos ambientes educacionais?

**E6:** Então, eu na verdade, dei muita sorte porque nunca passei por nada muito abrupto, nenhuma transfobia muito abrupta. Mas, porque quando eu comecei minha transição eu senti a necessidade de mudar de cidade. Realmente eu queria poder fazer esse processo sem ter que ficar me justificando, sem ter que ficar passando por situações de encontrar pessoas antigas, sei lá... eu quis mudar de cidade e eu tive a oportunidade, porque eu tenho um tio que mora em

Viçosa e eu fui morar com ele. Depois de conversar com meus pais, eles entenderam, meus tios também entenderam e eu fui morar com eles. Então, quando eu cheguei lá ninguém me questionou nada porque eu já cheguei como E6 e já com uns meses de transição. Meus documentos ainda não estavam retificados, mas o cursinho que eu participei lá também não perguntou nada em relação a isso, nunca me expuseram nem nada do tipo. Foi muito tranquilo na verdade essa adaptação. Mas tudo porque eu pude me reinventar numa outra cidade e depois novamente eu fui para Mariana, né? Uma cidade que eu também não conhecia ninguém e foi lá onde fiz a maior parte da minha transição. Fiquei 6 meses só, eu acho, em Viçosa, o resto foi tudo em Mariana. Então, foi muito bom eu poder passar essa transição em espaços novos e podendo me recriar, me reinventar de uma forma com mais liberdade.

**Nicole:** Então, a próxima pergunta é justamente sobre isso, você acredita que a universidade foi um ambiente que te deu mais autonomia, autoconhecimento, liberdade para você expressar sua identidade de gênero e a quais fatores você relaciona isso?

**E6:** Com certeza foi. Me deu mais autonomia, mais conhecimento, tudo. Relaciono primeiramente ao fato de eu ter morado numa república mista em que tinha várias pessoas LGBTs, então já era um apoio grande. Também relaciono ao fato de estar em Mariana, que é um campus com uma galera mais de humanas, uma visão menos conservadora, e o acolhimento é muito melhor. Então, também nunca tive problemas na cidade de Mariana. E também acho que tem muito a ver com meu curso que é o Serviço Social.

**Nicole:** Então, a próxima pergunta também é sobre isso, dentro do seu curso você encontrou meios de estudar e entender melhor as questões de gênero de forma que te auxilie na sua vida profissional?

**E6:** Sim. Então, não tem exatamente esse recorte de gênero, de identidade de gênero dentro do curso. Mas, as matérias... tem uma matéria que chama Raça, Etnia, Gênero e Sexualidades, e ela é muito boa, muito completa, traz várias discussões, a professora é muito incrível. É pouco esse contato, eu acho que tinha que ter muito mais. Mas também, já tem essa proposta de dividir essa eletiva em duas obrigatórias que vão ser Raça e Etnia / Gênero e Sexualidades, então eu acho que já vai dar pra aprofundar muito mais.

Eu acho que deveria se debater isso não só nas matérias específicas, mas sim, perpassar por todas as matérias. Porque na assistência você pode atender pessoas trans a qualquer momento,

e você tem que saber lidar com essas pessoas, saber que as demandas delas são diferentes. As demandas delas começam principalmente pelo seu respeito, pelo seu reconhecimento de cara. Se você já chega num atendimento em que a pessoa não respeita o seu pronome, não respeita o seu nome, você sabe que seu direito já está sendo negado. Então, tem que ter esse aprofundamento maior, mas com certeza meu curso por ser um curso revolucionário que busca uma ruptura nesse sistema que a gente tem hoje em dia, e por ser um curso de humanas, ele proporciona meios e referências que você consegue ter mais conhecimento sobre isso e se entender melhor também.

**Nicole:** Entendi. Agora falando um pouco sobre posicionamento social, você acha que estar na universidade hoje, de certa forma, te protege de alguns tipos de agressões sociais que outras pessoas trans sofrem? Você se sente mais respeitado em outros ambientes sociais por cursar o ensino superior? E dentro da comunidade LGBT isso representa algum tipo de ascensão social?

**E6:** Com certeza. Para os dois, dentro da comunidade LGBT sim, e se fizer esse recorte de pessoas trans, principalmente, é uma ascensão social com certeza. Porque se eu não me engano, é 0,2% de estudantes em todo país que são trans. Então, com certeza representa muita coisa. Representa não só uma ascensão social, mas também um espaço que você pode ocupar, né? Você mostra para outras pessoas também que elas podem ocupar todos os espaços que elas quiserem. Estar aqui com certeza me protege, mas eu não sei se seria o fato de estar na universidade ou o fato de eu ter uma “passabilidade” alta. Ser lido “apenas” como um homem branco com certeza influencia nessa aceitação maior. Eu não atribuo isso apenas ao fato de estar na universidade, mas sim ao fato de ter essa maior passabilidade.

**Nicole:** Então você entende que a sociedade se comunica diferente com pessoas trans escolarizadas?

**E6:** Entendo, com certeza.

**Nicole:** Falando um pouquinho sobre a entrada e permanência: o que você acredita ser essencial para que a universidade se torne um espaço mais acolhedor para todas as identidades? e se você sente que existe mais abertura para esse tipo de discussão na nossa universidade? pensando em questões como ingresso e possibilidade de permanência. Você acha que a UFOP oferece

artifício suficiente para que as pessoas trans permaneçam e concluam o ensino superior dentro dela?

**E6:** Primeiro, o que eu acredito ser mais essencial é que a universidade reconheça que ela tem essa necessidade de incentivar, de abrir esse campo e reconheça também que é uma população que precisa ser tratada de uma forma diferente porque já chega lá em uma vulnerabilidade muito muito maior, tanto que quase nenhum chega, né? E quando chega depara com que? Ajuda nenhuma. Você nem sabe como recorrer, porque às vezes você é desrespeitado de todas as formas, pelos servidores, pelos professores, tem muita gente que relata isso. Então a primeira coisa é reconhecer que essa população existe e que precisa de políticas que fomentem tanto a entrada quanto a estadia dentro da universidade. E políticas que falem especificamente dessas pessoas, até mesmo para ter esse reconhecimento dentro da universidade. Hoje em dia não tem política nenhuma, não tem quase nada da UFOP voltado para as pessoas LGBTQs. Eu não acho que a UFOP nem faça questão porque a gente já tenta a alguns períodos ter uma noção de quantas pessoas trans tem na UFOP e ela não sabe responder. Então ela também não tem interesse de saber né, nem de procurar saber. E quando você não sabe, você não consegue construir para essas pessoas que você nem sabe quem são, nem quais são suas demandas. Eu acho que a UFOP deixa muito a desejar nessa questão.

Além de tudo, eu acredito ser essencial garantir uma moradia que respeite. Porque isso é um problema que a gente vê de forma recorrente, seja em república federal, seja em república particular, seja onde for. A pessoa trans pra onde ela vai, ela sofre transfobia. Então, a UFOP precisa criar um espaço, um ambiente de respeito. Nem que seja uma moradia só para pessoas trans ou LGBTQ, mas precisa criar esse ambiente de acolhimento e de respeito para que as pessoas se sintam tranquilas e seguras. Falando em seguro, também é necessário que a UFOP garanta a segurança dentro do campus para que esses corpos não sejam violentados de forma alguma, e se sintam seguros.

Além disso, também é necessário garantir a assistência estudantil, como eu falei as pessoas trans geralmente elas já chegam com uma vulnerabilidade muito maior, às vezes sem o apoio da família, sem apoio dos pais. Então, é necessário ter esse recorte, ter essa garantia dessa assistência. Além de também ter ações afirmativas, que realmente tragam a população trans para dentro da universidade, se tornando mais diversa. No fundo, a gente só espera que a UFOP faça mais que o mínimo

## **APÊNDICE 8 - TRANSCRIÇÃO DE ENTREVISTA NATÁLIA LISBOA**

**Nicole:** antes de começar as perguntas eu te peço que você faça uma apresentaçãozinha sua pra eu saber também como me referir na hora da escrita né? Pode falar desde quando você trabalha na ufop, qual a sua função e tudo mais.

**Natália:** eu sou professora na ufop desde 2012, eu sou 2012.2, né? Entrei em outubro de 2012 e sou professora do departamento de direito. Lá na graduação eu dou as aulas da parte geral de direito civil e direitos humanos e estou desde 2017, mais precisamente setembro de 2017, que estou como pró-reitora da PRACE. E lá no direito eu dou aula também no mestrado né? Novos direitos, novos sujeitos. A minha disciplina lá no mestrado é a decolonização dos direitos humanos.

**Nicole:** Eu separei alguns pontos principais que eu quero abordar e dentro desses pontos eu tenho algumas perguntas. Ai eu vou fazendo e se surgir alguma dúvida no decorrer também eu te falo. O primeiro ponto que eu coloquei aqui é sobre a política do nome social. A gente sabe que a política no nome social é uma conquista das pessoas trans e que desde 2018 se torna obrigatória a possibilidade do nome social em qualquer nível de escolaridade, tanto na rede pública quanto na privada. E aqui na ufop pelo que eu tenho pesquisado, conversado com algumas das pessoas que utilizam da política, ela é uma política que funciona, de maneira eficaz, que tem bons resultados. E sobre ela eu gostaria que você me falasse um pouco mais profundamente sobre o funcionamento dela e inicialmente como é o processo de solicitação das pessoas que ainda não tem o nome retificado, se ela funciona exclusivamente para pessoas trans, se o aluno pode solicitar o uso do nome social em qualquer momento do curso e se caso o nome social não seja respeitado em alguma instância da universidade e em algum momento, seja por professores, técnicos e outros colegas, qual o procedimento da universidade quanto a isso?

**Natália** - Eu queria até fazer uma introdução do nome social na ufop porque eu fui uma das pessoas que startou o pedido aqui no dia da resolução né? Passar no conselho universitário eu e a professora Iara, que é professora também no departamento de direito, fomos apresentar

a... na época a gente tinha uma aluna trans no primeiro período e eu dou aula da parte geral de direito civil é no primeiro período, eu trabalho com essa questão das pessoas, de direitos da personalidade, autonomia do corpo. E a professora Iara trabalha também com o biodireito que trata da questão da existência mesmo das pessoas. Também tinha um professor Luís Garcia que era substituto no departamento, ele tinha um núcleo de estudo de gênero e sociedade. E na época a gente começou a conversar sobre essa necessidade. Já tinha surgido a possibilidade das pessoas se inscreverem no enem e colocarem o nome social, e aí, de 2014 para 2015, a gente começou a conversar com a universidade sobre essa possibilidade. Eu lembro que na primeira vez que a gente apresentou, foi colocado assim como se... eu lembro da expressão de uma das pessoas, que falou assim: “ah, mas isso não existe na universidade!”. Aí eu devolvi a pergunta: “não existe ou você não tá querendo ver?”, né? Ou tá sendo ocultado e tudo. E aí a gente pensou, nós do direito né, pensamos: vamos fazer uma proposta de resolução. Porque aí a gente já apresenta e já coloca essa possibilidade. Eu e a professora Iara temos até um artigo contando como foi a construção, depois eu até coloco aqui para você.

**Nicole:** Só uma dúvida. Foi em 2014 que você falou? Início de 2015?

**Natália:** Isso. Eu acho que 2015. 2014 a gente começou a discussão, e aí foi aprovado. Fomos apresentar no conselho universitário. E naquela época assim, é muito engraçado né, 2014 eu era professora recém chegada, então o conselho universitário pra mim era uma coisa muito distante né? E eu lembro de a gente estar lá com medo, né? Falando... Falei assim: “ gente! será que essas pessoas estão entendendo?”. Porque a gente vê a feição dos diretores, das pessoas que estavam lá. Mas acabou sendo aprovado por unanimidade. E aí quando foi aplicar a gente foi chamado para reuniões assim: “ah tem que colocar entre parêntese? Tem que ter um tracinho?”, sabe? Essas questões assim... que fica sempre aquela dúvida, né? Se é a gente que manda no sistema ou o sistema que manda na gente. Essas questões são colocadas: ”ah mas o sistema não aceita isso, não dá!”.

**Nicole:** burocracia, né?

**Natália:** A burocracia sendo colocada como uma coisa ruim e não como fazer parte do processo, principalmente de reconhecimento de diversidade, de integração, enfim... Então desde o início... já começou a ser aplicado no incincho de 2015 a norma aqui na ufop e o aluno pode fazer em qualquer momento. Seja no momento da matrícula, na graduação ou na

pós-graduação porque já vai contar no sistema. O sistema hoje já vem lá com o nome social e o sistema já roda no nome social. A chamada é o nome social, o diploma vem no nome social, né? Tem todas essas referências. E a solicitação pode ser feita em qualquer momento. Porque assim, não tem muita lógica a gente vincular, entendendo que isso... a identidade e o nome fazem parte de uma construção constante da personalidade. Então pode pedir em qualquer momento. O que é interessante que eu acho de colocar como exemplo, né? E eu vejo assim, a minha formação, o meu mestrado é em direito e garantias fundamentais, o meu doutorado é em direitos humanos e sempre trabalhei com essas questões de construção, de identidade e diversidade. Isso assim, lógico reconhecendo todos os meus privilégios de uma mulher cis, branca, sem deficiência, criada numa família cristã, heterossexual, com um emprego. Todo essa poltrona de privilégios que eu me encontro em cima, mas eu trabalhei sempre muito também na extensão e nessa visão de dar voz para aquelas pessoas. No direito a gente trabalha muito com novos sujeitos, né? E aí quando eu entrei na PRACE, a gente tinha os editais de moradia, que as moradias socioeconômicas, elas são mistas. Mesmo sendo mistas, os quartos são duplos e são binários, são masculinos ou femininos. E aí a gente começou, quando eu cheguei lá, e eu sou a primeira pró-reitora de fora lá da PRACE, antes eram sempre servidores de lá mesmo que se organizavam. A pró-reitoria sendo relativamente nova, um pouco mais de 10 anos, chegou essa demanda de um aluno não-binário... como que ia ser feita a inscrição? Aí eu fui e falei: “não é a gente que decide.” Entrei no danado do sistema, pesquisei lá quem tinha cadastro de nome social e chamei todas as pessoas pra gente dialogar. Poder conversar e a gente pensar assim: dentro de todas as limitações institucionais que a gente sabe que existe, como que a gente consegue fazer a inclusão? e aí no início surgia: “ah vamos fazer uma casa só pra pessoas trans”, aí vem né? Seriam novos guetos que a gente ia construir né? Ai não é inclusão, não tá cumprindo nem a própria função da universidade de educação...

**Nicole:** de integrar também né?

**Natália:** De integração. E aí a gente conversou, pensamos muito e junto com as pessoas trans, que se identificaram, reconheceram e foram conversar com a gente. A gente faz hoje nos editais de moradia com todos os pesos em razão do fim do mundo. O prazo é diferente. A gente tem um prazo anterior de finalizar a inscrição que a pessoa trans, ela escolhe qual moradia que ela vai concorrer, se é feminino e se é masculino, porque o sistema ele já lia né feminino para vaga feminina, masculino para vaga masculina... pensando que a nossa alteração foi no nome e não de gênero né? Inclusive essa alteração de gênero a gente já

trabalha com uma questão mais ligada à patologia, que não é pelo menos a linha que eu sigo, que eu estudo... então a gente tem feito os editais nesse sentido de que os alunos tenham oportunidade de se manifestar para que possa daí colocar qual quarto prefere, né?

Infelizmente dentro das categorias... eu falo muito com os meus alunos que essa questão da classificação é sempre muito complicada né quando a gente classifica alguma coisa a gente restringe e às vezes quando a gente fica preso nessas caixinhas, a gente não consegue sair, a gente muda para uma caixinha mais confortável mas ainda continua sendo limitador e tal. E aí sim a gente tem aprendido a trabalhar com questões de linguagem, essas mudanças, que às vezes para os servidores não é muito fácil, para os professores... “ah não era assim”, tá mudando a gente sabe esses discursos rasos como que funcionam... e aí na PRACE a gente tem também desde 2018 para 2019 na verdade né a gente tá no terceiro ano que é o PIDIC, que é o programa de incentivo à diversidade e convivência né que um projeto...

**Nicole:** Já fiz parte de um projeto do PIDIC

**Natália:** pois é, então! Um dos objetivos do PIDIC é justamente isso: acabar com o preconceito e com discriminações da Universidade porque assim, o que eu via muito nos atendimentos é que institucionalmente os alunos se sentiam acolhidos, sabe? Só que às vezes é aquele coleguinha cutucando no final da fila do RU. Aquele comentáriozinho dentro da sala... então quando a gente pensa que o aluno chega na universidade a diversidade é muito grande né, porque vem lá do fundamental, do médio, com aquela turminha de sempre, todo mundo mais ou menos parecido economicamente...

**Nicole:** muda tudo né

**Natália:** e chega na universidade e a realidade muda e a gente vê também, principalmente dentro da avaliação socioeconômica e do acompanhamento estudantil como que às vezes a pessoa vai chegar aqui na universidade, quando ela chega aqui Ouro Preto, Mariana ou Monlevade, que ela percebe como parte da construção do sujeito dela é diferente, né? Às vezes ela vai descobrir sexualidade dela aqui, vai ter oportunidade pela primeira vez de conseguir se expressar seja em questão de gênero ou qualquer outra característica né

**Nicole:** sobre essas categorias que você falou né binárias, homem/mulher feminino/masculino, eu falo no meu tcc que a gente procura essas outras categorias que como

você disse são mais confortáveis, mas a gente pode acabar caindo de novo em outro binarismo cis/trans e acaba ignorando que existem outras flexões para essas expressões de gênero

**Natália:** Eu trabalho muito com a teoria decolonial. E aí tem uma autora que eu gosto muito dela que a Rita Segato que ela trabalha com categoria de gênero pré-intrusão, né? Antes da invasão da América e assim... é diferente! Não é assim e tem também os estudos da Oyèrónké Oyěwùmí e ela fala, bem interessante, Construindo um Sentido Africano para os Discursos Ocidentais de Gênero e aí a questão dela é muito interessante porque ela fala assim que o gênero ele não é um marcador importante na Iorubalândia, a questão lá da antiguidade da ancestralidade, é muito mais importante do que gênero... então assim, as nossas divisões ocidentais de masculino e feminino elas são muito viciadas.

**Nicole:** E são muito ligados ao capitalismo também né

**Natália:** A teoria decolonial a gente trabalha justamente nisso, é o capitalismo e o patriarcado que...

**Nicole:** é para esse lado que eu tô tentando levar minha pesquisa depois eu até te mando pra você ler pra você dar um palpite. Então acho que o nome social eu consegui entender, tá bem esclarecido. E aí eu coloquei um outro ponto que é para além do nome social né. A minha dúvida é de que forma a UFOP garante e facilita a permanência dos estudantes transexuais no ensino superior? Você falou um pouco por esse lado da moradia e tal eu coloquei algumas informações aqui porque a gente sabe que a educação dessas pessoas de forma geral é prejudicada desde o ensino básico, médio... eles são afastados do sistema educacional desde sempre, né? Então para fortalecer o processo educacional e conseguir que essas pessoas cheguem na universidade, em si, é necessário a criação de políticas públicas desde o início, só que a ufop como instituição, como que ela contribui para o seguimento e para a formação dessas pessoas já matriculadas? Para que essas pessoas não desistam no meio do caminho. Tem alguma política pública que seja pensada até pela PRACE que beneficia exclusivamente às pessoas trans na universidade? Tipo: acesso de programas de saúde pelo postinho da UFOP, alguma facilidade no recebimento da assistência estudantil... igual você falou das moradias ou no caso de pessoas que por exemplo são expulsas de casa ou não tem mais tanto contato com a família, não tem nenhum tipo de ajuda da família... ainda é cobrado das pessoas

a comprovação de renda familiar? Existe algum acompanhamento psicológico? A UFOP oferece algum tipo dessas políticas para as pessoas trans?

**Natália:** Então a primeira porta de entrada que a gente tem para os benefícios da assistência estudantil é a avaliação socioeconômica, o que na prática é diferente da avaliação de renda. Quando a pessoa vai entrar na universidade por cota ela faz avaliação de renda, então matemático, né? Tem um valor tal, recebimento tal. Já a avaliação socioeconômica a equipe de assistentes sociais já pensa em vários outros critérios, não só patrimônio, renda, mas também convivência familiar, como que isso funciona... e existe uma possibilidade que é a pessoa ser avaliada como membro único, como se ela não tivesse família. Essas questões de gênero e sexualidade elas são levadas em conta né muito das coisas que a gente vê acontecer... e assim a gente consegue verificar, é nas trocas de semestre. Às vezes a primeira vez que o aluno vai para casa... daí ele volta para casa e ele vê a família, vê que não são as mesmas pessoas mais e a gente sabe né que falta muito apoio né das famílias... então tem essa possibilidade do aluno ser avaliado de forma independente da renda familiar, ele comprovando que teve esse rompimento dos laços familiares né

**Nicole:** mas para isso, ele só precisa procurar a PRACE mesmo? Não precisa de nenhum tipo de declaração né

**Natália:** ele vai fazer declaração de membro único. Ele mesmo pode fazer, é autodeclaração. E aí vai fazer avaliação socioeconômica que tem além das questões de renda. As questões familiares entram nesse arranjo para análise. Igual eu já tinha falado do PIDIC, ele entra como esse braço da PRACE para tratar de questões de diversidade. E foi um projeto que a gente escolheu mesmo com a pandemia e a suspensão das atividades presenciais, a gente manter, porque tem programas bem interessantes que envolvem questões de pessoas trans, inclusive tem lá no site todos os projetos que estão funcionando agora nesse semestre e aí tem um projeto que chama diversidade transversa, vários projetos que são... É lógico, a gente trata também questões não só de gênero, mas também de raça, de formas de acolhimento. Tem culinária, tem dança, dentro dessa noção de conceito de saúde ampliada né para as pessoas se sentirem realmente pertencentes ali na universidade e a gente tem também os dois braços né do acolhimento que é a orientação estudantil que é feito pela PRACE mesmo né com pedagogos e psicólogos que ajudam justamente as pessoas a se encontrarem no curso né às vezes os alunos chegam aqui na universidade e vê que não é aquilo que esperava né ou então

lá foi o curso que a nota deu, o que eu vou conseguir fazer? e orientação estudantil trabalha muito com isso e a gente também tem um programa Portas Abertas que é o atendimento psicológico que é feito no Centro de Saúde daqui de Ouro Preto e em Mariana a gente tem um psicólogo que atende né e Molevade também um psicólogo, só que os psicólogos de Mariana e Monlevade eles fazem esse atendimento conjunto sabe, do atendimento psicologia em conjunto com a orientação estudantil. Basicamente são esses os os eixos que a gente trabalha.

**Nicole:** É, e agora falando um pouquinho sobre acolhimento, eu acho que tá tudo muito interligado né, mas existe algum núcleo/conselho/diretoria ou órgão que seja ligado a reitoria ou às pró reitorias da UFOP com objetivo exclusivamente ligado as questões dos alunos LGBTQIA+? Existe algum grupo de acolhimento que seja responsável por solucionar casos de homofobia, e transfobia dentro da instituição ou que pensem essas políticas públicas dentro dessa temática, que não seja só de projetos de extensão, mas de uma equipe de profissionais multidisciplinares que estejam diretamente ligados às questões LGBTQIA+?

**Natália:** A gente tem, a tentativa do PIDIC era justamente estender esses braços né, porque a PRACE ela fica na avaliação socioeconômica, no centro de saúde, no restaurante universitário, na orientação estudantil e no administrativo das bolsas com uma equipe muito enxuta. E tem tanta gente desenvolvendo e pensando a universidade de outros lugares que a gente, justamente, pensou nessas possibilidades de acolhimento. Tinha no direito, dentro do Núcleo de Direitos Humanos, uma ouvidoria LGBTQIA+, só que ela não existe mais enquanto ouvidoria, enquanto projeto institucionalizado. Até a ouvidoria feminina que foi um pouco mais pra frente, criou uma resolução, e hoje ela tá ligada a ouvidoria da universidade. Hoje institucionalmente o que a gente tem, além dessas questões pedagógicas do PIDIC, tem o código de convivência, que é uma resolução CUNI, a CUNI20/60, que busca tratar e regulamentar essas questões de convivência dentro da universidade. Não é nada específico, direcionado e como toda norma vem com seu fetiche, acaba tendo essas questões voltadas para processos administrativos e penalidades, mas também voltado para um caráter educativo, igual a ouvidoria feminina tem. Além disso, a gente tem o COPAE, comitê permanente de assistência estudantil, que ele funciona né, inclusive era pra ser agora, final de novembro a realização do fórum anual, só que o COPAE mesmo transferiu para março. E o COPAE é um item paritário, a composição da administração e dos estudantes é a mesma. E as discussões políticas de assistência estudantil passam por lá. E aí o que é levantado neste fórum anual que vão permear as discussões o ano inteiro desse comitê, e aí tem questões de moradia, de

inclusão, todas passam por lá. É uma representação bem interessante e também é feita uma eleição dos alunos, dos representantes dos campos, das moradias, todo mundo tá lá.

**Nicole:** Sim. Você falou agora sobre os processos administrativos, etc. que vêm juntos com a norma, eu acho que a gente esqueceu de falar sobre, lá no nome social, quando não há por parte de um professor, ou de algum técnico, algum membro da universidade não respeita esse nome social por algum erro que tenha ocorrido, porque a gente sabe que o sistema são máquinas e às vezes erram, já vi casos de ir pra chamada o nome de nascimento. E se acontecer, existe algum procedimento na universidade para que seja solucionado, assim, tem esse viés educacional mas sabe como funciona a transfobia desses ambientes. Qual é a posição da universidade quanto a isso?

**Natalia:** Assim, responsabilização administrativa mesmo, principalmente pro servidor, pros alunos tem o código de convivência, pros servidores é a Lei 8.112 e qualquer outra regulamentação. Porque eles tem que ter consciência que tudo que a gente pratica é ato administrativo, a gente não deixa de ser servidor público em momento nenhum. São aquelas comunicações não verbais, como a gente falou que a gente perde tanto com essas aulas remotas, de perceber o incômodo do aluno, verificar a situação ali. Ver o que pode fazer, e se for verificado algum erro, a questão do servidor público ele não pode insistir no erro. Se tem um erro na chamada e o aluno notificou tem que ser imediatamente consertado para que não continue. Porque a gente fala muito disso, da questão de revitimização, você sempre colocando obstáculo para aquelas pessoas e é isso que a gente tenta tirar.

**Nicole:** Entendi. O próximo ponto é sobre ação afirmativa. Levando em consideração o afastamento sistemático de pessoas trans, travestis, não binárias dos ambientes educacionais, a gente precisa pensar algumas medidas de reparação para que essas pessoas tenham de fato acesso à universidade. No Brasil pelo menos 12 universidades já contam com a reserva de vagas para pessoas trans, nos mesmos moldes das ações afirmativas de raça/etnia, etc. Na UFOP existe alguma discussão ou então encaminhamento em relação a criação de mais essa política pública? Existe algum impasse nessa discussão dentro da UFOP, tipo o governo etc?

**Natalia:** Acaba que essa questão do governo é muito importante. Eu trabalho há muitos anos com direitos humanos e é muita loucura né, porque a gente ficou trabalhando com a conquista de direitos e agora a gente tá lutando para não perder. É uma coisa que dentro da nossa recém

democracia, a gente não tá sabendo ser democrático, não aprendemos ainda como fazer. Eu acredito que isso só possa ser feito coletivamente, não existe imposições de cima pra baixo nem para cumprir direito, acaba que elas só existem para retirar. Eu não trabalho diretamente com a questão do ingresso, a PROGRAD trabalha com a graduação e a PROPP na pós-graduação tem inclusive uma comissão permanente de ações afirmativas de inclusão. Ela está até na portaria para a reitoria atualizar a composição, ela foi aprovada no finalzinho de 2019 e acabou que surgiu muito em questão das fraudes nas cotas raciais, e aí ela surgiu com essa visão de tá sempre analisando as questões de inclusão. O que eu sei são alguns programas específicos, eu sei que na história já foi votado na pós-graduação a questão de cotas para pessoas trans... mas assim ainda não tem na PROGRAD e na PROPP uma discussão geral da universidade.

**Nicole:** É... uma falta que eu senti, no início desse semestre eu mandei email para várias pró-reitorias, perguntando sobre os números da população trans dentro da nossa universidade, tanto docentes, discentes, técnicos e infelizmente eu não recebi a resposta de quase nenhum. A PROGRAD respondeu que não tinha nenhum controle sobre isso e só podia me informar que 13 pessoas na UFOP toda utilizam o nome social. Só que a gente sabe que não é apenas o nome social que define o gênero de ninguém, e além disso a gente já tem alunos trans com o nome retificado, os documentos também, então isso já não nos diz muita coisa. E para suprir um pouco dessa lacuna nas informações, o que foi necessário até alterar um pouco o rumo da pesquisa, a gente viu que a universidade ainda não tem informações suficientes para eu entrar num campo subjetivo, que seria a comunicação corporal. A gente criou um formulário base, para servir como banco de dados nesse mapeamento de pessoas trans na UFOP e para que ele seja efetivo, tenha mais respostas, a gente chegou a procurar a ACI e eles falaram que a PRACE poderia ser o lugar mais efetivo para fazer a divulgação do nosso formulário. Tanto para nossa pesquisa quanto para que a universidade use essas respostas, porque se a gente não conhece o tamanho dessa população, se a gente não conhece as demandas, as carências, a situação de estadia dessas pessoas dentro da universidade, a gente não tem como avançar muito. A gente vai estar sempre lutando para não perder os direitos e não necessariamente para expandir. Então, eu queria fazer esse pedido para saber se existe a possibilidade da PRACE de auxiliar a gente na divulgação, tanto com o uso para pesquisa quanto para pró-reitoria na intenção de auxiliar nessas questões.

**Natália:** A gente não circula formulários que não seja institucional, e até uma questão da lei geral de proteção de dados, porque a gente tem acesso aos alunos em razão da função que exerce. A gente não tem autorização a princípio para circular. E a gente não circula também formulário que não tenha passado pelo comitê de ética, não sei se vocês chegaram... Eu acho que para graduação o tempo não dá, né.

**Nicole:** E assim, ainda no EAD né, no TCC 1 foram 3 meses e agora no 2 já tem que entregar mês que vem tudo pronto. Então, a gente fez esse formulário e você pode dar uma olhada, perguntando da autodeclaração racial e étnica, da situação socioeconômica das pessoas para a gente também fazer uma espécie de infográfico para saber o perfil dessas pessoas dentro da UFOP. E aí a gente pergunta sobre a utilização da política do nome social, sobre o ingresso na universidade, sobre o momento de transição que elas estão/estavam quando tiveram na universidade. Se ela sofreu algum tipo de situação vexatória pela instituição, se sente acolhida. Mas a gente precisava, você mandou da ANDIFES, eu usei a pesquisa também, só que a gente queria afunilar um pouco para entender essa situação dentro da ufop, só que nenhuma pró-reitoria, só a PROGRAD nos deu essa resposta. E aí a gente ficou sem entender se é uma falta da universidade mesmo não ter isso... A gente caiu na seguinte questão: A pessoa trans tem o direito ao sigilo e ela não necessariamente precisa ser entendida como trans, mas ao mesmo tempo, para que ela seja atendida em todas as suas demandas a universidade precisa saber que ela existe, né. Pelo menos a universidade precisa saber disso, e assim, a gente não sabe se é uma falta da universidade e aí eu não sei se existe um jeito de a gente fazer esse formulário ser mais conhecido.

**Natália:** Eu sempre dou a sugestão de procurar o DCE, enquanto aluna, porque ele é a sua entidade representativa. Eu vejo muito essas questões como ocultamento e invisibilização mesmo, que são decorrentes de transfobias estruturais e institucionais.

**Nicole:** E assim, falando como pesquisadora, isso vai entrar na pesquisa porque a falta de informação também é uma informação. É uma informação sobre como a universidade ainda não se preocupa o suficiente para saber quem são essas pessoas, para saber se elas existem ou não. Igual a gente falou lá no início sobre quando vocês tentaram instituir o nome social e as pessoas falaram “isso não existe dentro da universidade” e parece que ainda existe esse pensamento, né, de que as pessoas ainda não ocupam esse lugar, só que elas ocupam. E se a universidade não reconhecer elas, e quem são elas e o que elas precisam, nunca vamos sair do

lugar, vamos ter sempre o básico para que essas pessoas sobrevivam dentro da universidade e não viver de fato a experiência universitária.

**Natália:** Com você falando eu me lembrei de uma fala da Duda Salabert, esses dias ela estava num evento e aí no final, ela tem uma fala muito potente, e no final perguntaram o que ela espera do futuro, né? O que ela planeja e ela falou assim, para o ano que vem (deve ter uns dois meses mais ou menos) aí ela falou assim: “eu quero chegar viva” e ela coloca muito daquilo que a gente já falou né... você luta tanto para conquistar direitos e chega em um ponto que é tão reacionário, porque a gente não está passando só por governos conservadores, eles estão mesmo voltando atrás... é tão reacionário que você tem que lutar pela sua existência, né? Pela sua condição mais básica de pessoa.

E aí eu te falo, nós já falamos da burrice da burocracia... então acaba que os sistemas eles são pensados para gente responder auditorias, para gente conseguir pegar os dados que interessam para quem está externamente avaliando a gente. E aí a gente tá passando por um contexto de debandada técnica no órgão que faz a prova, não só a prova de ingresso, mas a prova de verificação... eu também tenho várias críticas sobre isso, eu acho que não é parte de uma educação emancipatória, inclusive é um dos meus eixos de pesquisa também, mas assim aí quando a gente pensa que os técnicos estão deixando o barco é que a política institucional tá realmente muito direcionada.

Então eu até coloquei abaixo um link da PRACE que no finalzinho da página tem a avaliação do perfil do ingressante da ufop, só que aí uma coisa que eu deixaria de sugestão/favor que você pode fazer para gente, manda seu trabalho para mim, para a PRACE, falando que você não conseguiu dados, entendeu? Que aí uma coisa que a gente colocou lá, inclusive né ficou um tempo sem fazer, 2019 que a gente conseguiu fechar e aí teve a suspensão e a PRACE tá funcionando 100% remoto, teve que adequar tudo e assim, é uma coisa que a gente pode pensar em incluir nesse perfil do ingressante, entendeu? Porque é aquilo, é muito estranho, eu dei o exemplo de 2014/2015 que eu era uma professora pedindo uma coisa e a partir dali eu deixei de ser pedra para ser vidraça. Eu fico responsável pela gestão de coisas, é muito difícil, Nicole, o pensar o que a gente tá fazendo, enquanto a gente tá fazendo. A demanda é sempre muito intensa.

**Nicole:** Parece que nunca é suficiente né? As demandas devem ser inúmeras.

**Natália:** Sim, e nunca termina, por isso as vezes é tão complicado. Especificamente essas demandas de minoria, se elas não forem levadas à pedido... institucionalmente a gente não tem uma demanda qualificada para isso, demanda no sentido de prestação de contas. A instituição não é cobrada sobre isso, por isso precisa existir um movimento, sabe? Agora, por exemplo, estamos finalizando um projeto de maternidade que é uma questão urgente depois da pandemia. Então a gente vai fazendo conforme as demandas chegam até a pró-reitoria.

**Nicole:** Não, mas com certeza eu vou enviar sim o trabalho. A gente pretende fazer isso e até tornar esse formulário um banco de dados acessível, compilar as respostas visualmente mais fácil, para que todo mundo tenha acesso ao perfil dessas pessoas e entender melhor como elas chegaram até aqui, né? Porque é um apagamento constante.

**Natália:** sim, é ser invisibilizado. E assim, eu acho que uma coisa que a gente tem que pensar também, eu já tenho 15 anos que eu formei na graduação e eu não tive discussão de gênero na minha graduação... acaba que isso são coisas que hoje os alunos da graduação já tem, eu vejo na formação das assistentes sociais da PRACE, não tiveram isso como... era uma demanda que também era ocultada e invisibilizada. É demandar, buscar... assim a gente vê outra universidade. Vou te enviar aqui pelo chat o artigo que eu e a professora Iara fizemos, ele é quase um relato, sabe? De como foi, do que tinha de regulamentação na época... Assim, é um artigo datado, eu já não sou a mesma pessoa que escreveu isso hoje não, mas é isso, às vezes dá até vergonha (risos).